



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

ERLAN RAPOSO DA SILVA

**Aldeia Maraká'nà Rexiste:**  
um espaço intercultural na cidade do Rio de Janeiro

Duque de Caxias

2023

Erlan Raposo da Silva

**Aldeia Maraká'nà Rexiste:** um espaço intercultural na cidade do Rio de Janeiro



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado de Rio de Janeiro. Área de Concentração: Educação, Comunicação e Cultura.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Leticia de Luna Freire.

Duque de Caxias

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

S586  
Tese

Silva, Erlan Raposo da  
Aldeia Maraká'nà Rexiste: um espaço intercultural na cidade do Rio de Janeiro. / Erlan Raposo da Silva - 2023.  
167 f.

Orientador(a): Leticia de Luna Freire.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Aldeia Maraká'nà (Aldeia Maracanã) - Teses. 2. Educação não formal - Teses. 3. Interculturalidade – Teses. 4. Lei nº 11.645/2008 – Teses. I. Freire, Leticia de Luna. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 37.091.3

Bibliotecária: Ana Paola Araujo – CRB7/6387

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Erlan Raposo da Silva

**Aldeia Maraká'nà Rexiste:** um espaço intercultural na cidade do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado de Rio de Janeiro. Área de Concentração: Educação, Comunicação e Cultura.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Leticia de Luna Freire (Orientadora)  
Faculdade de Educação — UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Kelly Russo  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense — FEBF

---

Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO

Duque de Caxias

2023

Dedico este trabalho a todas as pessoas com coração revolucionário,  
próprio de quem emana compaixão e senso de justiça.

A todos que não se calam, não aprendem a se acostumar com as  
injustiças promovidas em prol da extrema ganância de alguns que  
subjugam nossos irmãos e irmãs e destroem a Mãe Terra.

Aos que, apesar das dificuldades, seguem lutando  
por um mundo mais justo, igualitário e são.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria Helena, por, além de ser a melhor pessoa que conheço, ter dedicado grande parte de sua vida, quase que integralmente, à minha criação. Obrigado por seu amor incondicional e pelos ensinamentos transmitidos, sobretudo pelos exemplos práticos no dia a dia, de solidariedade com o próximo, empatia e ética.

Ao meu pai, Hélio, por todo apoio e preocupação que teve comigo ao longo de minha vida. Jamais esquecerei todas as coisas que fez por mim.

À minha irmã, Eliane, por todo o carinho e parceria ao longo de nossas vidas. Sem você este trabalho não teria sido realizado. Assim como a nossos pais, te amo.

À minha companheira, Maria Aline, por ser minha parceira de vida. Obrigado por todo carinho e apoio ao longo destes anos, sobretudo no período de pandemia, que foi um dos mais difíceis da minha vida.

À minha orientadora Leticia de Luna Freire, por toda paciência, atenciosidade e preocupação que demonstrou por mim e aos colegas de orientação ao longo deste período de mestrado. Minha admiração por você, que antes se restringia à pesquisadora e acadêmica que você é, hoje, após a convivência, transcendeu e te admiro também por seu coração e pelo ser humano que demonstra ser.

Agradeço à toda a comunidade da Aldeia Maraká'nà Rexiste pela atenção e hospitalidade, sobretudo a José Urutau Guajajara, Dário Xukuru, Thaiany Guajajara, João Ticuna, Julia Xavante e Potyra Krikatí Guajajara; também aos frequentadores e apoiadores da aldeia que cederam seu tempo e atenção.

Agradeço a todas e todos os meus colegas de Núcleo de Pesquisa Educação e Cidade (Nupec), sobretudo ao Guilherme Gomes, pela colaboração em relação aos contatos com a equipe da Escola Municipal Friedenreich, vizinha à Aldeia Maraká'nà.

Agradeço aos meus amigos pelo apoio nos momentos difíceis e também pelos sorrisos nos bons. Este período, que foi turbulento, teria sido mais difícil sem vocês.

Agradeço aos professores Kelly Russo e José Ribamar Bessa Freire, por aceitarem compor a banca de qualificação e defesa desta dissertação. Os apontamentos e sugestões que vocês me deram, junto aos de Leticia, foram fundamentais para abrir minha mente quanto ao caminho a ser seguido na realização deste trabalho.

À todos os professores e secretários do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense.

Por fim, agradeço à FAPERJ pelo auxílio financeiro prestado ao longo da maior parte da realização desta pesquisa.

Observando atentamente, a Natureza acolhe, produz pureza, lança um ar respirável, mantém as riquezas biológicas, reproduz sistemas orgânicos, muda a cada estação para lembrar-nos sua circularidade.

Impassível, porém nunca pacífica, a Grande-mãe acredita na nossa capacidade regeneradora porque sabe que fomos criados com a mesma essência celular.

Ela sabe que podemos mudar, porque é o que ela observa acontecendo quando percebe homens e mulheres se unindo em torno dos valores ancestrais; mulheres e homens que defendem a vida, todas as vidas; quando percebe que ainda há solidariedade entre humanos e, especialmente, quando vê que há homens e mulheres que nunca esqueceram de onde vieram e continuam uma luta silenciosa e solidária para manter a Teia-Vida equilibrada e o céu suspenso.

*Daniel Munduruku*

## RESUMO

SILVA, Erlan Raposo da. **Aldeia Maraká'nà Rexiste**: um espaço intercultural na cidade do Rio de Janeiro. 2023. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2023.

Ao longo dos séculos, desde a invasão europeia nas Américas no século XVI, os povos indígenas sofreram, e ainda sofrem, no Brasil, processos hegemônicos de violência física e simbólica que foram determinantes nas tentativas de apagamento de suas culturas e na difusão de preconceitos e estigmas que perduram no imaginário social. Na tentativa de desconstruir esse projeto colonizador e eurocêntrico e também como uma forma de protesto contra o recorrente descaso com que são tratados os patrimônios culturais indígenas, um grupo composto por 35 indígenas de 17 etnias ocupou, em 2006, a área do antigo Museu do Índio, abandonado desde os anos 1970 no bairro do Maracanã, no Rio de Janeiro, instituindo ali um centro pluriétnico de defesa e divulgação das culturas indígenas, cujo nome foi mudando ao longo dos anos, sendo atualmente chamado, pelos que integram o movimento no local, de Aldeia Maraká'nà (Aldeia Maracanã). Nessa aldeia urbana, situada em uma região estratégica de conexão entre o centro e a zona norte da cidade, são realizadas diversas atividades interculturais abertas ao público em geral, especialmente não indígena, que pode ali ter contato direto com diferentes etnias e suas respectivas culturas. Esta dissertação propõe compreender a dimensão intercultural e a potência educativa da Aldeia Maraká'nà a partir de uma perspectiva etnográfica. A metodologia incluiu levantamento bibliográfico, jornalístico e das publicações nas redes sociais da Aldeia Maraká'nà e, principalmente, a realização de um intenso trabalho de campo com observação participante em diversas atividades realizadas na aldeia entre março de 2021 e outubro de 2022, conversando, interagindo e entrevistando indígenas e não indígenas nelas presentes, a fim de identificar suas motivações e percepções sobre o lugar. Concluímos que a Aldeia Maraká'nà se constitui em um significativo espaço de educação não formal, sendo um centro de referência indígena na capital fluminense que, a partir de inúmeras atividades, permite à sociedade em geral, incluindo alunos de instituições de ensino, vivenciar experiências de aprendizado sobre diversos elementos das culturas dos povos originários, contribuindo para a desconstrução de preconceitos e estigmas comumente a eles associados.

Palavras-chave: Aldeia Maraká'nà (Aldeia Maracanã). Educação não formal. Interculturalidade. Lei nº 11.645/2008. Rio de Janeiro.

## ABSTRACT

SILVA, Erlan Raposo da. **Aldeia Maraká'nà Rexiste**: an intercultural space in the city of Rio de Janeiro. 2023. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2023.

Over the centuries, since the European invasion of the Americas in the 16th century, the indigenous peoples in Brazil have suffered, and still suffer, hegemonic processes of physical and symbolic violence that have been decisive in the attempts to erase their cultures and in the dissemination of prejudices and stigmas that persist in the social imaginary. In an attempt to deconstruct this colonising and Eurocentric project and also as a form of protest against the recurrent neglect with which indigenous cultural heritage is treated, a group consisting of 35 indigenous people from 17 ethnic groups occupied, in 2006, the area of the former Museum of the Indian. The name has been changed over the years and is currently called Aldeia Maraká'nà (Aldeia Maracanã) by those involved in the movement. In this urban village, situated in a strategic region of connection between the centre and the northern zone of the city, various intercultural activities are carried out which are open to the general public, especially non-indigenous people, who can have direct contact with different ethnic groups and their respective cultures. This dissertation proposes to understand the intercultural dimension and the educational potential of the Aldeia Maraká'nà from an ethnographic perspective. The methodology included bibliographic, journalistic and social network publications of the Aldeia Maraká'nà and, mainly, the realization of an intense fieldwork with participant observation in several activities carried out in the village between March 2021 and October 2022, talking, interacting and interviewing indigenous and non-indigenous people present in them, in order to identify their motivations and perceptions about the place. We conclude that the Aldeia Maraká'nà constitutes a significant space for non-formal education, being an Indigenous reference centre in the capital of Rio de Janeiro which, through numerous activities, allows society in general, including students from educational institutions, to live learning experiences about various elements of the cultures of indigenous peoples, contributing to the deconstruction of prejudices and stigmas commonly associated with them.

Key-words: Aldeia Maraká'nà (Aldeia Maracanã). Non-formal education. Interculturality. Law 11.645/2008. Rio de Janeiro.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	População indígena com indicação das 15 etnias com maior número, por localização do domicílio.....	30
Figura 2 –	Antigo Museu do Índio: Fundado pelo Marechal Rondon.....	36
Figura 3 –	Muro externo do CESAC, no bairro de Thomás Coelho.....	37
Figura 4 –	Reunião de fundação do Movimento Tamoio dos Povos Originários....	38
Figura 5 –	O entorno da Aldeia Maracanã.....	44
Figura 6 –	A Aldeia Maracanã na Escola Municipal Friedenreich, em 2012.....	45
Figura 7 –	Indígenas em frente ao prédio da Aldeia Vertical.....	48
Figura 8 –	A segunda remoção da Aldeia Maracanã.....	49
Figura 9 –	José Urutau Guajajara na resistência da árvore.....	50
Figura 10 –	Pedido de apoio da Aldeia Maraká'nà Rexiste.....	52
Figura 11 –	Protesto em frente ao prédio da Polícia Federal.....	54
Figura 12 –	Casa de reza do Instituto Tamoio dos Povos Originários.....	60
Figura 13 –	Exemplo de duas habitações da ocupação.....	61
Figura 14 –	Mapa do Instituto Tamoio Dos povos Originários.....	62
Figura 15 –	Arte de divulgação do COIREM.....	65
Figura 16 –	Placa demarcatória da Aldeia Maraká'nà.....	68
Figura 17 –	Configuração da Aldeia Maraká'nà em 2018, vista de cima do prédio do antigo Museu do Índio.....	69
Figura 18 –	Dário Xukuru e apoiadores no mutirão de reflorestamento.....	71
Figura 19 –	Imagem aérea da Aldeia Maraká'nà em 2022, vista de cima do prédio do antigo Museu do Índio.....	72
Figura 20 –	Caixa d'água da Aldeia Maraká'nà.....	74
Figura 21 –	Interior de uma habitação da Aldeia Maraká'nà.....	75
Figura 22 –	Configuração espacial da Aldeia Maraká'nà no início da pesquisa....	77

Figura 23 – Galpão.....	78
Figura 24 – Fachada lateral do antigo Museu do Índio.....	80
Figura 25 – Cozinha coletiva.....	82
Figura 26 – Fogão à lenha.....	82
Figura 27 – Parte interna da cozinha.....	83
Figura 28 – Casa de reza e fogueira de rituais.....	85
Figura 29 – Interior da cozinha da Aldeia Maraká'nà em 2019.....	88
Figura 30 – Voltando para a Aldeia Maraká'nà após um dia de aula.....	98
Figura 31 – Mural de avisos.....	101
Figura 32 – Roda de Maraká do dia 6 de agosto de 2022.....	104
Figura 33 – 1ª evento após a pandemia de COVID-19.....	127
Figura 34 – Brincando na Aldeia Maraká'nà.....	128
Figura 35 – Aula aberta ao público ministrada por José Urutau Guajajara.....	131
Figura 36 – Programação do Abril Indígena de 2022.....	132
Figura 37 – Arte de divulgação do Abril Indígena de 2022.....	133
Figura 38 – Brincando de peteca.....	134
Figura 39 – Meninas Guajajara na cerimônia <i>Wira'ó Haw</i> .....	138
Figura 40 – Ritual de cantos e danças durante o <i>Wira'ó Haw</i> .....	139
Figura 41 – Grafismo indígena em mural no Colégio Pedro II de São Cristóvão...	146
Figura 42 – Atividade escolar envolvendo palavras de origem indígena.....	148
Figura 43 – Visita da Escola Municipal Friedenreich na Aldeia Maraká'nà.....	151
Figura 44 – Uma das atividades após a visitação à Aldeia Maraká'nà.....	153

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIAM –	Associação Indígena Aldeia Maracanã
AL –	Alagoas
AM –	Amazonas
BA –	Bahia
BOPE –	Batalhão de Operações Policiais Especiais
CE –	Ceará
CEDIND –	Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro
CESAC –	Centro de Etnoconhecimento Sócio Ambiental Cauieré
CIMI –	Conselho Indigenista Missionário
COB –	Comitê Olímpico Brasileiro
COIREM –	Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà
CONAB –	Companhia Nacional de Abastecimento
CUT –	Central Única dos Trabalhadores
FAETEC -	Fundação de Apoio à Escola Técnica
FEBF –	Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
FIFA –	Fédération Internationale de Football Association
FIST –	Frente Internacionalista dos Sem Teto
FUNAI –	Fundação Nacional do Índio
GO –	Goiás
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH –	Índice de Desenvolvimento Humano
LANAGRO –	Laboratório Nacional de Sementes
LCP –	Liga dos Camponeses Pobres

LDB –	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MA –	Maranhão
MAPA –	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MG –	Minas Gerais
MPE –	Ministério Público Eleitoral
MPRJ –	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
PA –	Pará
PF –	Polícia Federal
PSL –	Partido Social Liberal
PSOL –	Partido Socialismo e Liberdade
PTB –	Partido Trabalhista Brasileiro
Sindipetro –	Sindicato dos Petroleiros
SFA/RJ –	Superintendência Federal de Agricultura do Rio de Janeiro
SME-RJ –	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro
SPI –	Serviço de Proteção aos Índios
TRE-RJ –	Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
TCE –	Tribunal de Contas do Estado
UERJ –	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ –	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ –	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1	<b>A HISTÓRIA DO MOVIMENTO ALDEIA MARACANÃ</b> .....	28
1.1	Breve contextualização da situação das populações indígenas.....	28
1.2	Ocupar, resistir, lutar pra garantir!.....	33
1.3	Copa e olimpíadas para quem?.....	41
1.4	Aldeia “Rexiste” (resistir para existir).....	51
2	<b>DE OCUPAÇÃO À ALDEIA MARAKÁ’NÀ: TRANSFORMAÇÕES</b> .....	56
2.1	O Instituto Tamoio dos Povos Originários.....	56
2.2	A retomada indígena.....	63
2.3	<b>A Aldeia Maraká’nà Rexiste viva</b> .....	71
2.3.1	O prédio do antigo Museu do Índio.....	79
2.3.2	A cozinha coletiva.....	81
2.3.3	A casa de reza / espaço de rituais.....	84
3	<b>SITUAÇÕES E DESAFIOS NO CONTEXTO CIDADINO</b> .....	87
3.1	Considerações e impressões sobre o campo.....	87
3.2	Casos e acasos.....	95
4	<b>UMA ALDEIA PLURIÉTNICA INTERCULTURAL INDÍGENA</b> .....	107
4.1	Colonialidade do poder e a resistência intercultural indígena.....	107
4.2	Universidade (Pluriversidade) Indígena Aldeia Maraká’nà.....	122
4.3	<b>Ações educacionais e a Lei nº 11.645/2008</b> .....	139
4.3.1	A visita da Escola Municipal Friedenreich.....	147
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	155
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	158
	<b>ANEXO</b> — Roteiro de entrevistas realizadas no Abril Indígena.....	164

## INTRODUÇÃO

### **Sobre o sujeito da escrita**

Primeiramente gostaria de me apresentar e falar brevemente sobre como cheguei até aqui. Chamo-me Erlan Raposo, sou formado em pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e atualmente mestrando em educação na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), motivo pelo qual redijo esta dissertação.

Apesar de ter nascido no bairro de Lins de Vasconcelos, na zona norte do Rio de Janeiro, vivi minha primeira infância em outro município: Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, bem próximo a uma favela conhecida como Vila Operária.

Nunca soube se foi por obra do acaso ou se meus pais estavam fugindo do ambiente precário e de intensa violência armada ao qual estávamos condicionados, mas me mudei para o bairro da Penha, voltando para a cidade do Rio de Janeiro, aos 10 anos de idade. Difícil prever, a vida sempre reserva o inesperado, mas penso que se tivesse continuado a viver em Duque de Caxias talvez nunca tivesse caminhado pelas trilhas que venho seguindo.

Mesmo tendo me mudado para outra cidade, possuo familiares que ainda vivem em Duque de Caxias; através deles tenho notícias dos outros meninos que cresceram comigo, amigos de infância (quase todos negros e, em sua totalidade, pobres). Dos que tive notícia, uma pequena parte morreu, outros entraram para o mundo da criminalidade, mas a maior parte, com exceção de apenas um, trabalha em empregos precários e mal remunerados. Por uma série de outros motivos que não cabe aqui mencionar, penso que se continuasse onde estava estaria fadado a seguir um caminho tortuoso e não teria a vivência e a percepção de mundo que tenho hoje.

Já morando no bairro da Penha, fui matriculado em uma escola pública de nível fundamental (Escola Municipal Brant Horta) e lá tive contato com algumas excelentes professoras. Por intermédio de amigos desta escola descobri a possibilidade de prestar concurso para fazer o ensino médio na Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), fato que se concretizou, e comecei a estudar na Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch, no bairro de São Cristóvão, pouco depois.

Nesta escola conheci pessoas ligadas aos movimentos sociais, alguns filiados a partidos políticos de esquerda e outros que se autointitulavam anarquistas. De todo modo, havia muito diálogo sobre política, sexualidade, gênero, entre outras questões.

Tendo eu, à época, 16 anos de idade, conheci pessoas ligadas a movimentos de luta pela moradia, por meio da ocupação de imóveis e espaços inabitados na cidade do Rio de Janeiro. Comecei a frequentar diversas ocupações pela cidade, participando de eventos promovidos pela comunidade e eventualmente ajudando a ocupar novas localidades desabitadas e sem destinação social; além de frequentar reuniões e assembleias, quase todas de cunho anarquista. Me doía, e ainda dói, perceber tanta pobreza, gente sem ter o que comer e/ou onde morar enquanto outros, bilionários, tem muito mais dinheiro e terras do que precisam. Penso que minha infância e minhas interações ao longo da vida foram fundamentais para a construção desta minha mentalidade crítica.

No ano de 2013, em apoio à favela Metrô Mangueira, que juntamente a muitas outras comunidades espalhadas pelo Rio de Janeiro (inclusive a Aldeia Maracanã, como veremos posteriormente), estava ameaçada de remoção pelo poder público, comecei a frequentar o local, participando de reuniões da associação de moradores junto à comunidade externa e de manifestações pela permanência dos habitantes no local. Na época, me preocupava a situação das crianças que habitavam aquele local, visto a situação de vulnerabilidade social em que se encontravam. Motivado por tais questões, sete anos mais tarde, ingressei no mestrado da FEBF com um projeto de pesquisa que, a princípio, tinha por objetivo entender como os processos de remoções compulsórias decorrentes dos megaeventos esportivos ocorridos no Rio de Janeiro (Copa do Mundo da FIFA e Jogos Olímpicos de Verão) afetaram a trajetória escolar dos estudantes que habitavam a favela Metrô Mangueira, nos arredores do campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no bairro do Maracanã. A pesquisa tinha por foco entrevistar os estudantes que foram realocados, sobretudo os deslocados para o bairro de Cosmos, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, distante cerca de 60km, e dialogava com o projeto de pesquisa que vinha sendo desenvolvido na favela pela professora Leticia de Luna Freire, que passou a ser então minha orientadora.

Devido a inúmeras circunstâncias decorrentes da pandemia do novo coronavírus a partir de 2020, ano que ingressei no mestrado, percebi que seria praticamente impossível imergir na localidade e contactar os antigos moradores. Após

cumprir todas as disciplinas obrigatórias de maneira remota e ver a situação da pandemia perdurar, em meados de 2021, em acordo com minha orientadora decidimos mudar o tema de pesquisa, que passou a ser direcionado à aldeia urbana do Maracanã, local também situado nos arredores da UERJ e que já vinha sendo acompanhado por ela desde 2011.

A escolha de escrever a dissertação sobre esse tema se deu por conta da proximidade de minha família com o local e por ir percebendo, ao longo do tempo em que venho frequentando o espaço, as inúmeras atividades, eventos, oficinas, além da própria dinâmica interpessoal e intercultural que ocorre na aldeia.

Foi desenvolvido, então, um trabalho que tem por objetivo analisar as dimensões interculturais da Aldeia Maraká'nà na perspectiva dos próprios indígenas e dos apoiadores e visitantes, investigando elementos que possam indicar um potencial decolonial e educativo do lugar. Este foi o ponto chave de investigação dessa pesquisa.

### **Afetações de ordem subjetiva a partir da pesquisa e do campo**

Desde que tenho consciência de mim, ainda na primeira infância, cresci cercado de elementos indígenas dentro de minha casa. Nas paredes de onde cresci, na cidade de Duque de Caxias, haviam diversos aparatos indígenas, tais como arcos e flechas, artes originárias pintadas em lonas, alguns marakás e cordões pendurados, além de um pequeno banquinho, talhado manualmente em formato de tartaruga. Estes objetos pertenciam a meu pai, Hélio Guyra Xokó, que os juntou ao longo de sua vida nas visitas que realizou em diversas aldeias indígenas do Brasil.

Além das visitas realizadas por meu pai nas aldeias, por vezes recebíamos algum indígena, vindo de alguma aldeia, que passava algum tempo em nossa casa. Tais questões se davam pelo fato da origem de meu pai, que é da etnia Xokó<sup>1</sup>, e apesar de não ter nascido em uma aldeia, com o passar dos anos foi construindo relação de amizade com outros indígenas, de diferentes etnias. Desde muito novo — não me recordo quando foi a primeira vez — sempre que possível meu pai levava a mim e a minha irmã mais nova, Eliane, à alguns eventos que ocorriam eventualmente

---

<sup>1</sup>Os indígenas Xokó vivem em um aldeamento na Ilha de São Pedro, às margens do Rio São Francisco, no município de Porta da Folha, Sergipe.

no Museu do Índio, no bairro de Botafogo, onde conhecíamos alguns outros indígenas de diferentes etnias.

Apesar de crescer envolto à pessoas e elementos indígenas nunca me interessei em querer saber mais afundo a história de minha família paterna, e por crescer na cidade, tampouco me considerava indígena. Quando criança e até o meio de minha adolescência, reproduzia afirmações ignorantes e descabidas como: “indígenas são os que crescem e vivem na mata; que são conhecedores e praticantes da cultura ancestral”. Como não era meu caso, nunca sequer passou na minha cabeça em me considerar indígena. O fato de minha mãe ser filha de portugueses, sendo uma pessoa de pele bem branca, com cabelos claros e olhos azuis, me fez, no processo de miscigenação, nascer com a pele e traços diferentes dos indígenas que eu via no geral, e isso me distanciou ainda mais de um possível autoreconhecimento de minha ascendência indígena.

Recordo-me, com certa tristeza, da forma pejorativa que alguns dos vizinhos, da pequena vila próximo à favela Vila Operária onde morávamos, se referiam a meu pai, como “Índio paraíba<sup>2</sup>”, devido ao fato de, além de indígena, ser nordestino (tendo ele nascido especificamente no estado do Sergipe). O preconceito proferido contra meu pai, às vezes se direcionava à mim, sempre de maneira pejorativa, o que me criou ainda mais confusão e buscar, inconscientemente, me distanciar dos elementos culturais que me haviam sido apresentados informalmente por meu pai. Refletindo atualmente sobre meu passado, penso que enquanto criança não possuía estrutura psicológica para enfrentar aquela violência simbólica, o que, somado a inúmeras outras coisas, foi me distanciando de qualquer associação indígena e da cultura nordestina em si, não por ser um enorme problema para mim, mas por entender que era mais cômodo estar em conformidade com o padrão de “normalidade” estabelecido no lugar em que cresci. Com o passar dos anos durante a adolescência e por uma fase da vida adulta nunca soube dizer realmente qual minha etnia, se sou branco, indígena ou outra coisa, porém isto sempre me gerou muita confusão. Tal questão ocorreu de maneira diferente com Eliane, que desde a infância sempre se reconheceu como uma pessoa indígena.

Quando redefino meu objeto de pesquisa, que passa a ser a Aldeia Maraká'nà, começo a ter contato com indígenas de diferentes aldeias que encontram-se em

---

<sup>2</sup>“Paraíba” é um termo pejorativo quando utilizado para se referir genericamente a uma pessoa originária da região Norte ou Nordeste do Brasil.

contexto urbano e também com outros, que estão em processo de retomada de sua ancestralidade, que devido aos processos seculares de genocídio, físico e simbólico, por muito tempo se distanciaram de seu passado ancestral através de processos hegemônicos, e agora buscam se reconectar às suas raízes étnicas. Conheci muitas pessoas na Aldeia Maraká'nà que sabiam que seus pais, avós e/ou bisavós eram de determinadas etnias, mas que devido à inúmeras circunstâncias, desconhecem quase que por completo a cultura dos seus antepassados.

Comecei a refletir sobre estas pessoas em processo de retomada, e neste movimento comecei a pensar sobre mim mesmo. Os processos de aculturação, de êxodo compulsório e desmantelamento das culturas indígenas ocorreu sistematicamente e foram provocados pelo Estado brasileiro e suas instituições, mas apesar disso, as pessoas ainda estão ligadas aos seus antepassados pelo laço de sangue. Me recordo de uma fala proferida por Potyra Krikatí Guajajara em uma conversa em grupo, dita não exatamente com estas palavras: “o que importa é o que você pensa sobre si mesmo. Me dói ver uma pessoa dizer que a mãe é indígena, que a avó é indígena e a pessoa não se considerar indígena como seus antepassados, não existe isso pois está no próprio sangue dela.”

Os diálogos estabelecidos na Aldeia Maraká'nà ao longo do trabalho de campo, as trocas de experiências com indígenas, as próprias vivências em si e as leituras que realizei para a execução da dissertação foram me levando a uma intensa reflexão pessoal e em como as pessoas foram, e ainda são, compulsoriamente destituídas de sua ancestralidade para incorporarem um padrão hegemônico pré estabelecido, diferente dos seus antepassados diretos, que nega a diversidade cultural e étnica para dar lugar a um “ser brasileiro”, abstrato e homogeneizado.

Algum tempo depois de ter iniciado meu trabalho de campo na Aldeia Maraká'nà ocorreu minha banca de qualificação onde apresentei o caminhar do projeto, tendo por avaliadores os professores José Ribamar Bessa Freire e Kelly Russo. Diversos apontamentos fundamentais ocorreram, mas um deles foi crucial e me causou uma reviravolta mental. No texto enviado para banca de qualificação havia a informação, que eu considerava trivial naquele momento: “meu pai era um indígena Kariri-Xokó”. O professor Bessa Freire, em sua fala, teceu um comentário sobre o referido trecho de meu projeto, realizando a seguinte pergunta: “Você fala aqui no texto que seu pai é um indígena Kariri-Xokó, mas e o Erlan, o Erlan é o que?” Essa simples pergunta, junto a outras questões de ordem subjetiva que vinham se

construindo ao longo de meu trabalho de campo me fizeram refletir profundamente sobre a necessidade de saber mais sobre meus antepassados, o que significaria também saber mais sobre mim mesmo. Então pela primeira vez pedi para conversar com meu pai sobre isto, buscando compreender a história de minha família paterna. Desde a minha infância sempre dialoguei muito pouco com meu pai, e até então nunca havia lhe perguntado tal questão, mas me senti na necessidade de saber mais sobre e pedi para conversar com ele sobre nossa família. Além disso, busquei leituras sobre os processos históricos envolvendo os Xokó a partir de produções bibliográficas.

Começo perguntando ao meu pai, Hélio, sobre a história de nossa família, e a primeira informação que tive foi uma correção: nossa linhagem étnica não é Kariri-Xokó, mas sim, Xokó, reiterando que no passado houve uma história conjunta entre os Kariri e o Xokó, que desencadearam na formação dos Kariri-Xokó. Não me recordo quando fiz esta confusão, mas afim de me explicar sobre tal, meu pai conta uma história que lhe foi contada por seu pai (meu avô), que por sua vez foi contada à meu avô por meu bisavô, em um processo de tradição oral, sendo esta uma das principais formas de transmissão das culturas e memórias dos povos indígenas, passadas de geração em geração através da contação das histórias. Então, Hélio me disse:

Os Xokó viviam numa ilha, que era uma ilha grande, e ela pertencia só ao povo Xokó. Um certo governador lá do Sergipe, à pedido de fazendeiros, achava que aquelas terras ali não deveriam pertencer aos índios e que o governo fizesse alguma coisa para que retirasse os índios dali para que eles ocupassem [...] Isso foi a muitos anos atrás desde 1800 e alguma coisa, 1890, por aí assim. Meu avô no caso, o pai do meu pai, ele vivia nessa ilha que se chama Ilha de São Pedro e o governador achou de expulsar os índios dali então levou polícia, delegado, um monte de policiais pra ali e expulsaram os índios. Passou aquela terra para fazendeiros, madeireiros, esse pessoal ai que acharam que era pra ser ocupado por eles (HÉLIO GUYRA XOKÓ).

O processo de expulsão dos Xokó da Ilha de São Pedro está intrinsecamente ligado à Lei de Terras de 1850, assinada pelo então imperador Dom Pedro II, que ao longo dos anos subsequentes, concentrou latifúndios nas mãos de grandes fazendeiros, impactando diretamente os aldeamentos indígenas em território brasileiro. Santos evidencia que

[...] com a promulgação da Lei de Terras de 1850, os nativos passaram a ser considerados extintos, espoliados e integrados à “civilização”, foi o que ocorreu com os Xokó do antigo aldeamento São Pedro de Porto da Folha/Sergipe. Os discursos em 1870, era voltado para as políticas indígenas na negação dos seus direitos à terra, integra-los aos meios de “civilização” era a intenção do estado, para que se perdessem em meio à massa “civilizada” e assim sendo retirado todos os seus direitos. As terras dos

aldeamentos são alienadas, e os indígenas passam a ser incorporados como cidadão do império. (SANTOS, 2021, p. 216)

O Governo Imperial negava a existência de indígenas na região do Sergipe, e, alegando que o aldeamento Xokó já não mais existia, junto à Câmara Municipal, põe em aforamento o terreno onde estes habitavam, que passa gradativamente a pertencer à família de João Fernandes de Britto. “Através desses aforamentos, João Fernandes de Brito se assenhora, gradativamente, das terras, e no ano de 1897 desfruta, como foreiro, de cinco dos oito lotes em que fora dividida a terra dos índios.” (DANTAS, 1980, p. 17). Santos afirma que “ao se apossar das terras indígenas do antigo aldeamento de São Pedro/Porto da Folha/Sergipe, a família Brito desfruta dessas terras a partir dos anos de 1897 até a década de 1980.” (2021, p. 215)

A partir do assenhoreamento do território Xokó pela família Britto, o uso constante da violência contra os indígenas no local foi desempenhado de maneira sistemática, o que levou muitos a fugir para outras localidades, inclusive pedindo abrigo em uma aldeia Kariri. Segundo Dantas:

Como o argumento usado pelos brancos para ter acesso legalizado à terra era a inexistência de índios, era necessário por todos os meios mantê-los dispersos e afastados do local da antiga aldeia. daí o uso constante da violência para evitar a presença dos índios nas proximidades das terras disputadas. Os depoimentos dos atuais remanescentes Xocó que permaneceram nas terras, dão conta de que jagunços armados, chegavam à aldeia durante a noite, e as alternativas que restavam aos índios eram, no dizer de uma sobrevivente da época, "morrer, matar ou correr" E os índios corriam para não morrer. Uns buscavam abrigo na aldeia dos Cariri, situada no outro lado do rio, em território de Alagoas. Outros, dispersavam-se pelas vizinhanças para retornar às terras logo que cessava a onda de violência (DANTAS, 1980, p. 17-18)

Grande parte dos indígenas Xokó é obrigada a fugir da Ilha de São Pedro. Segundo Hélio, um cacique foi até os Kariri, que habitavam a outra margem do Rio São Francisco, em Porto Real do Colégio, estado do Alagoas, e pediram abrigo. A partir disto ocorre a junção dos dois povos, formando os Kariri-Xokó. Sobre a expulsão dos indígenas Xokó, juntamente com a família de meu avô, Hélio afirma que:

Então o cacique na época foi lá no encontro lá com os Kariri de Alagoas. Então foi lá e pediu se os Kariri concordavam em eles, que ficaram sem terra, pra viver com eles lá em Alagoas. E os índios lá permitiram e se juntou, se juntaram no caso, os Xokó, de Sergipe, com os índios Kariri, lá de Alagoas (HÉLIO GUYRA XOKÓ).

Segundo meu pai (em algum momento que ele não sabe dizer exatamente quando foi), meu bisavô retorna para a Ilha de São Pedro e lá nasce meu avô, Antônio

Pedro (que na aldeia era conhecido como Gavião), no dia 11 de setembro de 1906, e lá viveu até os 19 anos. Os indígenas Xokó que continuaram a viver na Ilha de São Pedro, agora sob o regime dos coronéis, viviam em condição de obediência e constante ameaça, sendo forçados a negarem sua etnia, assumindo-se como caboclos, e trabalhando essencialmente em atividades rurais, de pesca e cerâmica.

Com a intenção de estudar e buscar uma outra perspectiva de vida, menos sofrida, Hélio diz que meu avô Antônio Pedro deixa o local junto de uma tia que se casou com um homem branco de Aracaju, e se mudou para a cidade de seu cônjuge, levando consigo seu sobrinho, no caso meu avô. Depois de um tempo vivendo na cidade meu avô começa a trabalhar como eletricitista e motorista em uma empresa de distribuição de energia chamada Energipe.

Anos depois, nasce meu pai, ainda em Aracaju, no ano de 1950. Meu pai conta que durante a infância eventualmente visitava a Ilha de São Pedro acompanhado de meu avô, sendo a primeira vez aos 4 anos. Aos 17 anos muda-se para o Rio de Janeiro em busca de trabalho, e aqui conhece minha mãe. Apesar da distância e dos anos que se passaram, meu pai nunca perdeu os laços com a Ilha de São Pedro e estamos agendando de irmos juntos à Ilha de São Pedro em breve.

Ao longo do século XX os indígenas Xokó tentaram incessantemente e por inúmeras vezes, de maneira frustrada retomar a Ilha de São Pedro oficialmente junto ao Estado; até que em 1991, após muita persistência, conseguem a homologação, através do decreto do Governo Federal nº 401 - 26/12/91<sup>3</sup>, de seu território, que consiste em uma área de 4.412,20 hectares. Na aldeia atualmente vivem aproximadamente 405 pessoas.<sup>4</sup>

A história dos meus antepassados, e da grande maioria dos indígenas, das centenas de etnias que estão presentes em território brasileiro, é marcada por muita luta e perseverança. Se hoje estou aqui, vivo, tendo a oportunidade de estudar e estar escrevendo este trabalho de dissertação, é por conta da incessante e corajosa jornada pela sobrevivência que meus antepassados tiveram que travar ao longo de suas vidas.

---

<sup>3</sup>Disponível em: Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro | Terras Indígenas no Brasil ([terrasindigenas.org.br](http://terrasindigenas.org.br)). Acesso em: 08 fev. 2023.

<sup>4</sup>Disponível em: Unidade descentralizada da Funai no Nordeste dialoga com lideranças indígenas Xokó — Fundação Nacional dos Povos Indígenas ([www.gov.br](http://www.gov.br))> Acesso em: 08 fev. 2023

## Construção da pesquisa e aspectos metodológicos

As populações indígenas no Brasil e nos demais países das Américas historicamente sofreram com um projeto de extermínio de seus corpos, de suas culturas e de línguas, que se perpetua até os dias atuais. Seja por ação promovida pelos próprios governos ou pela omissão frente às intensas violências praticadas sobre os sobreviventes do massacre étnico que se iniciou nestas terras, a partir do século XVI, o Estado brasileiro aparenta ser cúmplice no etnocídio promovido no Brasil ao ignorar inúmeras injustiças históricas praticadas contra os povos indígenas, sobretudo com os que vivem em contexto urbano.

Como forma de protesto à invisibilidade e descaso com que são tratados os patrimônios materiais e imateriais indígenas pela sociedade brasileira ao longo dos séculos, um grupo composto por 35 pessoas de 17 etnias diferentes autodenominado Movimento Tamoio decide ocupar, em 2006, um antigo palacete localizado no bairro do Maracanã<sup>5</sup>, sendo este de enorme valor histórico para o indigenismo. Por ter sido sede do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e também do primeiro Museu do Índio da América Latina, este local foi escolhido para sediar um movimento de resistência, valorização e divulgação das culturas indígenas (FREIRE, 2019b).

Neste local, que inicialmente era chamado de Ocupação do Movimento Tamoio, ou simplesmente Ocupação, foram sendo desenvolvidas diversas atividades interculturais abertas ao público não indígena, que permitiam a esses visitantes vivenciarem os rituais, tradições e culturas de diferentes etnias indígenas, mesmo em meio a um centro urbano. Posteriormente, decidiu-se em assembleia entre os indígenas da ocupação que o local passaria a ser chamado de Instituto Tamoio dos Povos Originários. No ano de 2012, passou a ser conhecido como Aldeia Maracanã (PINTO, 2014). Havia a motivação dos indígenas que integravam o movimento em transformar aquele espaço em uma Universidade Indígena.

Como veremos melhor ao longo do primeiro capítulo, no ano de 2013, devido ao empresariamento urbano decorrente de megaeventos na cidade do Rio de Janeiro, este espaço foi alvo de reintegração de posse promovida pelo Estado e os indígenas que ali viviam foram obrigados a deixar o local.

---

<sup>5</sup> A palavra “Maracanã” deriva do Tupi-guarani “Maraká'nà” e significa algo como “semelhante a um chocalho”. Este nome foi dado ao local em referência a uma ave chamada Maracanã-Guaçu, que emite um som que se assemelha ao de um chocalho e que em outrora era muito abundante naquela região.

Após estar completamente desocupado, o espaço onde se encontrava a Aldeia Maracanã continuou sem nenhuma destinação, permanecendo fechado. Continuou assim até o ano de 2016, quando indígenas ligados ao Centro de Etnoconhecimento Socio Ambiental Cauieré (CESAC), tais como José Urutau Guajajara e Potyra Krikatí Guajajara, junto a outros indígenas e apoiadores, foram aos poucos resgatando o local e reconstruindo a Aldeia Maracanã; neste processo retomando sua antiga agenda de atividades interculturais/educacionais que eram promovidas no espaço. Os indígenas que reocuparam o local fazem parte do chamado movimento “Aldeia Rexiste”<sup>6</sup> e lá estão até os dias atuais. A grafia assumida por eles ao se referirem à aldeia, preponderantemente é escrita como “Aldeia Maraká’nà”. Por conta disso, ao longo deste trabalho sempre que me referir ao espaço como “Aldeia Maracanã” me refiro ao local antes de 2013 (forma como era grafada e difundida até então) e quando me referir ao espaço a partir de 2016, após a reocupação, chamarei de “Aldeia Maraká’nà”, em respeito à maneira como os indígenas que ocupam o local atualmente denominam o espaço.

A interculturalidade promovida pela Aldeia Maraká’nà por meio de suas atividades — destacando o fato de ser uma aldeia localizada em um centro urbano, onde a população em geral praticamente desconhece as culturas indígenas — permite o acesso de pessoas não indígenas a elementos próprios dos povos originários, possibilitando o convívio e contato direto com indígenas, tendo, nesse contato, a possibilidade de desmistificar diversos preconceitos difundidos pelo senso comum. Ao longo de minhas vivências na Aldeia Maraká’nà e também pelos inúmeros diálogos que realizei com as pessoas por lá, comecei a refletir sobre esse espaço como um difusor das culturas indígenas em meio urbano ao proporcionar experiências em atividades interculturais diversas, tais como rodas de conversa, seminários, contações de histórias, oficinas de artes indígenas, grafismo, tear, cantos, danças, línguas, dentre outras propostas desenvolvidas no espaço.

Apesar de meu trabalho de campo ter se iniciado em março de 2021, se estendendo até outubro de 2022, meu primeiro contato com a Aldeia Maraká’nà ocorreu no ano 2019 por conta do “chá de bebê”<sup>7</sup> de minha irmã, que morava no local

---

<sup>6</sup> O termo “Rexiste” refere-se à junção das palavras resistência e existência. “Resistir para existir”, como é dito pelos indígenas do movimento no local.

<sup>7</sup> Chama-se “chá de bebê” uma festa que ocorre antes de um nascimento iminente de um bebê. Como parte da festa, os pais da criança recebem presentes para o filho, como fraldas, roupas e outros objetos.

na época, e realizou este evento por lá mesmo. Esta experiência foi completamente positiva, pois eu nunca havia entrado no lugar, e nessa oportunidade pude conhecer o espaço que, até então, só conhecia por ouvir outras pessoas falarem. Neste dia fui muito bem tratado, principalmente por uma indígena Guajajara chamada Potyra, que se dizia amiga de meu pai. Meu pai, que se chama Hélio Guyra, e é um indígena da etnia Xokó, sendo antigo frequentador da Aldeia Maracanã e participante da construção daquele espaço desde quase o início da ocupação, no ano de 2006. Por conta desta proximidade de familiares com a Aldeia Maraká'nà — que de certo modo me levavam a ter envolvimento emocional com o local, de modo involuntário, mesmo que à distância — como já mencionado, devido a impossibilidade de continuar com minha pesquisa anterior, em acordo com minha orientadora, foi decidido que minha pesquisa teria como objeto de estudo a Aldeia Maraká'nà.

Inicialmente minha ideia era pesquisar sobre uma suposta “escolinha” voltada para as crianças indígenas que havia sido erguida dentro da ocupação. Como a Aldeia Maraká'nà sempre foi foco de meu interesse, decidi me aprofundar e investigar mais sobre. Em março de 2021, após a mediação de meu pai junto a José Urutau Guajajara, cacique da aldeia e principal liderança do local atualmente, este me permitiu realizar a pesquisa no espaço. Dias depois fui ao local para saber mais detalhes da “escolinha” e José Urutau me disse que houve o projeto de construção da escola, mas que este não se concretizou devido a problemas relacionados à pandemia. Então decidi, a princípio, investigar como ocorriam os processos educacionais das crianças da Aldeia Maraká'nà em suas respectivas escolas. Iniciei minha investigação neste sentido, mas ao longo de minhas vivências na Aldeia Maraká'nà, no dia a dia e, principalmente, em dias de eventos abertos ao público geral, onde também participavam muitas crianças, fui percebendo que esta aldeia urbana por si só, através de suas atividades interculturais promovidas, era um espaço riquíssimo no que diz respeito ao potencial educacional e formativo, sobretudo quanto ao acesso empírico dos visitantes a diversos elementos das culturas indígenas.

Em meados de agosto de 2021, após já ter realizado inúmeras leituras a respeito do local e vivenciado inúmeras situações que me desencadearam profundas reflexões, decidi reformular novamente meu objeto de pesquisa, que passou a ser a investigação desta dissertação: compreender o potencial intercultural, educativo e, conseqüentemente, formativo, da Aldeia Maraká'nà a partir de suas atividades realizadas no espaço (e fora dele, em instituições educacionais), levando em

consideração as narrativas tanto dos próprios indígenas quanto de pessoas não indígenas.

Desde as minhas primeiras visitas à Aldeia Maraká'nà, já como pesquisador, foi sendo realizado levantamento bibliográfico sobre as produções científicas envolvendo o lugar (artigos, dissertações e teses) e de materiais jornalísticos e audiovisuais encontrados em meio digital abordando diversos aspectos do espaço ao longo de sua história. Além disso, foi realizado um trabalho sistemático de coleta de dados e informações nos *sites*, *blogs* e redes sociais próprias da Aldeia Maraká'nà, onde se encontram publicadas declarações, denúncias, informes, divulgação de atividades e motivações diversas produzidas pelos próprios indígenas do movimento presente atualmente no local.<sup>8</sup>

Na busca de compreender melhor os fenômenos estabelecidos na Aldeia Maraká'nà, iniciei um intenso trabalho de campo por meio da observação participante, tendo vivenciado, ao longo de mais de um ano, inúmeras atividades realizadas no espaço junto a indígenas e não indígenas — sobretudo em dias de eventos, quando o fluxo de pessoas era muito maior —, observando, interagindo e refletindo sobre as relações pessoais que se estabeleciam ali. No período em que desenvolvi o trabalho de campo na Aldeia Maraká'nà, mesmo tendo explicitado a todos com que conversei que estava realizando uma pesquisa, busquei me comportar de maneira mais natural possível, sem forçar entrevistas, conversando com as pessoas e deixando-as livre para falarem o que quiserem, mas em determinadas situações, principalmente quando eu conversava com indígenas na Aldeia Maraká'nà buscando informações sobre determinado assunto, pedia permissão para gravar a conversa com meu aparelho celular e então iniciava uma entrevista não estruturada, que seguia um caminho próprio conforme o desenrolar do diálogo e, por vezes, chegava a um outro assunto que nada tinha a ver com a minha pergunta inicial. Estas conversas ocorreram preponderantemente de maneira presencial, mas por vezes ocorreram diálogos com os indígenas da Aldeia Maraká'nà pelo *WhatsApp* e também pelo *Facebook Messenger*, que gentilmente, quase na totalidade de vezes, me respondiam de bom grado; é importante ressaltar que em 2021, sobretudo quando se iniciou esta

---

<sup>8</sup>Seguem os endereços eletrônicos das principais páginas da Aldeia Maraká'nà redes sociais:  
<https://www.facebook.com/aldeia.rexiste>  
<https://www.instagram.com/tekohawmarakana/>

pesquisa, ainda estávamos sob efeito da pandemia e que, em alguns momentos, os cuidados sanitários também atravessavam a forma como se estabeleciam estas interações.

Especificamente ao longo do evento Abril Indígena — que será abordado no quarto capítulo —, devido ao grande fluxo de pessoas na Aldeia Maraká'nà (que com frequência recebia mais de 100 pessoas em cada dia, principalmente nos fins de semana) foram realizadas entrevistas semi-estruturadas a partir de um breve roteiro previamente elaborado como forma de me auto-organizar no diálogo estabelecido e não tomar muito tempo das pessoas que participavam das atividades<sup>9</sup>. Após eu me apresentar e pedir autorização, eram gravadas as conversas com a utilização de meu telefone celular. Foram realizadas ao longo do mês de abril, em que ocorreu o Abril Indígena, 23 entrevistas, sendo 19 durante o evento, em diferentes dias, e 3 pelo *WhatsApp* com pessoas que, devido ao fluxo de atividades na Aldeia Maraká'nà, me passaram seus contatos para a realização das entrevistas posteriormente.

Junto de minha orientadora, Leticia de Luna Freire, foram realizadas também entrevistas estruturadas no mês de julho de 2022, gravadas por meio do telefone celular, com duas professoras de educação infantil da Escola Municipal Friedenreich que levaram seus alunos para uma visita na Aldeia Maraká'nà e posteriormente realizaram trabalhos em sala de aula envolvendo a experiência das crianças.

Ao longo do trabalho me utilizo de diferentes nomenclaturas para me referir às pessoas que tive contato no campo que tem por objetivo elucidar ao leitor a distinta relação de cada um destes com o espaço da Aldeia Maraká'nà. Utilizei as seguintes terminologias:

- Lideranças – São indígenas de longa data dentro do movimento ali presente que possuem voz e poder de decisão no grupo. Em geral, na Aldeia Maraká'nà, percebi que grande parte das determinações do local passa pelo aval individual e/ou coletivo destes. Constatei ao longo de meu trabalho de campo que os indígenas de modo geral, independentemente da etnia, são muito respeitados dentro do movimento, tendo espaço para dialogar e propor questões, mas a decisão final é das lideranças.

---

<sup>9</sup>O roteiro de entrevista encontra-se em anexo na dissertação.

- Apoiadores – Em geral, são pessoas não indígenas que estão engajadas nas causas indigenistas e apoiam com afinco a existência e as motivações da Aldeia Maraká'nà, muitos deles desde a fundação do local, em 2006. Os apoiadores auxiliam de forma bem significativa na manutenção e transformação do espaço, emprestando força de trabalho para a execução de projetos, financeiramente, através de doações e compra dos aparatos vendidos pelos indígenas da aldeia e também na própria divulgação e defesa do espaço em si, quando necessário.
- Visitantes – Utilizei este termo ao longo do trabalho para me referir as pessoas que disseram estar indo à Aldeia Maraká'nà pela primeira vez, ou que iam muito esporadicamente, sem existir necessariamente uma relação sólida e contínua de apoio com o movimento indígena no local.

Quanto à estrutura da dissertação e aos conteúdos inerentes a cada um dos quatro capítulos, organizei da seguinte forma:

A fim de fazer o leitor compreender o cenário que as populações indígenas se encontram no Brasil, no primeiro capítulo evidencio um breve histórico da situação em que estas populações se encontram na contemporaneidade e a consequente motivação da criação do espaço da Aldeia Maraká'nà como um ponto referencial de resistência indígena; abordando o processo de ocupação e transformação do espaço em um centro intercultural indígena, do posterior conflito com o Estado e da reocupação do local pelo movimento Aldeia Rexiste.

No segundo capítulo destaco as transformações estruturais relativas ao espaço físico e outras questões gerais que ocorreram na Aldeia Maraká'nà desde a sua ocupação inicial até sua configuração atual. Divido este capítulo em três períodos distintos, separados entre subtítulos, que se complementam: o primeiro se inicia a partir da ocupação do espaço até a reintegração de posse em 2013; o segundo aborda a retomada do espaço que se inicia em 2016 e reconfigura completamente a aldeia; e no terceiro descrevo como se encontrava o espaço quando iniciei meu trabalho de campo, destacando os locais e pontos que percebi serem importantes.

No terceiro capítulo abordo as questões cotidianas dos indígenas da Aldeia Maraká'nà, sobretudo quanto aos desafios que têm que enfrentar estando no contexto urbano. Neste capítulo também narro minha primeira entrada no local, no ano de 2019,

destacando algumas de minhas percepções e experiências dentro do espaço na tentativa de levar o leitor a compreender, a partir de minhas vivências e observações, os dramas e as dificuldades que os indígenas da Aldeia Maraká'nà enfrentam.

No quarto capítulo inicio apontando os processos de colonização ocorridos na América Latina e suas consequências que, ainda hoje, conformam o imaginário da sociedade em geral sobre os povos indígenas devido aos processos hegemônicos eurocentrados e de colonialidade do poder (QUIJANO, 2005). Abordo em seguida as atividades interculturais/educativas da Aldeia Maraká'nà que pude acompanhar, destacando o potencial decolonial do espaço, que opera como um agente contra-hegemonico, libertário e de superação de preconceitos arraigados no imaginário social contra os povos originários. Finalizando este quarto e último capítulo, aponto as contribuições da Aldeia Maraká'nà para a implementação da Lei nº 11.645/2008, que incluiu no currículo oficial das escolas da educação básica a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena.

## 1 A HISTÓRIA DO MOVIMENTO ALDEIA MARACANÃ

*Porque não existe dor maior pros parentes<sup>10</sup> do que ser dizimado,  
de ser expulso da sua terra.  
O valor da terra não é de dinheiro, não é de ouro,  
não é de mineral, não é de petróleo.  
O valor que a gente sente pelas nossas terras não é esse não.  
É um valor sentimental, de amor, de liberdade,  
de poder correr sem se preocupar  
que a qualquer hora vai vir uma multidão  
e expulsar a gente de lá, e matar o povo que tá lá.  
É isso que a gente quer,  
a gente quer ter liberdade de expressão, liberdade  
pra poder ficar no nosso lugar em paz.*

*Zahy Guajajara*

### 1.1 Breve contextualização da situação das populações indígenas

A Constituição Federal brasileira, promulgada no ano de 1988, trouxe consigo uma série de conquistas e avanços nos direitos sociais, consolidando a superação do período de ditadura militar e o restabelecimento do regime democrático. Dentre as muitas conquistas que constam neste documento destaca o reconhecimento das culturas indígenas como parte da cultura nacional. As formas de relação entre o Estado e os povos originários modificaram-se, estabelecendo-se novas diretrizes quanto aos direitos constitucionais indígenas.

A Constituição Cidadã – como o documento ficou conhecido – representou um importante salto para o indigenismo ao definir novos preceitos a fim de proteger os direitos e anseios dos povos indígenas. Diz o artigo 231 deste documento:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988).

---

<sup>10</sup>“Parente” é um termo utilizado por um indígena para se referir a outro, independente de etnia.

Apesar de a Constituição Federal assegurar aos indígenas o direito a habitarem em seus territórios tradicionais, na prática isto não ocorre de modo plenamente satisfatório. Ainda nos dias atuais muitos indígenas são obrigados a migrar para as cidades, tendo que deixar seus territórios tradicionais. Rodrigues *et al* (2019) expõem que este fenômeno ocorre por conta de diferentes motivos, dentre eles: a busca por atendimento médico, melhor acesso a educação, busca de emprego e também pela perda de suas terras por conflitos externos ou internos. Estas migrações para a cidade ou para a zona rural ocorrem de maneira individualizada, de todo um grupo familiar ou até mesmo de aldeias inteiras que se veem obrigadas a abandonar suas terras. Segundo o último Censo Demográfico Nacional<sup>11</sup>, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), viviam 817.963 indígenas no Brasil naquele momento<sup>12</sup>. Destes, 517.383, o que corresponde a 57,7%, estavam distribuídos em 505 terras indígenas, compreendendo 12,5% do território nacional e estando presentes em maior número na região da Amazônia. 42,3% viviam em outras áreas, rurais e urbanas. Esse dado reflete que quase a metade dos indígenas habita fora de seus territórios tradicionais.

O censo considerou como terras indígenas localidades que se enquadrassem em pelo menos um dentre quatro critérios:

declaradas (com Portaria Declaratória e aguardando demarcação), homologadas (já demarcadas com limites homologados), regularizadas (que, após a homologação, foram registradas em cartório) e as reservas indígenas (terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União). (IBGE, 2010).

Haviam 182 terras que ainda se encontravam em processo de demarcação. Em relação à diversidade étnica, foram contabilizadas 274 línguas indígenas faladas por pessoas de 305 etnias, “sendo ‘etnia’ a comunidade definida por afinidades linguísticas, culturais e sociais.” (IBGE, 2010).

---

<sup>11</sup>Durante a fase final de escrita desse trabalho, estava sendo realizado um novo Censo do IBGE, o de 2022, porém, este ainda não havia sido completamente concluído até o término da dissertação.

<sup>12</sup>Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf)> Acesso em: 10 Jul. 2021.

Figura 1 – População indígena com indicação das 15 etnias com maior número, por localização do domicílio.

Número de ordem	Total		Nas Terras Indígenas		Fora das Terras Indígenas	
	Nome da etnia	População	Nome da etnia	População	Nome da etnia	População
1	Tikúna	46 045	Tikúna	39 349	Terena	9 626
2	Guarani Kaiow á	43 401	Guarani Kaiow á	35 276	Baré	9 016
3	Kaingang	37 470	Kaingang	31 814	Guarani Kaiow á	8 125
4	Makuxí	28 912	Makuxí	22 568	Múra	7 769
5	Terena	28 845	Yanomámi	20 604	Guarani	6 937
6	Tenetebara	24 428	Tenetebara	19 955	Tikúna	6 696
7	Yanomámi	21 982	Terena	19 219	Pataxó	6 381
8	Potiguara	20 554	Xavante	15 953	Makuxí	6 344
9	Xavante	19 259	Potiguara	15 240	Kokama	5 976
10	Pataxó	13 588	Sateré-Maw é	11 060	Tupinambá	5 715
11	Sateré-Maw é	13 310	Mundurukú	8 845	Kaingang	5 656
12	Mundurukú	13 103	Kayapó	8 580	Potiguara	5 314
13	Múra	12 479	Wapixana	8 133	Xucuru	4 963
14	Xucuru	12 471	Xacriabá	7 760	Tenetebara	4 473
15	Baré	11 990	Xucuru	7 508	Atikum	4 273

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.<sup>13</sup>

Especificamente no Estado do Rio de Janeiro estavam presentes, segundo o censo de 2010, 15.894 indígenas. Alguns levantamentos apontam a existência de oito aldeias fluminenses, das etnias Guarani e Pataxó, situadas em Maricá, Angra dos Reis e Paraty (FREIRE; MALHEIROS, 2009). Do total de indígenas no estado, 15.444 viviam fora de seus territórios tradicionais, estando apenas 450 vivendo em territórios indígenas demarcados e reconhecidos pelo Estado brasileiro, contabilizando 2,8% do total de indígenas<sup>14</sup>. Grande parcela desta população, 6.764 pessoas, vive na capital do estado.

Apesar desse percentual elevado, há raras ações e políticas públicas que levam em conta as perspectivas dos povos indígenas presentes nas cidades do Brasil, que encontram grande dificuldade para acessar seus direitos básicos. (ROSADO; FAGUNDES, 2013, p. 8).

Os indígenas que habitam em territórios demarcados constitucionalmente

<sup>13</sup>Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14262-asi-censo-2010-populacao-indigena-e-de-8969-mil-tem-305-etnias-e-fala-274-idiomas>> Acesso em: 11 Jul. 2021.

<sup>14</sup>Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge>> Acesso em: 10 Jul. 2021.

possuem suas moradias asseguradas, apesar de, na prática, assim como diversos outros direitos adquiridos pela população geral, isso não ser completamente respeitado. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) registrou no ano de 2019, “256 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio, em pelo menos 151 terras indígenas, de 143 diferentes povos” (2019, p. 78). Este órgão já vinha alertando desde o ano anterior sobre as frequentes invasões nos territórios indígenas, evidenciando a ofensiva de garimpeiros, madeireiros, grileiros e fazendeiros sobre estas regiões, sobretudo nos estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Maranhão, Pará e Mato Grosso. Segundo o mesmo relatório, em 2018 houveram 111 casos de invasões. Esse aumento do número de invasões está atrelado, segundo o CIMI, a medidas adotadas pelo governo federal, sendo este encabeçado pelo atual presidente da república Jair Bolsonaro. Como vem sendo denunciado pelo CIMI e uma série de outras organizações, Bolsonaro incentivou a invasão de territórios indígenas por meio de discursos e práticas:

se intensificou com as medidas administrativas adotadas pelo seu governo, que cumpriu o compromisso de que não demarcaria nenhuma terra indígena, reveria os procedimentos demarcatórios realizados, assim como as ações de proteção e fiscalização de todas as áreas públicas em geral, incluindo-se nelas os parques e as reservas ambientais e áreas interditadas para povos indígenas em situação de isolamento e risco. Houve uma expressiva diminuição dessas ações, com explícitas restrições à queima dos equipamentos utilizados pelos invasores. (CIMI, 2019, p. 78)

Se para os indígenas que habitam em territórios demarcados a situação é alarmante, para os que vivem nas cidades o quadro é tão ou mais problemático. Rodrigues *et al* (2019) apontam que as políticas públicas de habitação para os indígenas em contexto urbano são inexistentes ou pouco eficazes, levando-os muitas vezes a viver em contextos de pobreza e marginalidade.

Outro desafio enfrentado pelos indígenas em contexto urbano advém dos processos hegemônicos de dominação cultural, que criam preconceitos e estereótipos que são reforçados e difundidos pelo senso comum. Corrêa (2021) aponta que, devido ao acesso um pouco mais facilitado aos sistemas educacionais e de saúde, muitos indígenas conseguem se formar e ocupar empregos similares aos dos brancos, porém o preconceito e a discriminação perduram. Rosado e Fagundes (2013) apontam que isto tem uma origem histórica: os indígenas que vivem nas cidades são constantemente invisibilizados sob o olhar ignorante e etnocêntrico de uma parcela

significativa dos cidadãos, perdurando a ideia equivocada de que o “índio de verdade vive em meio à natureza”, e aquele que habita o espaço urbano seria algo “fora do lugar”, encontrando dificuldades para ter sua identidade indígena reconhecida. Quando nascidos e crescidos nas cidades, os indígenas encontram dificuldades ainda maiores de serem reconhecidos enquanto tais. De acordo com Santos (2016),

Temos, então, uma situação em que os indígenas enfrentam um preconceito étnico, ao mesmo tempo em que não podem contar com uma cobertura de direitos diferenciados, uma vez que a própria legislação é fortemente baseada no estereótipo do índio em território rural e isolado. (SANTOS, 2016, p. 16)

Esta ideia ancorada no senso comum, deturpada e engessada, que tenta excluir o indígena que vive na cidade de sua própria identidade é frequentemente difundida e reforçada em grandes veículos de comunicação e também por agentes políticos. No ano de 2013, por exemplo, o então Secretário de Esporte e Lazer, André Lazaroni, na iminência do Governo do Estado do Rio de Janeiro transformar o prédio do antigo Museu do Índio – então ocupado pelos integrantes do movimento Aldeia Maracanã - em um museu do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), deu a seguinte declaração em entrevista a uma emissora de televisão:

Eles têm de sair. Estão ali ilegais. Aquilo ali é um Museu do Índio, não é uma aldeia. Esses índios que estão aqui, será que têm a mesma legitimidade que têm os índios... Porque índio mesmo mora na floresta, não é? Índio mesmo a gente está protegendo na Amazônia. Eles estão lá gerando riqueza para a sua tribo. Os índios que estão aqui na verdade hoje são instrumentos políticos de partidos de oposição (ANDRÉ LAZARONI).<sup>15</sup>

A fala proferida pelo Ex-Secretário de Esportes e Lazer do Rio de Janeiro reforça uma das muitas ideias etnocêntricas sobre os indígenas que vivem no meio urbano. Além do preconceito que sofrem no contexto urbano os indígenas se veem obrigados a reformular e readaptar sua cultura e modo de viver.

Uma vez residindo na cidade, os indígenas redefinem o processo de territorialidade, manifesto ora pelos conflitos sociambientais, ora pelos vínculos estabelecidos com as áreas, que se apresentam como espaços de relações sociocsmológicas. A partir desses espaços processam a renovação do compromisso com o passado e reelaboram suas culturas, diante dos contextos interculturais ao qual se encontram imersos. Desta forma produzem inúmeras formas associativas, reunindo raízes locais, laços de solidariedade, autodefinições coletivas, consciência ambiental e singularidades culturais. (ROSADO; FAGUNDES, 2013, p. 8)

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://ge.globo.com/futebol/copa-das-confederacoes/noticia/2013/03/novo-secretario-revela-maracana-vai-reabrir-com-partida-entre-ex-jogadores.html> Acesso em: 18 dez 2021

Ao analisar alguns dos equívocos frequentemente acionados na referência aos povos indígenas, Freire (2016) destaca que todas as culturas são mutáveis, e com os indígenas isto não ocorre de modo diferente. Nenhuma cultura está isolada em uma redoma, e ao longo da história os diferentes povos entram em contato entre si; de forma harmoniosa ou hostil, influenciam-se de modo mútuo, trocando elementos culturais e transformando-se. O autor diz que o brasileiro, por exemplo, faz uso de aparatos que não são provenientes originalmente de seu país, como por exemplo, telefone, computador, rádio, etc., e nem por isso perde sua identidade brasileira. Nas palavras de Corrêa (2021),

Uma pessoa branca não irá se tornar índio se construir uma canoa com técnicas aprendidas dos indígenas e utilizá-la como modo de transporte. Do mesmo modo, um índio não deixará de pertencer à sua etnia se assistir TV ou utilizar um aparelho de telefone (CORRÊA, 2021, p. 6).

De modo impositivo ou não, todos os povos se transformam ao longo do tempo, e não foi diferente para os Ticuna ou os Guarani, por exemplo. Porém, Freire (2016) evidencia que, no processo de troca com o colonizador, os indígenas brasileiros, e de toda a América de modo geral, não tiveram a possibilidade de escolher quais elementos específicos gostariam de tomar para si, uma vez que os colonizadores, através de seus processos de dominação cultural ao longo da história, impuseram sua cultura de modo quase, ou totalmente, unilateral frente às possibilidades de escolha dos povos originários que aqui já habitavam. Neste processo de dominação, etnias inteiras foram completamente dizimadas.

Apesar de todos os desafios enfrentados ao longo de séculos, milhares de indígenas resistem e encontram-se espalhados pelas cidades brasileiras e fluminenses, muitos destes engajados na luta pela demarcação de seus territórios e/ou reocupação de algumas localidades específicas.

## **1.2 Ocupar, resistir, lutar pra garantir!**

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI)<sup>16</sup>, órgão ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que tem por função a promoção e proteção dos direitos dos povos originários de todo o território nacional<sup>17</sup>, o antigo Museu do

---

<sup>16</sup>Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3844-museudoindio3?start=1>. Acesso em: 10 Jul. 2021.

<sup>17</sup>Fundada por intermédio da lei nº 5371 de 5 de dezembro de 1967, a FUNAI visa “promover estudos

Índio foi inaugurado em 19 de abril de 1953 em um prédio localizado próximo ao então Estádio Municipal do Maracanã (renomeado posteriormente como Estádio Jornalista Mario Filho; mais conhecido como “Estádio do Maracanã”)<sup>18</sup>, abrindo um leque de visibilidade e conservação histórica indígena.

O território compreendido pelo bairro do Maracanã, onde está localizado o antigo palacete, originalmente era habitado por povos Tupinambá, que ao se aliarem a outros povos indígenas, como os Goitacazes e os Guaianases, formaram a Confederação dos Tamoios, liderados pelo Tupinambá Aimbiré. No ano de 1554, “Aimbiré, filho do cacique Kairuçu, depois de ver o pai capturado e morto por conta dos maus tratos na fazenda de Brás Cubas, em São Vicente, consegue fugir do cativeiro e começa a reunir-se com chefes de grupos indígenas” (TAVARES, 2013) aliando-se aos franceses (que buscavam se estabelecer no território) visando expulsar os colonizadores portugueses.

Os embates entre estes indígenas e os portugueses duraram mais de dez anos, quando, em 1567, os colonizadores oriundos de Portugal conseguiram derrotar os indígenas; conseqüentemente expulsando os franceses da região. “A Confederação dos Tamoios é derrotada, os povos originários do lugar são dizimados, as lideranças caem nas batalhas, e poucas famílias conseguem escapar pelo mato, garantindo assim a continuidade do povo indígena na região” (*ibid*).

Por volta de três séculos mais tarde o terreno onde se encontra o palacete foi entregue pelo imperador Dom Pedro II para o Duque de Saxe como dote por este ter se casado com sua filha, Leopoldina de Bragança. Em 1862, Duque de Saxe construiu o prédio em questão, doando-o para o império brasileiro pouco tempo depois, no ano de 1865. No termo de doação fica determinada a destinação do local “[...] *ad eternum* à preservação das sementes e das culturas indígenas. Este ato reconheceu que o terreno tinha a origem indígena e que este deveria ser o seu real destino” (BAETA, 2018)

Já no período republicano, no ano de 1910 o prédio passou a sediar o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), fundado pelo Marechal Cândido Rondon, sendo o primeiro

---

de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. A FUNAI também coordena e implementa as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados”. Disponível em: < <https://www.gov.br/funai/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/Institucional>> Acesso em: 19 mar. 2022.

<sup>18</sup> Disponível em: <http://www.suderj.rj.gov.br/maracana.asp>. Acesso em: 23 ago. 2021.

orgão governamental do país voltado à questão indígena. Naquele momento, o Rio de Janeiro era o Distrito Federal, conseqüentemente estando no epicentro das decisões políticas, culturais, sociais e econômicas que regiam o país<sup>19</sup>, sendo este, dentre outros, um dos fatores preponderantes para o SPI ser fundado na cidade.

No ano de 1953, o antropólogo Darcy Ribeiro fundou no mesmo local o primeiro museu indígena brasileiro, e assim

[...] impulsionando a valorização da cultura material indígena através de pesquisa e catalogação das etnias. Para além de museu, o órgão passou a ocupar papel central na institucionalização de ações direcionadas às populações indígenas. Nele foi, por exemplo, oficializado o Dia Nacional do índio e produzido o projeto do Parque Nacional do Xingu, a primeira terra indígena homologada pelo governo federal. (FREIRE, 2019a, p. 16-17)

Em 1977, o museu foi transferido para um casarão na Rua das Palmeiras, 55, bairro de Botafogo, na zona sul da cidade, onde permanece até os dias atuais com acervos museológicos, contando com 16.000 objetos etnográficos, tais como artesanatos, tecidos, cerâmicas, etc., obtidos através de compras e doações; bibliográficos, possuindo um dos maiores e mais especializados acervos da América do Sul relacionado aos povos originários, sendo um dos mais importantes das Américas; e arquivísticos, reunindo um total de 125.916 documentos reunidos desde 1890 até a contemporaneidade; audiovisual, contando com quase 70.000 arquivos fotográficos, videográficos e sonoros de inúmeros povos indígenas, alguns inclusive extintos.

---

<sup>19</sup>Em 1763, a capital do Brasil foi alterada da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro, onde se manteve até o ano de 1960, quando foi novamente transferida para Brasília, local em que se mantém até os dias atuais. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/radio/programas/394447-em-1763-a-capital-do-brasil-foi-transferida-de-salvador-para-o-rio-de-janeiro> > Acesso em: 19 mar. 2022.

Figura 2 – Antigo Museu do Índio: Fundado pelo Marechal Rondon



Fonte: website da Associação Indígena Aldeia Maracanã, (19--?)<sup>20</sup>

Em 1984 o prédio do antigo Museu do Índio, localizado na rua Mata Machado, 126, foi entregue pelo Estado brasileiro para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que posteriormente o cedeu, em 1986, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, passando a sediar o Laboratório Nacional de Sementes (LANAGRO), responsável pelo controle de alimentos e sementes nacionais e internacionais. O funcionamento deste órgão ocorria em um prédio ao lado do antigo Museu do Índio, no mesmo terreno (PINTO, 2014, p. 15).

Desde que o Museu do Índio foi realocado para o casarão em Botafogo nos anos 1970, o prédio do Maracanã ficou sem uso pelo governo, permanecendo em torno de 30 anos abandonado. “Nenhum destes órgãos fez uso do local, e a construção foi gradativamente se deteriorando, servindo somente de abrigo a moradores de rua” (WERNECK, 2015, p. 50).

Tendo em vista o enorme descaso e a falta de políticas públicas indigenistas por parte do poder público que perdura há séculos e que impacta diretamente os povos originários que aqui viviam e ainda vivem, um grupo de mais ou menos 12 lideranças indígenas, “entre eles Afonso Apurinã, Carlos Tukano, Garapirá Pataxó, Marize Guarani e Zé Guajajara, começou entre 2004 e 2005 a se reunir em espaços cedidos por sindicatos (como CUT, Sindipetro e outros)” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 158). Muitas destas reuniões também ocorriam no Centro de Etnoconhecimento Socio

<sup>20</sup>Disponível em: < <https://aldeiamaracana.com/2015/04/09/o-predio-historico-do-museu-do-indio-ao-longo-do-tempo/>> Acesso em: 14 jul. 2021

Ambiental Cauieré (CESAC), uma entidade associativa de defesa de direitos e interesses indígenas localizada no bairro de Tomás Coelho, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro<sup>21</sup>. Os indígenas ligados ao CESAC e também de outras organizações, ou independentes, faziam trabalhos de divulgação das culturas dos povos originários em escolas, públicas e privadas, mesmo antes deste período, buscando levar conhecimento através do diálogo e por intermédio de apresentações culturais destinadas à crianças e professores nestas instituições de ensino. Sobre as visitas às instituições educacionais — escolas, universidades e museus — Potyra Krikatí Guajajara, me disse em conversa pessoal no ano de 2022, que estas são realizadas pelos indígenas ligados ao CESAC, e agora pela Aldeia Maraká'nà, há quase trinta anos. Como veremos mais à frente, no quarto capítulo, ainda ocorrem tais visitas em instituições educacionais por parte destes.

Figura 3 – Muro externo do CESAC, no bairro de Thomás Coelho



Fonte: website da RioOnWatch, 2017.<sup>22</sup>

Santos afirma que o CESAC foi muito importante para a construção do coletivo que veio a formar a Aldeia Maracanã:

Várias pessoas e associações já se articulavam em função daquele centro, incluindo-se sindicatos, outros movimentos sociais, estudantes e professores de universidades e indígenas de várias etnias. Todas essas pessoas se reuniram a outras, oriundas de diversos lugares e grupos, e decidiram que

<sup>21</sup>Fruto de ocupação de uma subestação de energia do metrô abandonada no bairro, o CESAC abrigava diversas atividades voltadas para a causa indígena, bem como ações dirigidas à comunidade em geral, como cursos de formação política para jovens, pré-vestibular comunitário e reforço escolar. (SANTOS, 2016, p. 21).

<sup>22</sup>Disponível em: < <https://riononwatch.org.br/?p=28435> > Acesso em: 22 abr. 2022.

era necessário construir um centro cultural indígena, voltado para a luta pelos direitos dos mesmos (SANTOS, 2016, p. 21)

Estas reuniões pretendiam estruturar um movimento que buscasse regularizar as políticas públicas para a população indígena (ALBUQUERQUE, 2015). Em 2004, este grupo tentou, de maneira frustrada, ocupar o antigo Museu do Índio a fim de criar ali um centro de cultura, luta e resistência (SANTOS, 2016). Este feito se concretizaria, com a própria participação destes indígenas, dois anos depois.

Em 20 de outubro de 2006, um grupo composto por 35 indígenas de 17 etnias participou do 1º Encontro Movimento dos Tamoios: Pelo Resgate dos Direitos dos Povos Originários do Brasil, realizado na UERJ<sup>23</sup>. Nesta reunião foi votada a proposta de ocupação do antigo museu, que se concretizou ao fim do encontro, e lá estabeleceram o que viria a se tornar o Instituto Tamoio dos Povos Originários.

Figura 4 - Reunião de fundação do Movimento Tamoio dos Povos Originários



Fonte: Website oficial da Associação Indígena Aldeia Maracanã, 2006.<sup>24</sup>

<sup>23</sup>Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/indios-de-17-etnias-mantem-ocupacao-do-antigo-museu-do-indio-4554589> Acesso em: 15 Jan. 2022.

<sup>24</sup>Disponível em: <https://aldeiamaracana.com/2015/04/09/origens-do-coletivo-movimento-dos-tamoios-e-da-aldeia-maracana/> Acesso em: 11 jul. 2021

### Sobre esta reunião, Arassari Pataxó afirmou

Nós indígenas nos reunimos aqui no estado do Rio de Janeiro, ne, com algumas lideranças e decidimos, ne, levar uma questão pra dentro das nossas reservas, pra dentro das nossas aldeias à respeito do primeiro museu do índio das Américas, que se encontra em frente ao Estádio do Maracanã, que em 2006 foi condenado à demolição para o Panamericano de 2007; tiramos uma pauta de uma conferencia nacional que aconteceu no dia 20 de outubro de 2006 na UERJ e nesse meio tempo, com autorização de nossa liderança de nossa aldeia trouxemos várias lideranças, de 17 etnias (ARASSARI PATAXÓ).<sup>25</sup>

Os indígenas decidiram ocupar aquela localidade como uma forma de protesto contra o descaso e abandono com que são tratados os patrimônios culturais, materiais e imateriais indígenas (COSTA, 2011). O antigo Museu do Índio, além de ser um patrimônio histórico e arquitetônico nacional, é considerado sagrado pelos indígenas devido ao seu valor mnemônico e de resgate cultural e étnico, sendo de grande importância para a história do indigenismo brasileiro e do movimento indígena. Decidiram instituir neste local emblemático um movimento de luta pela valorização da diversidade, reconhecimento, divulgação e defesa das culturas indígenas.

Ao longo do processo de ocupação o número de integrantes foi variando. Segundo Albuquerque (2015, p. 159), haviam representantes das seguintes etnias: Apurinã (AM), Guajajara (MA), Kaiapó (PA), Karajá (GO), Krahô (MG), Krikati (MA), Pataxó (BA), Tabajara (CE), Tembé (MA), Tucano (AM) e Xukuru-Kariri (AL).

Instituiu-se naquele lugar um canal de transmissão das vivências indígenas de modo direto, empírico, que eram por vezes realizadas através de manifestações culturais, tais como dança, música e contação de histórias. Pretendia-se, também, segundo Costa (2011), construir naquele local uma Universidade Indígena, debruçada em procedimentos pedagógicos que valorizassem os “conhecimentos da terra” e a maneira de viver dos indígenas. Marize Guarani afirmou que a ideia de criação da Universidade Indígena se inicia em 2008, quando os indígenas que ocupavam o antigo museu tentaram formalizar o projeto junto à UERJ, porém, devido a divergências, tal questão não se concretizou. Hoje a Universidade Indígena segue como um projeto

---

<sup>25</sup> Declaração dada em entrevista no documentário “A Saga da Aldeia Maracanã (2006-2016)”. Lançado no ano de 2017, foi produzido pela Associação Indígena Aldeia Maracanã e dirigida por Eduardo Pereira. Disponível em: <  
<https://www.youtube.com/watch?v=sW8SjhgKoDA&list=PL2htIKQqCcoxhorHS2aN6LhQOpAjpute&index=1>> Acesso em: 12 dez. 2022.

autônomo, não estando ligada a nenhuma instituição pública ou governamental.

Santos (2016) afirma que havia o desejo por parte dos indígenas de se estabelecer naquele local um museu vivo, onde as interações e manifestações culturais fossem interpessoais, onde o visitante estaria em contato direto com indígenas e com os elementos de sua cultura. Vãngri Kaingang, antiga integrante da resistência indígena na Aldeia Maracanã, afirmou:

A gente vê que a importância desse prédio pra a própria sociedade carioca e pros turistas e visitantes do mundo inteiro é muito mais do que importante, porque as pessoas às vezes olham o índio na televisão, nas páginas de um livro, mas eles não tem a oportunidade de chegar próximo a um índio e pergunta pra ele, olhando pra ele, se aquela tinta é feita como, como é o costume dele, se é igual ao seu (VÃNGRI KAINGANG).<sup>26</sup>

Apesar do notório crescimento da Aldeia Maracanã, diversas questões foram eclodindo ao longo dos anos, dentre as quais destaco as dificuldades que os indígenas enfrentaram no contexto urbano e também no embate com o Governo do Estado, que desde o início da ocupação visou removê-los dali. Santos aponta que

O processo de ocupação não se deu sem tensões. Houve ameaça de expulsão por parte dos guardas locais, reuniões com o chefe maior da Superintendência Federal de Agricultura do Rio de Janeiro (SFA/RJ), ligado ao MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), com membros dos governos, cobertura da imprensa, enfim, uma grande comoção pública se deu em função da ação daqueles indígenas. Com tempo, a situação foi se estabilizando, e os indígenas consolidando sua estadia no local. Houve boatos sobre desocupação em 2007, em função dos Jogos Panamericanos, mas nada aconteceu (SANTOS, 2016, p. 22).

Conforme os interesses das classes dominantes, os indígenas são apresentados para a sociedade com diferentes roupagens, podendo ser taxados como guardiões da natureza, vítimas dos processos sociais ou como obstáculos para o progresso; sendo colocados como entraves para o desenvolvimento ou como coitados dependendo dos interesses dos grupos hegemônicos.

A lógica hegemônica do espaço urbano enquanto mercadoria nos leva a aceleração do tempo e aumenta a incidência de um tipo de cegueira que impede os cidadãos de perceberem a existência de outros modos de ser humano na cidade. Essa cegueira “civilizatória” presente na cultura ocidental hegemônica, provocada pelo brilho das promessas de felicidade do

---

<sup>26</sup>Declaração dada em entrevista no documentário “A Saga da Aldeia Maracanã (2006-2016). Lançado no ano de 2017, foi produzido pela Associação Indígena Aldeia Maracanã e dirigida por Eduardo Pereira. Disponível em: <  
<https://www.youtube.com/watch?v=sW8SjhgKoDA&list=PL2hltIKQqCcoxhorHS2aN6LhQOpAjpute&index=1>> Acesso em: 12 dez. 2022.

consumismo, nos traz a responsabilidade de mantermos nossos olhos bem abertos frente à existência de distintas lógicas não impositivas e individualistas de habitar o espaço urbano. Existem modos de vida simples, baseados em complexas cosmologias cultivadas coletivamente ao longo de milhares de anos, que precisamos (re)conhecer (ROSADO; FAGUNDES, 2013, p. 7)

Maldonado (2011) afirma que vivemos na época do liberalismo multicultural. Os defensores desta linha de raciocínio defendem que os ideais de igualdade e autonomia serão alcançados através da aplicação de diferentes direitos para diferentes indivíduos. Neste pressuposto, é reforçada a ideia de que a igualdade e a autonomia entre os diferentes devem ser alcançadas através da promoção de direitos diferenciados. Segundo o autor, o modelo antropológico indigenista, seguindo a lógica do liberalismo multicultural, essencializa e homogeneiza os sujeitos e as comunidades indígenas.

Este modelo, portanto, é incapaz de explicar a diversidade que existe no seio destas coletividades e a natureza contingente da identidade indígena. Embora o modelo identifique como componentes necessários de uma verdadeira identidade indígena a existência de um território rural e ancestral indomado e de uma cultura tradicional intimamente ligada e dependente deste território, é incapaz de descrever uma boa parte dos sujeitos e comunidades que se descrevem como indígenas, mas não preenchem os requisitos acima referidos para pertencerem "legitimamente" a uma comunidade indígena, ou seja, a um povo indígena urbano. (*ibid*, 2011, p. 572, tradução nossa)<sup>27</sup>

A lógica hegemônica perpetua falsas ideias ancoradas no senso comum, que são difundidas na sociedade e deturpam a realidade sobre as culturas indígenas e seu modo de enxergar as inúmeras questões relativas à vida. Desde a sua fundação, a Aldeia Maracanã foi sofrendo inúmeras tentativas de remoção, porém, sempre resistindo e se reconstruindo.

### 1.3 Copa e olimpíadas para quem?

A cidade do Rio de Janeiro esteve em grande evidência durante as duas primeiras décadas do século XXI devido à magnitude de eventos esportivos

---

<sup>27</sup>O texto em língua estrangeira é: "Este modelo, por tanto, es incapaz de dar cuenta de la diversidad que existe dentro de estas colectividades y del carácter contingente de la identidad indígena. En tanto que el modelo identifica como componentes necesarios de una verdadera identidad indígena la existencia de un territorio ancestral rural e indómito y una cultura tradicional estrechamente ligada y dependiente de este territorio, es incapaz de describir una buena parte de los sujetos y comunidades que se autodescriben como indígenas pero que no satisfacen los anteriores requisitos para poder pertenecer "legitimamente" a una comunidad indígena, esto es, los indígenas urbanos."

internacionais que sediou: Jogos Panamericanos de 2007, Copa do Mundo da FIFA de 2014 e, principalmente, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão de 2016.

Tais megaeventos geram elevados lucros para os capitalistas, que, nesse contexto, vislumbram a possibilidade de alcançarem ganhos ainda mais exorbitantes. Na lógica do mercado financeiro, dentro do contexto neoliberal, os grandes projetos de infraestrutura e eventos internacionais proporcionam forte movimentação da economia, promovendo competição e aquecendo o mercado urbano (FREIRE, 2013). Nesse contexto, há pressão de agentes do capital que acabam por atingir o Estado e a fazer com que ele opere segundo interesses privados.

Em toda a cidade foram implementadas intervenções por parte do Estado visando o que chamariam de revitalização de pontos estratégicos. Foram realizadas obras para construção de novos eixos viários, revitalização de localidades para o turismo e remoções compulsórias de vários assentamentos populares que “atrapalhassem” o lucro empresarial.

No que chamou de “empresariamento urbano”, Harvey (2011) aponta que as remoções em áreas periféricas historicamente ocorrem sob pretexto de revitalização da região, visando adequá-la para melhor atender a população local. Porém, nestes processos são perceptíveis que as medidas adotadas por parte do Estado visam atender às demandas do capitalismo. O espaço urbano, sua manutenção e construção são um dos principais e mais lucrativos meios para a utilização do capital atualmente. Tal fenômeno ocorre em diferentes países, seguindo um padrão semelhante.

Segundo o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio (2015) foram transferidos recursos públicos para agentes do setor privado tanto para a contratação de obras de grande porte quanto para a concretização de parceiras público-privadas, além de que a maior parte dos investimentos previstos esteve direcionado para Barra da Tijuca, Zona Sul e Centro do Rio de Janeiro, o que denota claramente as intenções de favorecer os interesses dos grandes empresários do setor imobiliário, na medida em que o capital é injetado nas zonas mais ricas e de expansão do mercado. A cidade passou a ser encarada como um produto a ser vendido, destinada a um público alvo específico, que são os que possuem alto poder de compra.

Os investimentos ocorridos na cidade não deixaram o legado de melhorias até então prometidas pelo governo em parceria com a iniciativa privada, tampouco diminuíram as desigualdades sociais, e, nesse processo, inclusive, fortaleceu o autoritarismo e a exclusão das camadas mais pobres. Como afirma Souza:

Em ritmo acelerado, esses investimentos não ocorrem de forma integrada e sustentável, condições indispensáveis para a conquista de resultados sociais e ambientais positivos, que poderiam contribuir para maiores urbanidade e cidadania. Em sentido adverso, verifica-se uma inflexão das conquistas em prol das populações de menor renda, diante dos desdobramentos mais concentradores de excedentes da produção coletiva, com impactos excludentes na produção do espaço urbano. Intensifica-se, assim, o padrão de fragmentação, tencionado pela privatização da gestão urbana e pela precarização das periferias, condições acentuadamente presentes na configuração atual das cidades brasileiras. (SOUZA, 2018, p. 246)

A Aldeia Maracanã encontra-se em uma área valorizada do ponto de vista estratégico para o mercado imobiliário. O bairro do Maracanã encontra-se situado em uma região próxima ao centro da cidade do Rio de Janeiro (aproximadamente 4 km de distância) e de fácil acesso à zona sul da cidade (onde estão os mais valorizados pontos turísticos) e a outros bairros da zona norte. Segundo dados disponibilizados pela prefeitura do Rio de Janeiro, o bairro possui o 14º maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>28</sup> de toda a cidade, sendo o maior da região da Grande Tijuca e o segundo de toda a Zona Norte, ficando atrás apenas do bairro Jardim Guanabara, localizado na Ilha do Governador<sup>29</sup>. Possui uma excelente rede de transporte público, contando com trem, metrô e ônibus para diversas regiões do Rio de Janeiro, além de fácil acesso a uma vasta rede de comércio e serviços. Em agosto de 2012 teve seus imóveis avaliados em R\$ 5.564,00 por metro quadrado, representando um aumento de 23,4% em relação ao mesmo mês do ano anterior<sup>30</sup>. Concomitante a tudo isto está o fato de que, por estar ao lado do Estádio do Maracanã (que por si só já é um ponto turístico conhecido internacionalmente), a área da Aldeia Maracanã foi, e ainda é, muito disputada devido ao seu potencial lucrativo.

Como se pode ver na imagem abaixo a Aldeia Maracanã está localizada próxima a diversas instituições e equipamentos públicos, tais como as estações de trem e metrô de São Cristovão e do Maracanã, a UERJ, o Museu Nacional, que é

---

<sup>28</sup>O IDH é uma unidade de medida utilizada para constatar o nível de desenvolvimento de uma determinada sociedade nos seguintes aspectos: educação, saúde e renda. “[...]é uma referência numérica que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de zero, menor é o indicador para os quesitos de saúde, educação e renda. Quanto mais próximo de 1, melhores são as condições para esses quesitos. No mundo, nenhum país possui o IDH zero ou um.” Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-idh.htm>> Acesso em: 26 mar. 2022.

<sup>29</sup>Disponível em: <<https://www.data.rio/documents/%C3%ADndice-de-desenvolvimento-humano-idh-municipal-por-ordem-de-idh-segundo-os-bairros-ou-grupo-de-bairros-no-munic%C3%ADpio-do-rio-de-janeiro-em-1991-2000-/about>> Acesso em: 11 jan. 2022

<sup>30</sup>Disponível em: <<https://extra.globo.com/casa/vizinhanca-valorizada-precos-de-imoveis-para-venda-de-tijuca-vila-isabel-estabilizaram-mas-sobem-em-sao-cristovao-maracana-grajau-6233139.html>> Acesso em: 11 jan. 2022.

ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), algumas escolas técnicas, a Quinta da Boa Vista e também o próprio Complexo Esportivo do Maracanã. Além disso, encontra-se às margens da Avenida Radial Oeste, sendo esta uma importante via de conexão entre a região central e a zona norte da cidade.

Figura 5 – O entorno da Aldeia Maracanã



Fonte: Google Earth, com intervenções do autor, 2022.

Em 2012 o então governador Sergio Cabral, sob o pretexto de modernização do entorno no estádio do Maracanã anunciou seu plano de demolir parte do Complexo Esportivo do Maracanã, como o Parque Aquático Julio Delamare e o Estádio de Atletismo Célio de Barros, além da Escola Municipal Friedenreich e do prédio onde havia a Aldeia Maracanã. As demolições ocorreriam para dar sequência à criação de um polo de entretenimento com bares, restaurantes, lojas e estacionamento<sup>31</sup>.

Durante este período houve grande solidariedade entre a Aldeia Maracanã e a Escola Municipal Friedenreich que se evidenciava por meio de manifestações e ações conjuntas entre os indígenas e a comunidade escolar. Alguns representantes da E. M.

<sup>31</sup>Disponível em: < <https://www.hojeemdia.com.br/esportes/iphan-d%C3%A1-parecer-contrademoli%C3%A7%C3%B5es-no-entorno-do-maracan%C3%A3-1.175391>> Acesso em: 05 ago. 2022.

Friedenreich, que lutavam contra a ameaça de remoção da unidade, também se engajaram na luta pela permanência dos indígenas na região, como aponta Gomes:

A união entre a Aldeia Maracanã e a E. M. Friedenreich também foi algo muito intenso. Nos instantes em que a o prédio da ocupação indígena foi ameaçado, havia representantes da comunidade Friedenreich os apoiando, como a Aurea Xavier. Ela conta que a escola a colocou mais próxima de outras causas: “Comecei a me engajar nos movimentos sociais a partir da Friedenreich, pois ela me botou em contato com outros movimentos sociais, como a Aldeia Maracanã”. Aurea lembra que em uma das tentativas de desapropriação da Aldeia Maracanã pela Polícia Militar (PM), a mando do Governo do Estado, chegou a pular o muro, mesmo estando grávida, para defender os indígenas. (GOMES, 2022, p. 89)

Gomes (2022) aponta que no ano de 2012 esta parceria fez com que a Escola Municipal Friedenreich trabalhasse bastante questões indígenas em cooperação com os indígenas da Aldeia Maracanã. Em uma oportunidade, em outubro daquele ano, um indígena da etnia Puri chamado Dauá foi até a Escola Municipal Friedenreich para desenvolver uma série de atividades no local. Foram realizadas oficinas envolvendo os alunos das turmas do colégio, que ocorriam nas salas de aula e também na quadra poliesportiva. Abaixo segue um registro fotográfico desta oficina.

Figura 6 – A Aldeia Maracanã na Escola Municipal Friedenreich, em 2012



Fonte: Andrea Filardi, 2012.<sup>32</sup>

<sup>32</sup> Imagem extraída da dissertação de mestrado de Guilherme Santos Gomes (2022), intitulada: “Política também se aprende na escola”: a luta da E. M. Friedenreich pela sua permanência no Maracanã”.

A Aldeia Maracanã constituiu-se, assim como outras localidades não indígenas que foram afetadas pelos processos de remoções compulsórias, como fruto de um processo de segregação socioespacial institucionalizado; ao não atender os interesses do capital tornou-se descartável dentro da lógica capitalista a qual o Estado está condicionado.

A urbanista Raquel Rolnik (1998) destaca que o Estado administra a cidade e neste processo cria segregações benéficas ao grande capital. A autora ressalta que há intencionalidade neste processo de segregação socioespacial, sendo esta sustentada por motivos econômicos e políticos. Destaca, ainda, que estas áreas populares são vistas como prejudiciais ao grande capital imobiliário, pois desvalorizam uma determinada região. Também devido aos seus padrões de clandestinidade, que fogem ao padrão elitizado de habitação, estas áreas são tidas pelo Estado como insalubres, mas, em vez de melhorar suas condições de habitabilidade, “vende” a ideia de remoção como solução benéfica para a cidade.

De modo complementar, Carlos Vainer (2000) aponta que, ao projetar solucionar problemas de décadas de descaso na cidade do Rio de Janeiro, o governo difunde uma política de revitalização com o pressuposto de melhorar a infraestrutura e gerar empregos, dentre outros benefícios. O ideal de “revitalizar” em prol do bem comum é amplamente divulgado na grande mídia corporativista. A cidade assume a roupagem de cidade-empresa, trabalhando diretamente em função do capital.

Para Berger (2017), que estudou os indígenas que viviam na cidade nesse contexto neoliberal, as diversas etnias que ocuparam o antigo Museu do Índio, foram tratados conforme esta lógica e racionalidade segregadora, pois

seu corpo e sua cultura afiguravam como uma afronta à ordenação do espaço urbano, de uma cidade projetada para os grandes eventos olímpicos e turísticos, que através de uma política sanitária de Eduardo Paes, que evoca Pereira Passos, no início do século XX, empurram os trabalhadores para regiões periféricas (BERGER, 2017, p. 66).

Apesar dos intensos protestos e reivindicações dos indígenas junto à sociedade civil e movimentos sociais pela permanência da Aldeia Maracanã, na madrugada do dia 22 de março de 2013 a Polícia Militar deu início à ação de desocupação do local, desencadeando um intenso conflito entre policiais e indígenas e apoiadores, que duraria algumas horas e ganharia projeção internacional (FREIRE,

2019a).

A expulsão dos indígenas se concretizou no fim da manhã deste mesmo dia, que era uma sexta-feira, com a incursão de 200 agentes do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e a utilização de armas de balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo<sup>33</sup>. Mesmo frente ao forte aparato policial, os indígenas resistiram, mantendo-se no interior do prédio pelo tempo máximo que conseguiram. Do lado de fora do antigo casarão, dezenas de manifestantes apoiavam a permanência dos indígenas no local, até serem dispersos pela ação violenta da Polícia Militar.

Diante de tamanha pressão e covardia, uma parte dos indígenas aceitou negociar sua saída com o governo. Estes foram removidos do local e realocados em *containers* improvisados no bairro de Jacarepaguá, na zona oeste da cidade, mais precisamente em um local chamado Colônia de Curupati, antiga colônia destinada ao tratamento de pessoas com hanseníase<sup>34</sup>. Viveram nestas condições até o ano de 2015, quando deixaram os *containers* e receberam 20 apartamentos financiados pelo programa federal Minha Casa, Minha Vida em um prédio de cinco andares de um conjunto habitacional construído na área do antigo Complexo Penitenciário Frei Caneca, no bairro do Estácio, próximo ao Morro do São Carlos e ao Sambódromo do Rio de Janeiro, na área central da cidade (BEVILAQUA, 2017). Neste local, ainda em 2015, o grupo fundou a Associação Indígena Aldeia Maracanã (AIAM) como forma de manter viva sua ligação de origem. Indígenas que estiveram na fundação do Instituto Tamoio dos Povos Originários, como Carlos Tukano e Marize Guarani, integram a AIAM e o atual Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (CEDIND), criado em 2018.

Ao ser apresentada a esse grupo que vivia no local, por uma indígena chamada Niara, como “aldeia vertical”, Afonso (2017) relata que o condomínio, por conta do regulamento interno, não permite alterações nas fachadas e nem transformações no ambiente externo. Porém, próximo ao Morro do São Carlos, no que outrora foi um terreno baldio abandonado, foi construída uma horta comunitária gerida pelos indígenas, mas que também conta com a participação de não indígenas.

---

<sup>33</sup>Disponível em: < <https://forumjustica.com.br/pm-invade-museu-do-indio-com-balas-de-borracha-e-gas-lacrimogeneo/>> Acesso em: 17 jul. 2022

<sup>34</sup>Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-06/indios-da-aldeia-maracana-preparam-mudanca-para-apartamentos-e-planejam-futuro> Acesso em: 11 jan. 2022

Figura 7 – Indígenas em frente ao prédio da Aldeia Vertical



Fonte: Jornal Extra, 2014.<sup>35</sup>

Devido à pressão popular das ruas e a batalhas judiciais pelo tombamento do prédio do antigo Museu do Índio, em dezembro de 2013 a Secretaria Municipal de Cultura, em negociação com lideranças indígenas, garantiu que o prédio fosse revitalizado e destinado à criação do Centro de Referência da Cultura Viva dos Povos Indígenas (ALBUQUERQUE, 2015). Apesar de ter sido oficialmente aprovado e publicado no Diário Oficial, o projeto até o momento ainda não foi efetivado.

Em 5 de agosto de 2013, após uma audiência pública na Justiça Federal fechada ao público, em que apenas o advogado da Aldeia Maracanã pôde participar (PINTO, 2014, p. 21), um grupo de indígenas ligados ao movimento Aldeia Rexiste voltou a ocupar o lugar, tendo sua permanência provisoriamente garantida pela secretária de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, Adriana Rattes<sup>36</sup>.

Apesar de todo apoio que recebeu de apoiadores, sociedade civil e dos movimentos sociais, a lógica mercantilista, ao qual estamos submetidos devido aos processos hegemônicos que perduram há séculos, naquele momento venceu. A

<sup>35</sup>Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/aldeia-vertical-indios-tentam-se-adaptar-realidade-da-vida-em-condominio-no-minha-casa-minha-vida-13556705.html> Acesso em: 23 fev. 2022.

<sup>36</sup>Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2013/8/14/aldeia-maracan-volta-para-casa-7266.html> Acesso em: 17 jul. 2022.

despeito da bravia resistência dos indígenas, no dia 15 de dezembro de 2013 estes foram novamente removidos do local, mas não sem resistirem.

Figura 8 – A segunda remoção da Aldeia Maracanã



Fonte: Reprodução/Documentário Urutau: Resistência Maraka'nã, 2017<sup>37</sup>

O último a deixar o local foi José Urutau Guajajara, na manhã do dia 17 de dezembro de 2013, dois dias depois da chegada dos policiais. Na época com 54 anos de idade, recusava-se a abandonar o local, permanecendo por 26h sob a copa de uma árvore (que José Urutau disse ser uma Castanheira do Maranhão), até ser retirado à força dali por quatro bombeiros. Cerca de 50 manifestantes passaram a madrugada próximos à árvore, cantando e exibindo cartazes de apoio à resistência. Por fim, houve a retirada forçada do indígena do local. A desocupação do terreno se encerrou com 25 pessoas detidas. A Avenida Radial Oeste ficou interditada por quase 3 horas na faixa que dava acesso ao centro da cidade, o que causou complicações no trânsito<sup>38</sup>.

<sup>37</sup>Disponível em: < <https://theintercept.com/2020/11/13/unico-condenado-aldeia-maracana-negro/>> Acesso em: 19 mar. 2022.

<sup>38</sup>Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/apos-26-horas-indio-retirado-de-arvore-em-terreno-no-maracana-11088799> Acesso em: 18 jul. 2022

Figura 9 - José Urutau Guajajara na resistência em cima da árvore



Fonte: Reprodução/Documentário Urutau: Resistência Maraka'nã", 2017.<sup>39</sup>

No fim de 2016, três anos após a segunda violenta desocupação promovida pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, o antigo casarão reivindicado pelos indígenas estava completamente inutilizado e em estado maior de degradação.

Além da expulsão da Aldeia Maracanã, houve no terreno a demolição da estrutura da LANAGRO, que também fazia parte da reivindicação de posse indígena. Havia o projeto por parte do governo de transformar todo aquele terreno em um grande estacionamento para visitantes do estádio do Maracanã.

Por conta desta contínua situação de abandono da área pelo poder público, a partir de 2016 uma parte dos indígenas que haviam sido removidos voltou a ocupar o espaço instituindo ali o que viria a se tornar o movimento Aldeia Maraká'nà Rexiste. Naquele momento, praticamente toda a estrutura da aldeia que havia sido demolida – habitações, casa de reza, entre outros – começou a ser, aos poucos, reconstruída.

---

<sup>39</sup>Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QGU2qA3pjz4&t=1607s> Acesso em: 18 jul. 2022.

#### 1.4 Aldeia “Rexiste” (resistir para existir)

Desde que o espaço foi retomado pelos indígenas, diversos atores tentam deslegitimar o movimento a fim de expulsá-los novamente dali. Não são raras as incursões por parte de políticos ligados à extrema direita junto a seguranças armados, fato que vem acontecendo desde a reocupação da área com a clara intenção de intimidar os indígenas. Em janeiro de 2019, o deputado estadual Rodrigo Amorim – então do Partido Social Liberal (PSL) e o mais votado no Rio de Janeiro nas eleições de 2018, que elegeram Jair Bolsonaro como presidente pelo mesmo partido – em uma de suas incursões afim de retirar os indígenas do local, afirmou:

Aquele lixo urbano chamado Aldeia Maracanã é um absurdo. E é logo em um dos trechos mais importantes sob o ponto de vista logístico, numa área que liga a Zona Norte à Zona Sul, bem do lado do Maracanã. O espaço poderia servir como estacionamento, shopping, área de lazer ou equipamento acessório do próprio estádio do Maracanã. Como carioca, me causa indignação ver aquilo do jeito que está hoje. Quem gosta de índio, que vá para a Bolívia, que, além de ser comunista, ainda é presidida por um índio (RODRIGO AMORIM).<sup>40</sup>

No mês de março do mesmo ano, Rodrigo Amorim, junto ao deputado estadual Alexandre Kinoploch, também do PSL, invadiram a Aldeia Maraká'nà com seguranças armados, alegando querer vistoriar o prédio do antigo Museu do Índio. Na ação, que estava sendo gravada, os deputados voltaram a afirmar ali não haviam indígenas e que o local era reduto de militantes de esquerda e também de usuários de droga<sup>41</sup>. Os próprios indígenas se manifestaram e expulsaram os invasores do local reafirmando que ali era uma área federal e território indígena. Estas incursões e discursos contra a Aldeia Maraká'nà continuam ocorrendo até hoje, como veremos mais à frente.

Além de aliciamentos diretos orquestrados por parlamentares, órgãos de justiça começaram a atuar também para remover os indígenas do terreno, mesmo após o país ser fortemente impactado pela pandemia do novo coronavírus. No dia 10 de março de 2021, o Desembargador Federal da 2ª Região Alcides Martins determinou junto ao Governo do Estado a reintegração de posse da Aldeia Maraká'nà.<sup>42</sup> No dia

<sup>40</sup>Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/rio/aldeia-maracana-lixo-urbano-quem-gosta-de-indio-va-para-bolivia-diz-rodrico-amorim-23345028>> Acesso em: 11 out. 2021

<sup>41</sup>Disponível em: < <https://racismoambiental.net.br/2019/03/24/visita-surpresa-de-deputado-rodrico-amorim-a-aldeia-maracana-acaba-em-confusao-video/>> Acesso em: 20 nov. 2022

<sup>42</sup>Disponível em: < <https://projetocolabora.com.br/ods16/familias-indigenas-da-aldeia-maracana-temem-despejo-em-meio-a-pandemia/>> Acesso em: 11 out. 2021

15 de março o comunicado oficial de despejo chegou à aldeia, deixando os indígenas que ali viviam muito apreensivos, principalmente com a grave crise sanitária que, naquele momento, chegava ao ápice de óbitos no país. Estas novas ameaças de remoção foram logo divulgadas nas redes sociais da Aldeia Rexiste (*Facebook* e *Instagram*), junto a um pedido de apoio e de ampla divulgação por parte de todos os que se solidarizavam com a luta do movimento.

Figura 10 – Pedido de apoio da Aldeia Maraká'nà Rexiste



Fonte: Brasil Popular, 2021.<sup>43</sup>

Junto à imagem divulgada nas redes sociais constava a seguinte mensagem: “A Aldeia Maracanã corre sérios riscos de despejo em plena pandemia. O momento é delicado e de muitas incertezas. Temos crianças, idosos e mulheres grávidas. Pedimos o máximo de divulgação possível”.

É importante ressaltar que esta tentativa de remoção ia contra uma

<sup>43</sup>Disponível em: < <https://www.brasilpopular.com/aldeia-marakana-recebe-ordem-de-despejo-em-comunicado-oficial/>> Acesso em: 12 jul. 2021

determinação do Supremo Tribunal Federal que impedia “despejos, desocupações, remoções forçadas ou reintegrações de posse de natureza coletiva em imóveis que sirvam de moradia ou que representem área produtiva pelo trabalho individual ou familiar de populações vulneráveis”.<sup>44</sup> Este comunicado de despejo em plena pandemia da Covid-19, além de desumano, iria contra uma determinação prévia da justiça federal.

No dia 24 de março de 2021, o advogado da Aldeia Maraká'nà, Arão da Providência Guajajara, foi intimado a depor pelo mesmo desembargador que havia dado a ordem de despejo em meio à pandemia, Alcides Martins. Arão foi acusado pelo desembargador de crimes como “calúnia, difamação e injúria” por ter criticado o posicionamento do desembargador em considerar válida a reintegração de posse do terreno no ano de 2013 através do uso da violência por parte da Polícia Militar do Rio de Janeiro, sendo que os réus do processo sequer haviam sido intimados a depor anteriormente, ocorrendo, segundo o advogado, fraude processual.

Na época da intimação para o depoimento de Arão, o então advogado da Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST) André de Paula afirmou que a postura do desembargador responsável pelo caso estava inserida em uma tendência brasileira de perseguição aos movimentos sociais, afirmando que “[...] isso é a criminalização da advocacia, o cerceamento do direito à ampla defesa e a criminalização do movimento social”.<sup>45</sup>

No dia do depoimento, estive presente com outros manifestantes, indígenas e apoiadores do movimento, em um protesto em frente ao prédio da Polícia Federal (PF), na zona portuária do Rio de Janeiro, em apoio ao advogado Arão da Providência Guajajara. Havia entre 20 e 30 pessoas no local, que proferiram palavras de ordem e também cânticos indígenas acompanhados do som de diversos Marakas<sup>46</sup>, um tipo de chocalho utilizado por diversas etnias. Diferentemente dos protestos anteriores à pandemia, o uso de máscaras sanitárias passou a ser também um adereço indispensável dos manifestantes. Após o julgamento, Arão Guajajara agradeceu o apoio e a presença de todos os presentes.

---

<sup>44</sup>Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=467005&ori=1>  
Acesso em: 12 jul. 2021

<sup>45</sup>Disponível em: <http://www.midia1508.org/2021/03/28/aldeia-maracana-protesta-na-sede-da-pf-contraperseguiçao-a-advogado-indigena/> Acesso em: 06 nov. 2021

<sup>46</sup>Maraka é um instrumento indígena. Disponível em:  
<<http://www.percussionista.com.br/instrumentos/maraca.htm>> Acesso em: 06 nov. 2021

Figura 11 – Protesto em frente ao prédio da Polícia Federal



Fonte: O autor, 2021.

Em meados de julho de 2021, em uma visita à Aldeia Maraká'nà pude perceber que os moradores viviam constantemente aflitos e receosos por conta da contínua ameaça de remoção. Famílias, compostas inclusive por crianças pequenas, podiam a qualquer momento ser expulsas de suas casas em meio à uma grave pandemia. Ao invés de o Estado amparar as famílias ali presentes, dando-lhes melhores condições de vida durante período tão difícil, sobretudo para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, o que aconteceu foi justamente o contrário. Como ressalta Silva (2018, p. 486), “o incessante interesse do grande capital continua a ameaçar as vidas dos povos das florestas, ribeirinhos, pesqueiros, quilombolas e indígenas que vivem uma relação com a terra-natureza não mercadológica”.

A pandemia trouxe consigo uma gama de problemáticas que afetaram, sobretudo, as regiões mais pobres do Rio de Janeiro. O descaso do poder público e a ausência de políticas públicas eficazes acentuou consideravelmente a exposição ao

vírus de pessoas socialmente marginalizadas. Ainda em 2020, Estrela *et al* (2020, p. 3433) já apontavam: “Embora o vírus SARS-COV-2 não apresente seletividade contagiosa, os impactos da infecção serão sentidos de maneiras diferentes a depender da raça, classe e gênero”. Como afirmou, na mesma direção, Magalhães:

O que esta crise da pandemia do novo coronavírus ajuda a revelar, ao menos no caso das nossas grandes cidades, é a dimensão das desigualdades urbanas que a atravessam e se acumulam ao longo de sua história. Camadas de desigualdades que vão se sobrepondo e tornando a vida das pessoas que moram em favelas e periferias ainda mais difícil de ser vivida. (MAGALHÃES, 2020, p. 81-82)

Além de extremamente perversa, essa nova tentativa de remoção em meio a uma pandemia nos evidencia a falta de compromisso com a preservação da memória e da cultura indígena e a postura genocida do Estado, que, em consonância com os interesses da iniciativa privada e da lógica neoliberal, vem minando os movimentos étnicos, sociais, trabalhistas e culturais.

## 2 DE OCUPAÇÃO À ALDEIA MARAKÁ'NÀ: TRANSFORMAÇÕES

*Pode colocar concreto, pode colocar asfalto,  
mas se tiver indígena, se tiver pessoas de bom coração,  
sempre brotará porque você plantará uma semente.*

Ash Ashaninka

### 2.1 O Instituto Tamoio dos Povos Originários

A fim de compreender melhor algumas questões a respeito da Aldeia Maraká'nà no início de sua ocupação, realizei uma série de conversas com meu pai, Hélio Guyra Xokó. Apesar de nos últimos anos estar distante do espaço devido a inúmeras circunstâncias, ele integrou a resistência indígena em 2006, pouco mais de um mês após a primeira ocupação; sendo bastante presente e participativo durante muitos anos no movimento. Neste diálogo busquei compreender como ele ficou sabendo da existência do movimento indígena, suas impressões e também como foi sua recepção após a primeira entrada no local.

O território atualmente conhecido como Aldeia Maraká'nà se transformou bastante ao longo dos anos até se configurar como está hoje, quando este trabalho é finalizado. A começar pelo próprio nome da “instituição”, que, segundo meu pai Hélio, inicialmente era conhecida pela maioria como “ocupação”. Marize Guarani, que esteve presente na reunião em que foi decidida a ocupação do antigo Museu do Índio, ocorrida em 20 de outubro de 2006 em um auditório da UERJ, confirmou esta informação, afirmando que “no início era a ocupação do Movimento Tamoio. Alguns meses depois fizemos uma plenária e votamos pelo nome Instituto Tamoio dos Povos Originários”. Pinto (2014) salienta que o nome “Aldeia Maracanã” começa a ser utilizado para se referir ao espaço a partir do ano de 2012. Ao longo dos anos de reocupação, posteriores a 2013, o nome do espaço vem sendo preponderantemente grafado pelo movimento indígena Aldeia Rexiste, que retomou o local, como “Aldeia Marakanã” e/ou “Aldeia Maraká'nà”.

Hélio conta que conheceu o local por acaso, a partir de contatos estabelecidos no Museu do Índio, em Botafogo, local que visitava sempre que aconteciam eventos.

Quando criança, por vezes eu era levado por ele, junto com minha irmã, Eliane, a esses eventos. Como veremos ao longo deste trabalho, desde pequeno crescemos em ambientes relacionados a elementos culturais indígenas, além de conviver com pessoas de diferentes etnias em diferentes espaços, inclusive dentro de nossa própria casa.

Ao longo destas visitas ao Museu do Índio, Hélio estabeleceu amizade com outros indígenas de todo o Brasil, criando laços com vários, dentre eles um cacique da etnia Kuikuro, residente da Reserva do Xingu, chamado Tabata. Por intermédio deste, Hélio conheceu uma mulher apoiadora da causa indigenista de longa data, e também antiga amiga de Tabata, chamada Norma. Conversando, fizeram amizade, e ela lhe contou sobre o início de uma ocupação indígena no bairro do Maracanã e perguntou se ele não se interessava em conhecer o local com ela em algum dia. O convite foi aceito, logo combinaram uma data e foram juntos à ocupação.

Sobre sua primeira entrada, conta que chegou ao local na companhia de Norma por volta de duas horas da tarde e foram recebidos por quatro mulheres indígenas que conversavam sentadas em um gramado próximo à entrada, sendo: duas Guajajara, uma Guarani e uma Krikatí/Guajajara (a Potyra, que se tornou uma das lideranças do movimento e reside na Aldeia Maraká'nà até hoje).

Hélio diz que naquele momento havia apenas indígenas ocupando o local, fato que ao longo dos anos se modificou, passando a se aceitar a presença de apoiadores “não indígenas” habitando o lugar, o que não agradou muito a ele e a outros indígenas que estavam na resistência do, já então, Instituto Tamoio dos Povos Originários. Afirma que um dos grandes defensores da presença dos apoiadores no espaço era José Urutau Guajajara, ou simplesmente “Zé”, marido de Potyra e atual cacique da Aldeia Maraká'nà. Segundo Hélio, Zé defendia a presença e em alguns casos a permanência de apoiadores “não indígenas” presentes na resistência, pois estes somariam e agregariam força ao movimento, atuando como aliados na causa. Destaco que não era (e ainda não é) qualquer um que poderia chegar e se estabelecer no local, mas apenas pessoas de confiança e realmente ligadas à defesa das reivindicações indigenistas.

Percebo que essa postura por parte do cacique Urutau se mantém até os dias atuais e pessoalmente, me afastando um pouco do olhar de pesquisador e me colocando como alguém que em certa medida já integra o movimento e frequenta o espaço, permito-me expor minha posição e explicitar que concordo com ele neste

quesito. Toda ajuda na resistência é válida desde que os apoiadores não queiram interferir nas decisões finais dos próprios indígenas.

Voltando à chegada de Hélio e Norma ao local, ao longo da visita lhes explicaram a motivação da ocupação e o porquê de ser aquele propriamente o local escolhido: se tratava de “terra indígena”. Após isto, Hélio relata

Fiz amizade lá com o pessoal e comecei a visitar sempre, entendeu!? Daí passei a fazer parte da comunidade, ficar por lá também apoiando a intenção, o que estava em mente, porque também passei a fazer parte disso, de fazer uma reforma no prédio e fazer então uma Universidade indígena. Aí eu continuei lá, às vezes passava dois, três dias ou mais. Fui me acoplando, né!? Me enturmando com o pessoal a ponto de eu ser membro da comunidade ali (HÉLIO GUYRA XOKÓ).

No início, Hélio aponta que os indígenas ficavam restritos à ocupação do interior do antigo casarão, do que ele chama de “grande salão”. Neste local haviam diversas barracas de lona montadas, onde as pessoas dormiam. “Todo mundo só usava barraca, inclusive eu. Levei logo uma barraca pra lá e tal, e botei lá no cantinho”, diz Hélio. No grande salão também aconteciam os eventos, grandes reuniões, rituais de canto e dança, além de contações de histórias, sendo esta última atividade se iniciado em 2009, segundo afirma Costa (2011, p 25).<sup>47</sup>

Além das barracas, dentro do casarão havia uma área onde os indígenas improvisaram uma cozinha com fogão à lenha. Posteriormente conseguiram um fogão a gás e uma geladeira, ambos oriundos de doação:

Antes se cozinhava num fogão à lenha e tempos depois alguém doou o fogão. Fogão já usado, né!? Mas foi válido, é fogão à gás. E geladeira também foi doação, pois ninguém tinha condições de comprar um fogão ou outra coisa qualquer (HÉLIO GUYRA XOKÓ).

A alimentação dos indígenas vinha por meio de doações, pela venda de artesanatos e também pela troca de alimentos não perecíveis durante as apresentações em escolas. Quanto a isso, Hélio afirmou:

Sobre a doação de alimentos, algumas pessoas entravam e davam doação de alimento, mas alguém, que não sei dizer quem, arrumou com o mercado Valente...é esse, supermercado Valente [...], que esse mercado, né, o pessoal, o gerente ou o dono, sei lá, do mercado, resolveu também fazer doação de alimento: todo mês levava lá uma caixa de açúcar, e aí vai, cereais, feijão, arroz, açúcar, sal, tudo isso era dado pelo mercado Valente. Aí não sei por que razão esse mercado cessou de entregar essa doação de alimento.

---

<sup>47</sup>Devido a fatores que veremos mais à frente nesse capítulo, as atividades passariam depois a ser realizadas no ambiente externo do casarão.

Às vezes davam também pedaços de carne, e tal. [...] Muitos não comiam carne aí fazíamos uma vaquinha lá para comprar peixe, como eu. Não como carne, não gostava de carne. E foi assim, depois foi decaindo, depois que o mercado deixou de fornecer a doação desses gêneros alimentícios aí ficou por conta do pessoal mesmo (HÉLIO GUYRA XOKÓ).

A ocupação aos poucos se tornou um lugar de encontro e acolhimento indígena. Havia o objetivo de se constituir no espaço, além de um centro de pesquisa e educação indigenista, uma área de hospedagem, onde os indígenas vindos de diferentes etnias e regiões do país poderiam ficar abrigados enquanto estivessem na cidade do Rio de Janeiro. Sobre esta questão Hélio relata que

Foi se juntando índios e outros índios tiveram conhecimento de que quando viessem pra aqui, pra cidade do Rio e não tinha lugar onde ficar, então já tinha ali um lugar para pernoitar, para passar os dias que estivesse no Rio e ficar ali. Então foi se juntando índio de outras etnias e foram convidando ali, todo mundo junto, fazendo alguns...alguns reparozinhos, né, e foram construindo uma oca, no caso uma maloca, né, e casas, banheiros e aí foi evoluindo e foi se juntando muitos, muitos e muitos índios lá. Quando chegavam índios de outros estados, já sabiam daquele local ali, que era chamado de ocupação. Então ali ficou como que um local de trânsito [...] para algum compromisso, ou visitar o Rio. Então foram chegando Guajajara, Pataxó, também os Kariri-Xokó e Guarani, tinham muitos índios Guarani ali também, Bororo, até Xavante também, muitas etnias. Ticunas também ficaram ali (HÉLIO GUYRA XOKÓ).

Ao longo do tempo o visual estético do prédio onde o Instituto Tamoio se estabeleceu foi se modificando. Nos muros externos foram pintados grafismos, colocadas bandeiras com mensagens sobre as causas indigenistas, intervenções artísticas e também cartazes indicando que ali era um território indígena.

Costa (2011, p. 6) afirma que, em 2008, a estrutura do casarão, que já era muito antigo, começou a dar sinais de apodrecimento, o que levou os indígenas a deixarem de habitar o interior do antigo palacete e irem para a área externa para assegurar a integridade física de todos, ficando o espaço interno reservado para guardar objetos. Sobre esse deslocamento do grande salão para o lado externo do casarão, Hélio diz:

Naquela sala grande também fazia as danças. Dançava lá o ritual de dança, canto, era ali dentro. Mas depois passou pra fora porque o pessoal passou a fazer algumas casas e também foi fazendo um arraiá, como uma choupana, pra fazer os rituais lá, de dança, canto e tudo mais, [...] mas um bucado de tempo ficou todos os eventos ali dentro daquela sala. Mas ali era um tanto receoso, perigoso, porque o prédio era muito antigo e às vezes caía alguma coisa lá de cima, uma madeira podre e tal, e por isso que foi abandonado lá dentro e passaram a armar a barraca do lado de fora, fazer ali aquelas casas [...]. Também foi feito uma privada, foi feito banheiro e foi evoluindo aos poucos (HÉLIO GUYRA XOKÓ).

Na expectativa de que o Estado iria reformar o prédio e destina-lo à causa cultural indigenista, os indígenas ergueram uma grande casa ao lado do casarão, sendo esta a primeira edificação construída por eles no terreno. Sua base estrutural era feita de madeira e seu teto de sapê. Neste local ocorriam os eventos e as reuniões da ocupação (COSTA, 2011, p. 6-7).

A segunda construção no terreno foi a moradia de lara, onde funcionava a “casa de reza” da aldeia. Essa construção, iniciada no fim de 2008 e concluída em 2009, contou com o auxílio de quatro indígenas Fulni-ô e por este motivo seus nomes foram escritos ao lado da porta de entrada do imóvel. A casa foi elaborada com materiais tais como madeira, barro e bambu, sendo dividida em três partes, sendo uma destinada a sessões de cura (*ibid*, 2011, p.7-8).

Figura 12 - Casa de reza do Instituto Tamoio dos Povos Originários



Fonte: Daniele Costa, 2011.<sup>48</sup>

Neste lugar vivia a pajé lara do Sol, filha de um relacionamento entre pessoas das etnias Fulni-ô e Kariri-Xocó, sendo apresentada à ocupação por intermédio de

---

<sup>48</sup>Imagem extraída da dissertação de mestrado de Daniele Costa, de 2011, intitulada “Quando os índios vêm para a cidade: magia e narrativa no Instituto Tamoio dos Povos Originários”.

Bariri Guajajara, uma das lideranças do local na época. Segundo Hélio Guyra Xokó, lara do Sol era uma “espiritualista” e muitos “não índios”, como ele se referiu, vinham de diversos pontos da cidade para serem atendidas por ela em seus rituais.

Daniele Costa (2011) ao longo de sua etnografia sobre o Instituto Tamoio dos Povos Originários, realizada de 2009 a 2011, conta que viviam no local 13 indígenas, em oito casas construídas com barro e tijolos. O material utilizado na elaboração destes imóveis foi fruto de doação e também da renda adquirida pela venda de artesanatos.

Figura 13 - Exemplo de duas habitações da ocupação.



Fonte: Daniele Costa, 2011.

Neste período, grande parte das casas contava com eletrodomésticos, tais como aparelhos de televisão ou de som. O acesso à internet era inexistente e não havia computadores no local. Havia dois banheiros compartilhados e chuveiro para o uso coletivo. Louças e vestimentas eram lavadas em uma torneira do lado externo. A limpeza e eventuais manutenções no local, como conserto de muros, eram realizadas pelos próprios indígenas em forma de mutirão. Uma cozinha coletiva foi inaugurada em julho de 2010.

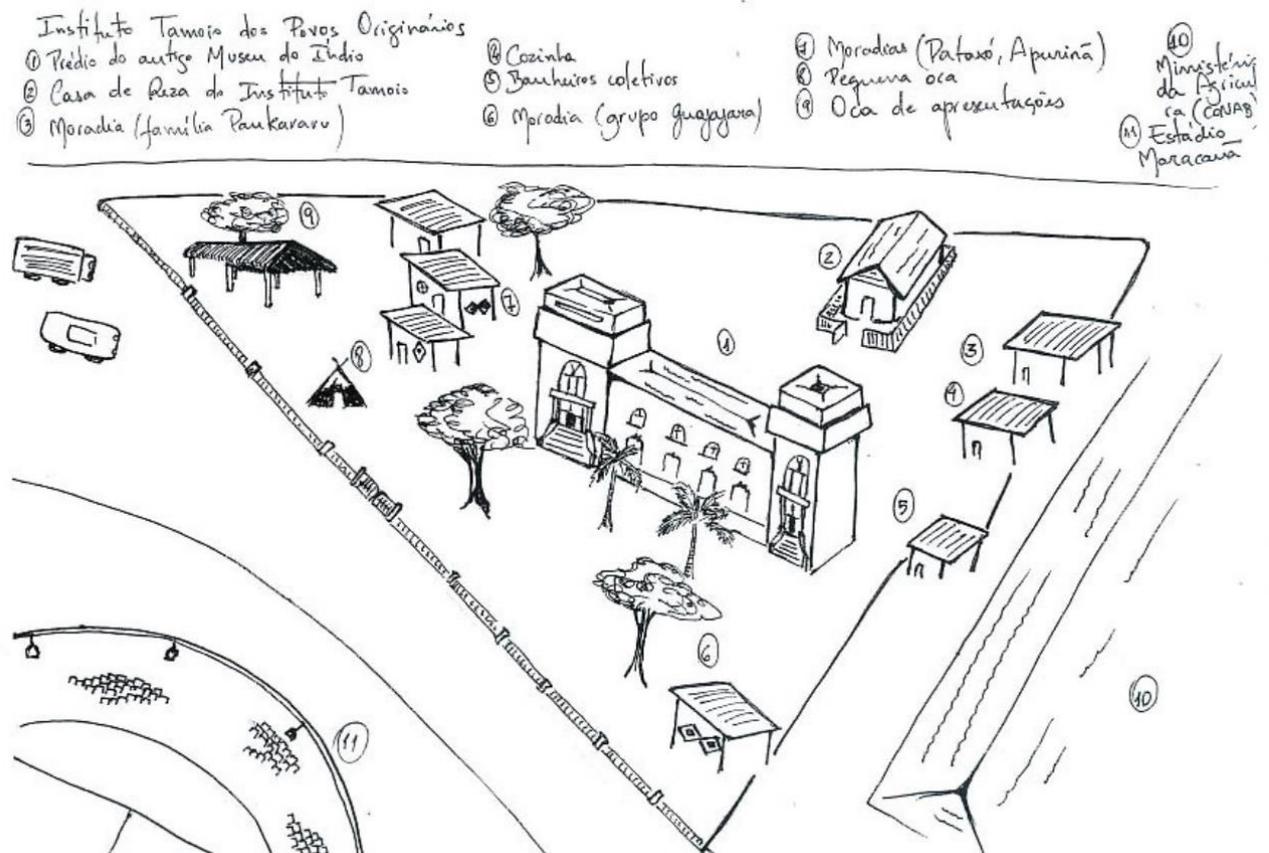
As construções eram modestas, mas se enquadravam num perfil de moradia completa: sala, cozinha, televisão, colchões e redes. Seu vizinho, um edifício pertencente à Companhia Nacional de Abastecimento, fornecia água e luz

esporadicamente, conforme a boa vontade dos funcionários (REBUZZI, 2014, p. 73)

Grande parte da renda dos indígenas se dava pela venda de artesanatos, que eram colocados na “grande oca” localizada na entrada do espaço e continham “colares, arco e flecha, cachimbo, brincos com penas, cocares e pintura para quem desejasse.” (PINTO, 2014, p. 29). Pinto (2014) afirma que o comércio destes aparatos era direcionado principalmente aos visitantes, apoiadores e alunos e professores de escolas públicas que visitavam o local. Não eram raras as visitas de estudantes de diversas instituições, públicas ou privadas à Aldeia Maracanã a fim de conhecerem um pouco mais da cultura indígena, fenômeno que ocorre até os dias atuais, como veremos no quarto capítulo.

Durante seu trabalho etnográfico, Daniele Costa (2011) elaborou um mapa mostrando a disposição das construções realizadas no espaço, especificando as moradias de acordo com a etnia dos indígenas.

Figura 14 - Mapa do Instituto Tamoio dos Povos Originários.



Fonte: Mapa extraído da dissertação de Daniele Costa, 2011.

Como visto anteriormente, no início de 2013, já sob o nome de Aldeia Maracanã ocorreu uma série de investidas por parte do poder público com o intuito de retirar os indígenas para transformar aquele espaço em um empreendimento imobiliário.

Com a expulsão violenta dos indígenas do local, todas as edificações da Aldeia Maracanã (com exceção do antigo Museu do Índio) foram colocadas abaixo. Em sua última configuração antes da reintegração de posse e demolição, havia mais 10 casas em relação ao período de 2011, totalizando 18 casas, contando com a cozinha, além da “grande oca” (PINTO, 2014).

## 2.2 A retomada indígena

Apesar da destruição da Aldeia Maracanã, os indígenas continuaram presentes e engajados na luta em diversos espaços. Os eventos promovidos pelos indígenas não cessaram e o movimento Aldeia Resiste continuou desenvolvendo atividades ligadas à causa indigenista. No CESAC, por exemplo, havia frequentemente a promoção de cursos, debates e eventos culturais e artísticos abertos a todos. De acordo com Santos (2014, p. 62), aquele espaço era, ocasionalmente, chamado de “Teko haw Cauré Imana”.

Houve também a elaboração de um congresso com a iniciativa da resistência indígena do CESAC e remanescente da Aldeia Maracanã poucos meses após a reintegração de posse da aldeia. Em 2014, entre os dias 4 e 9 de junho, foi realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)<sup>49</sup> (que, além de sediar o evento, também oferecia estadia aos participantes) o 1º Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà (COIREM).

Na convocatória do 1º COIREM<sup>50</sup>, realizada no *website* oficial<sup>51</sup> do congresso, consta a seguinte mensagem:

O Muitiró de Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais Maraká'nà convoca

---

<sup>49</sup>A sede da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, um dos dois locais onde ocorreu o Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà, fica localizada na cidade de Seropédica, cerca de 70 quilômetros de distância do centro do Rio de Janeiro.

<sup>50</sup>Potyra Krikatí Guajajara afirmou que, além desta primeira edição, ocorreram outros dois COIREM em anos posteriores. Ela disse que a segunda edição foi realizada no CESAC e no Canecão, em 2016, e a terceira ocorreu na própria Aldeia Maraká'nà, no ano de 2018.

<sup>51</sup>Disponível em: < <https://coirem.noblogs.org/>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

A todas as comunidades de base, de resistência, teko haw, tekoa, aldeias, quilombos, territórios em situação de conflito;

Impactadxs\atingidxs por empreendimentos capitalistas;

Organizações e movimentos da luta indígena e popular, quilombola, caiçara, camponesa, de comunidades urbanas de resistência, favelas;

De defesa da natureza e dos direitos dos povos e grupos sociais historicamente minorizados;

Instituições e espaços de ensino e pesquisa reconhecidos na luta popular;

Organizações e Grupos de arte e cultura de resistência, de constestação; de Comunicação Independente e Coletiva;

De defesa da cosmologia, da espiritualidade, da ética e da cultura ancestral dos povos tradicionais;

De todo o Brasil, de Abya Ayla, África, da resistência internacional dos povos contra a dominação moderno-colonial;

Convidamos a todas a construir o 1º Congresso Intercultural de Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà!

Este encontro é um sonho coletivo que vem sendo acalentado na Tekoa (Teko Haw) Maraká'nà nos últimos três anos. Sua construção parte de uma inquietação: a constituição de um espaço de educação popular, de resistência intercultural, de bem público-comum, não poderia ser obra de um grupo, organização, partido ou governo em particular, mas deve ser incorporado e construído, como protagonistas, pela pluralidade dxs sujeitxs das lutas dos povos indígenas e tradicionais!

Nestes três anos de diálogos com diversos coletivos, comunidades, pesquisadores, pajés, mestres e doutores, lideranças e representações de resistências históricas de diversas partes do mundo, vimos construindo as seguintes bases de formação deste encontro – 1º. Coirem (ALDEIA REXISTE).

No congresso em questão foi aberta a possibilidade de participação por intermédio de inscrição prévia. As apresentações poderiam ser orais ou escritas. Também havia a possibilidade de inscrição para apresentações artísticas, ritualísticas, dentre outras formas de expressão. Foram ofertados auxílio de transporte, estadia e alimentação à pessoas e grupos considerados de resistência, dando prioridade às organizações e movimentos sociais ligados às causas indígenas.

Figura 15 - Arte de divulgação do COIREM



Fonte: Imagem retirada do site oficial do COIREM, 2014.

Sobre a realização do congresso, Santos diz que

O evento foi puxado pela Resistência da Aldeia Maracanã, e contou com a participação de representantes de etnias indígenas vindas de diversas partes do país (Guarani-Kaiowá, Xakriabá, Maxakali, Krikati, etc.), além de professores e estudantes universitários, movimentos de esquerda, movimentos estudantis, Liga dos Camponeses Pobres (LCP), sindicatos, moradores de comunidades, etc. (SANTOS, 2014, p. 91)

Entre os dias 24 a 26 de setembro de 2015, José Urutau, um dos líderes do movimento Aldeia Rexiste, participou de atividade promovida pela Caixa Cultural do Rio de Janeiro<sup>52</sup> sobre a temática “Memórias indígenas: como trabalhá-las nos museus, centros culturais e escolas?”. Nesta oportunidade participou de uma apresentação em forma de diálogo com Diana Kolker Carneiro da Cunha. Além disso, neste evento também ocorreram atividades de imersão nas culturas indígenas, tais como: pintura corporal (abordando seus significados), danças e músicas.<sup>53</sup>

Um ano após a expulsão dos indígenas do local apareceram os primeiros indícios de que os indígenas da Resistência ligados ao movimento Aldeia Rexiste não

<sup>52</sup>Ligada à instituição brasileira sob forma de empresa pública chamada CAIXA, a Caixa Cultural é um espaço destinado à promover e apoiar projetos culturais e eventos, além de promover exposições de obras de arte, documentos e objetos históricos, dentre outros. Disponível em: < <https://www.caixacultural.com.br/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

<sup>53</sup>Disponível em: < <https://www.facebook.com/aldeia.rexiste/photos/889729504409768>> Acesso em: 22 jul. 2022.

desistiriam tão fácil de retomar o terreno da Aldeia Maracanã. Ainda em 2014, José Urutau Guajajara, junto a sua companheira Potyra Krikatí Guajajara e um pequeno grupo de apoiadores, voltaram ao perímetro do antigo Museu do Índio com diversos cartazes para reivindicar o direito àquela terra. Em postagem em uma rede social oficial da Aldeia Rexiste<sup>54</sup>, afirmavam que não queriam que ali se transformasse em um centro cultural gerido pelo governo, onde as regras são ditadas pelo branco, mas sim em um espaço onde se manifestassem os costumes e culturas dos povos originários como são, sem se preocuparem com possíveis julgamentos externos. Os indígenas reivindicavam sobretudo o direito de gerir a Aldeia Maracanã com autonomia e liberdade de seus corpos. Destaco um trecho desta postagem:

A vivência indígena não cabe em um museu ou centro cultural do estado, ela precisa liberdade para ser, e ser do seu jeito, bonito ou feio pra você, não importa! O que importa é ser pra nós. Possibilitar aos parentes em situação de resistência nas cidades um espaço de fruição de seus usos e costumes, e portanto de autoafirmação sim desta nação indígena, como diz nosso Milton Santos, este Tupinambá maravilhoso!.Uma nação afroindígena de fusão intercultural de classes! (ALDEIA REXISTE).

No ano de 2015 as reivindicações continuaram, inclusive com maior intensidade. Em uma oportunidade deste ano, indígenas e apoiadores encontravam-se ao lado do antigo palacete do Maracanã com cartazes e maracás reivindicando a posse do local. Pouco depois, carros da polícia militar chegaram com o intuito de expulsar os indígenas. Sobre o ocorrido, a Aldeia Rexiste fez a seguinte manifestação:

Carros da PM, sobre os nossos cadáveres, sobre os nossos ancestrais, sob o Comando do Consórcio Odebrecht-Maracanã! ALDEIA MARAKÁ'NÀ NÃO SE MOVE! ALDEIA REXISTE! (ALDEIA REXISTE)<sup>55</sup>

Esta não foi a primeira e nem a última vez que os policiais foram chamados para coagir os indígenas no entorno da disputada área.

A saga pela retomada do local tornou-se incessante e os indígenas não desistiam. No dia 19 de abril de 2016 a Aldeia Rexiste criou um evento público em uma de suas redes sociais convocando todos a estarem presentes na Aldeia Maraká'nà às 16h daquele dia para uma aula e audiência pública para tratar sobre a questão jurídica do manejo indígena daquela terra. Neste mesmo dia foram exibidos

<sup>54</sup>Disponível em: <https://www.facebook.com/aldeia.rexiste/photos/744979752218078>. Acesso em: 22 jul. 2022.

<sup>55</sup>Disponível em: < <https://www.facebook.com/aldeia.rexiste/photos/853546501361402> > Acesso em: 22 jul. 2022.

os curtas metragens “Urutau – 513 anos em 3 dias”, e “Maraká'nà - A luta dos indígenas urbanos contra a destruição promovida pelos megaeventos”.<sup>56</sup>

Após a enorme pressão desempenhada por parte Governo do Estado do Rio de Janeiro para que os indígenas fossem retirados da Aldeia Maracanã, passados três anos e o local continuava sem uso concreto. Havia por parte do governo a promessa de que o antigo casarão se tornaria um centro cultural indígena, mas não havia nem sinal de que isto se efetivaria. A promessa de reformar o antigo casarão também nunca saiu do papel e o lugar continuava fechado, com tapumes de madeira nas janelas para impedir a entrada e com grades em seu entorno.

No ano de 2016, após o encerramento dos Jogos Olímpicos e a redução da vigilância policial na área, alguns indígenas voltavam aos poucos a retomar o espaço. Impossibilitados de conseguir varas de bambu e palha para a construção de casas, estes dormiam em barracas de acampar ou embaixo de lonas, que também eram utilizadas como cooptadoras de água potável, caso chovesse (DUQUE, 2017).

Os indígenas voltaram a ocupar aquele local sem o mínimo de estrutura no que diz respeito à saneamento básico. Não existia banheiro, água e nem luz elétrica.

Sem água encanada, energia elétrica ou apoio do governo, 10 famílias indígenas de diversas etnias, como Ashaninka, Guajajara, Kati, Tembé, Apurinã, Manauara e Kaiowá, retornaram ao antigo imóvel no fim de 2016 e mantêm o local habitável de acordo com as tradições ancestrais (NITAHARA, 2017)

A área próxima ao antigo casarão onde antes se encontrava a LANAGRO, estava completamente asfaltada, havendo marcações próprias de vagas de estacionamento pintadas com tinta amarela. Tendo em vista que a área originalmente também fazia parte do terreno reivindicado pelos indígenas, esta também foi reocupada (SANTOS, 2014).

Uma grande placa informando o perímetro da área indígena ficava à mostra em um local visível para que todos que passassem pudessem ver e, apesar disto, poucos respeitavam ou simplesmente ignoravam a informação. Esta placa encontra-se guardada até os dias atuais na Aldeia Maraká'nà.

---

<sup>56</sup>Disponível em: < <https://www.facebook.com/events/259219727749356/>> Acesso em: 22 jul. 2022.

Figura 16 - Placa demarcatória da Aldeia Maraká'nà.



Fonte: Imagem retirada de uma rede social do grupo Aldeia Rexiste, 2017.<sup>57</sup>

Hoje, apesar da segurança do lugar ser bastante frágil, a Aldeia Maraká'nà está quase completamente murada (em algumas partes com paredes de tijolos em outras com tapumes de madeiras ou grades) por conta da ação direta de indígenas e apoiadores que ajudaram na construção (o que trouxe uma certa segurança), mas nesta época de reocupação o terreno ainda era completamente aberto. Potyra Krikatí Guajajara me disse que, no período da reocupação, a falta de respeito era grande, principalmente em dias de jogos no Estádio do Maracanã. Além disso, a prática de

---

<sup>57</sup>Disponível em: <https://www.facebook.com/aldeia.rexiste/photos/1171324602916922> . Acesso em: 22 jul. 2022.

furtos de objetos e materiais era comum, sendo esta uma questão que ainda ocorre, ainda que com menor frequência.

Apesar de todas as dificuldades, indígenas e apoiadores, num ato de coragem, dormiam ao relento ou dentro de barracas para garantir que aquele lugar fosse destinado à causa indígena. Mesmo sujeitos aos mais diversos tipos de violência e covardias provenientes das mais diversas situações de perigo, os indígenas permaneceram bravamente no local e foram assim reconstruindo a Aldeia Maracá'nà.

Figura 17 - Configuração da Aldeia Maraká'nà em 2018, vista de cima do prédio do antigo Museu do Índio.



Fonte: Imagem retirada de uma rede social do grupo Aldeia Rexiste, 2018.<sup>58</sup>

Há o projeto de se retirar todo o asfalto do solo no perímetro da Aldeia Maraká'nà para que este espaço fique o mais natural possível. Em conversa realizada em agosto de 2022, Dário Jurema Xukuru, de 42 anos, antigo integrante da Aldeia Maraká'nà e um dos maiores responsáveis pelos mutirões de reflorestamento, contou-

---

<sup>58</sup>Disponível em: <<https://www.facebook.com/aldeia.rexiste/photos/1882176885165020>> Acesso em: 29 ago. 2022.

me sobre o início do processo de transformação do solo, que começou logo após reocuparem o lugar em 2016. Disse ele:

Esse processo de plantar vem pouco depois, antes vem o quebrar, né. É um processo de destruição e criação. O marco que eu me lembro, assim, eu tava na situação [referindo-se à Aldeia Maraká'nà] aí uma amiga minha, ela trouxe, por que ela tava apoiando a gente e sabia que a gente tava precisando dessas coisas, e a gente já tava falando “po, tem esse asfalto aí e tal”, aí ela trouxe uma picareta, picareta com um cabo de pau lá, todo torto, não era nem um pau reto, era um pau torto, assim, quase um arco (risos). Aí, porra, um dia me deu a ideia, peguei aquela picareta e pensei “vou quebrar esse asfalto aí, vou tentar”. Aí fui lá dando no asfalto “pá, pá, pá” aí eu: “caraca, negócio é brabo, hem”. Até que me veio uma ideia brilhante: eu vi a beirada do asfalto, aí meti a picareta ali, aí dei aquela puxada assim e a parada saiu, levantou, aí eu: “caraca, eureka!” (risos). Aí chamei a galera: “aí ó, pega a visão aqui, vamo lá rapaziada, vamo lá”. Aí, enfim, foi isso. Aí começamos a quebrar, né, e sempre a febre da galera sempre foi mais a de quebrar, mas aí a gente aproveitava e vinha com uma galera de bondes, de mutirão. A gente começou a organizar.

Basicamente, da aldeia [...] em relação à plantio era eu e sempre tinha um pessoal que, de geração em geração vai mudando, apoiadores que vinham chegando junto, né, o pessoal da Cinelândia, do Educação Popular da Cinelândia, que foi os primeiros que colaram e que levaram muita muda, e que colavam mesmo no mutirão, dando força. Teve outros também, pessoal do Planta na Rua foi uma vez, e vários grupos que foram chegando, assim, e outras figuras que também começaram a ser assíduos lá, nessa coisa. Mas aí vai mudando, aí depois aparecem outros, mas tem sempre umas figuras assíduas que tão dando uma força. Foi uma coisa assim meio que espontânea, né. Como te falei, tem essa coisa de quebrar, essa coisa aí virou um frenesi, todo mundo que ia pra lá era pra quebrar, quebrar. Hoje em dia a coisa do quebrar deu uma sossegada, até porque já quebrou pra caramba (DÁRIO XUKURU).

Dário Xukuru diz que plantar na Aldeia Maraká'nà não é tão simples e apresenta certa dificuldade por conta da terra abaixo do asfalto ser ruim para o cultivo de plantas.

Tem que quebrar e plantar em cima, porque em baixo fica aquela coisa meio inóspita, árida que não nasce, só tem capim que vai brotando ali naquele solo, que não é nem solo, é um cimento ali, com brita, com não sei o quê, com entulho, né, e nasce essas coisas, capim e tal. Mas aí pra plantar tem que trabalhar, tem que quebrar mais ali, compostar. Foi um processo que a gente foi desenvolvendo (DÁRIO XUKURU).

Ao quebrarem o asfalto, entrando em contato com a terra, os indígenas começaram a plantar árvores frutíferas, legumes e ervas, tornando o espaço cultivável. Ainda hoje este projeto está em curso e frequentemente são realizados mutirões de plantio, e além destes, também de limpeza e de construção onde participam indígenas e apoiadores.

Figura 18 - Dário Xukuru e apoiadores no mutirão de reflorestamento.



Fonte: Imagem retirada de uma rede social do grupo Aldeia Rexiste, 2017.<sup>59</sup>

Seja pela ação dos próprios indígenas ao construírem edificações ou por circunstâncias adversas, como a demolição completa de suas casas, a Aldeia Maraká'nà resiste e vem se transformando em um processo contínuo, que não parou no tempo, configurando-se de outra maneira quando iniciei minha pesquisa, em 2022.

### 2.3 A Aldeia Maraká'nà Rexiste viva

Desde a sua reocupação a Aldeia Maraká'nà vem gradativamente se reconstruindo, sobretudo no espaço onde se encontrava a LANAGRO. O que antes, em 2016, era apenas um estacionamento, em 2022 se tornou um espaço bastante natural, completamente diferente do seu entorno, com inúmeras árvores, plantas,

---

<sup>59</sup>Disponível em: < <https://www.facebook.com/aldeia.rexiste/photos/1486272881422091>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

hortas, além de algumas pequenas casas construídas que contrastam com as grandes edificações de seu entorno.

Figura 19 – Imagem aérea da Aldeia Maraká'nà em 2022, vista de cima do prédio do antigo Museu do Índio.



Fonte: Luciana Whitaker, 2022.

Não se trata obviamente de transformar o local em um miniparque – lembremos, aliás, que ali próximo existe um dos maiores parques urbanos do país, a Quinta da Boa Vista – mas de construir um lugar em que a natureza também faça parte da moradia. Sobre este contraste, entre o espaço arborizado da aldeia e seu entorno, preponderantemente de concreto, Gilvania, de 42 anos, que é moradora do bairro do Maracanã, e por isso se afirma como “vizinha e amiga da aldeia”, me disse que a Aldeia Maraká'nà para ela “é como se fosse um oásis em meio ao caos”.

Este processo de transformação vem acontecendo pela ação dos próprios indígenas e também de apoiadores, seja por doação financeira, de materiais ou emprestando mão de obra para a execução dos projetos. São frequentes os chamados “mutirões de reflorestamento” ou então de “bio-construção”, visando reformular o local.

Se no momento da reocupação não havia acesso à água e à energia elétrica, hoje eles têm um acesso informal e precário, providenciado pelos próprios indígenas, que vêm conseguindo aos poucos superar as adversidades da falta de infraestrutura. Atualmente a aldeia conta com banheiros coletivos construídos atrás da cozinha, bem próximo ao antigo casarão.

O fornecimento de energia elétrica, apesar de não regularizado, existe, auxiliado por baterias elétricas. Perguntado sobre como se encontrava o abastecimento de água para a aldeia, José Urutau disse que por muito tempo ele se dava pelo pagamento do serviço de caminhões-pipa.<sup>60</sup> Por volta de 2017-2018 os indígenas receberam de doação uma grande caixa d'água, com capacidade de 10.000 litros que conseguia armazenar a água para a aldeia.

Em 2021 foi perfurado um poço artesiano que fornece água potável para a Aldeia Maraká'nà de modo autônomo. A abertura deste poço foi realizada por um homem ligado ao Movimento Sem Terra (MST) que levou um maquinário para a aldeia e fez a perfuração do solo em busca de água. Sobre a construção desse poço, José Urutau disse que não acreditava ser possível o consumo de água potável, pois imaginava que a água viria poluída, da mesma forma que se encontra o rio Maracanã<sup>61</sup>, que cruza a região. Porém, para sua surpresa, a água encontrada era potável, passando a ser a principal fonte de abastecimento hídrico do local.

---

<sup>60</sup>O caminhão-pipa é um veículo equipado com reservatório para transportar grandes quantidades de água.

<sup>61</sup>O rio Maracanã, que corta o bairro homônimo, possui uma extensão de 8.510 metros. Sua nascente fica nas encostas do Maciço da Tijuca e do Morro do Sumaré e sua foz fica no canal do Mangue, antes de chegar na Baía de Guanabara. Suas águas encontram-se poluídas devido ao lixo doméstico jogado. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/esserieoemeu/index.php/rio?codigo=001638>. Acesso em: 07 nov. 2022.

Figura 20 – Caixa d'água da Aldeia Maraká'nà



Fonte: O autor, 2021.

Não há fornecimento direto de água para as casas, sendo realizada a coleta pelos moradores, preponderantemente, por uma torneira, localizada atrás da área da cozinha coletiva, que dá acesso direto ao poço.

Vale ressaltar que todas as construções, reformas e melhorias na estrutura de abastecimento de água, luz, construção de muros, banheiros e saneamento básico da Aldeia Maraká'nà, são decorrentes da ação direta dos próprios indígenas e de apoiadores.

Todas as casas da aldeia são bastante simples, sendo a maioria construída com tapumes de madeira. Existem algumas construções elaboradas com outros materiais, como a “casa da menina-moça”, que é de sapê, sendo esta a última edificação construída no local até o momento de finalização da escrita desta pesquisa. As casas costumam ser relativamente pequenas e algumas contam com o fornecimento de energia elétrica, mas todas de maneira irregular. Segue uma imagem do interior de uma das casas da Aldeia Maraká'nà.

Figura 21 – Interior de uma habitação da Aldeia Maraká'nà



Fonte: O autor, 2022.

Em meus diálogos realizados na Aldeia Maraká'nà, sobretudo com pessoas que estavam visitando o lugar pela primeira vez, percebi uma certa preocupação e desconforto com as condições nas quais os indígenas estavam submetidos ali.

Nos relatos dos visitantes em que a infraestrutura foi mencionada como uma questão, frequentemente se deu ênfase à falta de amparo governamental com o espaço e também com os próprios indígenas que ali habitam. Adriana, de 51 anos, estudante de pedagogia na UERJ e moradora do bairro de Oswaldo Cruz em sua primeira experiência na aldeia afirmou que ali “deveria ter mais ajuda do governo, até mesmo das empresas privadas. Ter um projeto, pra ter essa ajuda, porque é cultura, né?”. Na sequência, Adriana atribui que essa ajuda do governo deveria ser realizada por conta da legitimidade de posse, que data antes da chegada dos europeus, do espaço por parte dos indígenas, dando ênfase à função cultural que a aldeia exerce:

É deles, não foi o Cabral que veio e descobriu, já era descoberto pelos índios. Isso aqui já é deles, não tem que ser tomada uma coisa que é deles. É cultura, então o Brasil tem que ajudar mais, tem que ter uma estrutura pra eles, porque é muito precário isso aqui (ADRIANA).

Narrativa semelhante é percebida na fala de outra visitante de primeira viagem, uma estudante de 22 anos do curso de pedagogia da UERJ, moradora da Cidade de Deus, chamada Kiane. Perguntada sobre suas impressões, ela me disse:

acho que é um ótimo espaço, mas também que teria que ter mais investimento aqui, porque é uma ótima oportunidade de as pessoas conhecerem as culturas indígenas (KIANE).

Como vimos anteriormente, não existem políticas públicas específicas para os indígenas em contexto urbano e estes acabam muitas vezes sendo jogados a situações de marginalidade social, sem nenhum amparo direto por parte do Estado. Castro-Gómez (2005) aponta que este fenômeno não ocorre por acaso, mas de modo estratégico por parte do governo, a fim de exercer controle e manter estes indígenas invisíveis; consequentemente silenciados, mantendo um padrão similar de identidades que seriam mais propensas ao “progresso”.

Apesar das dificuldades enfrentadas, o grupo Aldeia Rexiste vem resistindo e criando melhores condições para a permanência dos indígenas no local. Além de assegurar o mínimo de infraestrutura urbana, o grupo realiza mutirões de reflorestamento com frequência desde a retomada do lugar, transformando-o sistematicamente. As frutas, legumes, verduras e ervas medicinais colhidas no local já se tornaram parte da alimentação e dos chás consumidos pelos que ali habitam. São colhidos alimentos tais como cenoura, aipim, batata doce, entre outros.

Para melhor situar os leitores quanto à configuração socioespacial da Aldeia Maraká'nà, em meados de 2021, apresento o mapeamento que fiz, após ir ao local por duas vezes e contando com a ajuda de minha irmã Eliane (que conhecia muito bem o espaço). Fomos registrando à caneta, sobre uma fotografia aérea do local, a disposição das casas e de outras construções no terreno, elencando os seus usos pelo coletivo, como podemos ver a seguir:

Figura 22 – Configuração espacial da Aldeia Maraká'nà no início da pesquisa.



Fonte: Google Maps. Com alterações do autor, 2021.

As numerações no mapa se referem aos seguintes itens:

- 1- Prédio do antigo Museu do Índio.
- 2- Cozinha coletiva /Casa das “lideranças”.
- 3- Banheiro e área de banho.
- 4- Espaço de encontros, palestras, reuniões, etc.
- 5- Espaço onde acontecem os rituais e fogueiras.
- 6- Casa de uma família Xavante.
- 7- Maloka do Korubo.
- 8- Casa sem moradores (em reforma).
- 9- Casa sem moradores (em reforma).
- 10- Casa de um Ashaninka.
- 11- Galpão.
- 12- Casa de uma família Guajajara.
- 13- Casa de um Guajajara.
- 14- Casa de um casal Guajajara.

15- Portão de entrada/ saída principal.

16- Entrada/ saída alternativa pela Avenida Maracanã.

De modo a garantir o anonimato dos moradores, apontei apenas as etnias dos que habitavam as casas, caso a moradia seja destinada a uma pessoa ou família de modo fixo. É importante ressaltar que nem todos os indígenas que ali residem ou estão provisoriamente hospedados ocupam as casas. Alguns dormem em redes ou em barracas improvisadas, geralmente alocadas em um grande galpão sem paredes. Neste galpão eventualmente também ocorrem atividades culturais, sobretudo em dias de chuva, por este local ser coberto com telhas de amianto.

Figura 23 - Galpão



Fonte: O autor, 2022.

Algumas casas dentro da aldeia por vezes ficam vazias e são utilizadas por outros indígenas que estão de passagem, pois a Aldeia Maraká'nà, para além de um local de moradia e de interação e vivência indígena, é um lugar de acolhimento de pessoas das mais diversas etnias originárias do Brasil (e do resto da América) que necessitam de estadia temporária na cidade do Rio de Janeiro. Eliane Xokó, em conversa disse que “a Aldeia Maraká'nà não possui apenas uma etnia. São diversos povos indígenas que tem o direito de estar ali.”

No período de realização da pesquisa, a maior parte das construções do local continuou a mesma. Entre as poucas modificações na configuração do espaço, uma das mais significativas foi a demolição da casa de uma família da etnia Xavante.

Esta família, que vivia na aldeia era composta por três meninas (de quatro, três e um ano de idade), um casal heterossexual (homem e mulher) e a avó paterna das crianças. A saída dessa família foi repentina. Recordo-me que visitei a aldeia em um dia aleatório e poucas semanas depois, ao retornar, eles já haviam deixado o local. Ao perguntar a José Urutau sobre o motivo que os levou a deixarem a aldeia de maneira repentina, ele me disse apenas que a família havia retornado à sua aldeia de origem, no estado do Mato Grosso.

Outra construção apresentada no mapa que já não existe mais, em 2022, é a maloca de um indígena Korubo. Este local era feito com grandes folhas de palmeiras secas, que se fechavam e formavam uma espécie de cone. Eliane Xokó disse que nesta maloca ocorriam rituais xamânicos.

Alguns projetos de construções que não se encontram numerados no mapeamento elaborado por mim e minha irmã foram executados ao longo desta pesquisa, como a casa de reza e a casa da menina-moça. Ambos serão mencionados nas seções a seguir, que consistem em ilustrar algumas das construções, lugares e aparatos presentes na aldeia. O recurso imagético será bastante explorado a fim de dar ao leitor a possibilidade de ver com mais detalhes e riqueza alguns dos elementos da Aldeia Maraká'nà.

### **2.3.1 O prédio do antigo Museu do Índio**

Sendo uma das principais reivindicações (senão a principal) a reforma e a subsequente transformação desse espaço em uma Universidade Indígena, o prédio do antigo Museu do Índio resiste ao tempo e continua sendo um símbolo da presença indígena na cidade.

Completando 160 anos em 2022, o antigo palacete, apesar das marcas do tempo que o corroem a cada dia que passa, continua apresentando beleza e exuberância muito particulares. Em sua lateral, que em um primeiro olhar aparenta ser a fachada, por estar voltada para a avenida, foram colocadas placas agrupadas que formam uma espécie de mureta onde está escrito “Universidade Indígena”, reforçando a resistência indígena no local e a intenção de uso do mesmo.

Figura 24 – Fachada lateral do antigo Museu do Índio.



Fonte: O autor, 2022.

Apesar de ser tombado em definitivo, através do Decreto n° 37531 de 09/08/2013<sup>62</sup>, e prometido pelo governo do estado do Rio de Janeiro para destinação indigenista, o prédio encontra-se completamente abandonado pelo poder público, a cada dia mais se deteriorando. Este fato evidencia a falta de compromisso por parte do Estado brasileiro com um patrimônio de profunda importância arquitetônica e histórica. Algumas vezes ouvi o cacique José Urutau afirmando que a situação de abandono em que se encontra o antigo Museu do Índio retrata o descaso com a questão indígena ao longo dos séculos, desde a invasão europeia nestas terras.

Sobre o desprezo, o desrespeito e mau uso por parte do poder público conferido a esse imóvel, o professor, arquiteto e urbanista Alfredo Britto afirmou:

O prédio principal foi dilapidado, com retirada de esquadrias e de todos seus elementos construtivos removíveis à vista de todos sem qualquer reação ou coação por parte de seus “responsáveis”. Deixar o prédio se arruinar para então propor sua demolição como indispensável a seu novo uso e sua “modernização”, é uma prática freqüente e abominável nas três instâncias da administração pública em nosso país (BRITTO, 2013)

---

<sup>62</sup>Disponível em: <<https://www.ipatrimonio.org/rio-de-janeiro-antigo-museu-do-indio/#!/map=38329&loc=-22.912460300684785,-43.226618433740605,17>> Acesso em: 11 nov. 2022.

Apesar do descaso dos setores públicos, em minhas conversas na Aldeia Maraká'nà ouvi de uma das lideranças que existe o desejo de reparação do antigo palacete por iniciativa dos próprios indígenas e de apoiadores, com a utilização de recursos e força de mão de obra dos próprios, sem o auxílio do governo, embora saibamos que a restauração de um prédio histórico como esse deva ser feita por especialistas e que seus custos são elevados. Em contrapartida também já escutei sobre o receio de empenharem tempo, força e dinheiro reformando o local e no fim das contas os indígenas serem novamente retirados à força dali, sendo todo possível o esforço, no fim das contas, em vão.

Devido ao seu estado de degradação, o interior do antigo casarão não é utilizado como habitação, sendo, por vezes, usado apenas como depósito para se guardar objetos. A limpeza interna do casarão é feita pelos próprios indígenas e apoiadores em mutirões específicos que ocorrem esporadicamente com esta finalidade.

### **2.3.2 A Cozinha coletiva**

Construída em meados de 2018 na parte lateral do antigo palacete, onde se encontrava a extinta LANAGRO, a cozinha coletiva da Aldeia Maraká'nà constitui-se atualmente como um dos lugares de maior relevância e fluxo de pessoas dentro do espaço, sobretudo em dias corriqueiros. Com colunas de madeira nas estruturas e telhas na parte do teto, ao longo do tempo foi sofrendo modificações até estar configurada como está hoje. Inicialmente a estrutura não contava com nenhum muro, sendo totalmente aberta. Ao longo do tempo foi murada com tapumes em duas partes, nos extremos à esquerda e à direita, ficando a parte central da estrutura aberta, como pode ser visualizado na imagem a seguir:

Figura 25 - Cozinha coletiva



Fonte: O autor, 2022.

Na parte à direita da imagem, há um fogão à lenha e armários com utensílios próprios para a preparação de alimentos, tais como panelas e talheres.

Figura 26 – Fogão à lenha



Fonte: O autor, 2022.

Nem todas as refeições são preparadas neste forno, sendo algumas refeições preparadas na parte externa, principalmente quando são comidas assadas.

Na parte central, que conta com mesas e cadeiras, ocorre a preparação dos alimentos, tais como cortar, temperar, etc., e também o consumo das refeições, que costumam ser realizadas em uma grande mesa. Este local também contém uma geladeira e alguns filtros de água feitos de barro. Por vezes também vi caixas com legumes colhidos na horta estocados neste local. Ocorrem doações de mantimentos por apoiadores da Aldeia Maraká'nà, que também são deixados nesta área da cozinha. Nesta parte encontra-se ainda um mural de avisos onde constam informes sobre futuros eventos e visitas agendadas por instituições educacionais que serão realizadas na aldeia. Nele também são explicitadas ao público regras gerais de conduta dentro da aldeia, como por exemplo a proibição de uso de drogas dentro da Aldeia Maraká'nà.

Figura 27 – Parte interna da cozinha



Fonte: O autor, 2022.

Além de ser um local próprio para o estoque, a preparação e o consumo de alimentos, percebo que este espaço se configura, sobretudo, como um ponto de convivência e trocas de experiências. Tal fato se evidencia principalmente em dias habituais, sem nenhuma atividade ou evento especial. Nas vezes que fui a Aldeia Maraká'nà nestes dias percebi certa frequência de pessoas, indígenas e apoiadores, que visitam o local sem nenhuma pretensão aparente, buscando apenas conversar com os amigos e amigas que ali estão.

Na parte à esquerda, onde se está escrito “TEKO HAW MARAKANÃ” vive uma família Guajajara, e o acesso a este local é restrito. Ribeiro afirma que “[...] teko haw, em ze’egete [uma língua do tronco Tupi-guarani], língua do povo Guajajara, maioria étnica atualmente na Aldeia, é “o lugar onde vivemos” que não se separa do corpo que habitamos.” (2022, p. 5)

Atrás da cozinha, já próximo ao antigo caseiro, existe uma torneira de água e uma pia, onde são lavadas as louças; ao lado existe um galinheiro.

### **2.3.3 A casa de reza / espaço de rituais**

A atual casa de reza da Aldeia Maraká'nà foi construída para ser o espaço espiritual, de transmissão de saberes e tradições no lugar. Esta construção, feita com materiais semelhantes aos da maioria das outras casas (com tapumes de madeira e telhas), ocorreu no ano de 2021. Ela está localizada ao lado da casa de um indígena da etnia Ashaninka e um pouco à frente do local onde tradicionalmente ocorrem rituais de canto e dança, realizados por indígenas utilizando o instrumento maraká, sendo tais manifestações chamadas apenas como “rodas de maraká”. Tais manifestações evocam a ancestralidade e também a espiritualidade dos que participam, segundo um indígena afirmou.

Vale pontuar que nem todos os indígenas que frequentam/habitam a Aldeia Maraká'nà são de povos que tem por costume a utilização do maracá. Em uma oportunidade um indígena do Amazonas me confidenciou que não sabia e nem sequer gostava do instrumento, apontando que seu povo era adepto de outros instrumentos de percussão, tal como tambores, e por tal motivo evitava participar dos rituais com o maracá na aldeia.

As rodas de maraká não tem local fixo para ocorrer; por vezes ocorrem em volta de uma fogueira que fica bem à frente da casa de reza. Estas práticas ocorrem

geralmente em eventos ou datas especiais, dos quais participam indígenas, apoiadores e visitantes, muitos deles tendo a oportunidade de presenciar e vivenciar esta experiência pela primeira vez ali, na Aldeia Maraká'nà.

Figura 28 – Casa de reza e fogueira de rituais.



Fonte: O autor, 2022

Próximo a este espaço destinado à fogueira existem diversos troncos de árvores cortados, que são utilizados como bancos, posicionados em círculo. Neste local ocorrem rodas de conversa, muitas vezes desenvolvidas de maneira espontânea, onde as pessoas presentes discutem sobre os mais diversos temas de maneira livre e, pelo menos em todas às vezes em que presenciei, respeitosa.

No próximo capítulo irei narrar minha entrada no campo, descrevendo algumas situações que ocorreram ao longo desta primeira visita e de outras que foram naturalmente acontecendo. Abordarei algumas situações e desafios que os indígenas

vivenciam no cotidiano da Aldeia Maraká'nà a fim de evidenciar ao leitor algumas das questões envolvendo esta aldeia indígena em contexto urbano.

### 3 SITUAÇÕES E DESAFIOS NO CONTEXTO CIDADINO

*Vocês nos tiraram tudo, mas uma coisa vocês não conseguiram nos tirar: a capacidade de constranger vocês por permanecermos vivos!*

José Urutau Guajajara

#### 3.1 Considerações e impressões sobre o campo

Era dia 4 de dezembro de 2019 quando recebi uma mensagem de minha irmã, Eliane, que, através de um aplicativo de mensagens para celular, me convidava para o “chá de bebê” de seu segundo filho, Aray, fruto do relacionamento com um indígena Ticuna amazonense chamado João, então morador da Aldeia Maraká'nà. Eliane me avisou que a festividade estava marcada para começar às 16h de uma sexta-feira, no dia 13 daquele mês. De modo algum perderia qualquer comemoração envolvendo algum familiar meu, ainda mais a comemoração do nascimento de um sobrinho. Confirmei minha ida, mas não sem antes informar que chegaria atrasado: havia feito um concurso para professor de ensino fundamental da prefeitura do Rio de Janeiro meses antes, e fui convocado justamente naquele mesmo dia, no período da tarde, para a entrega de comprovantes de títulos no Clube do Servidor Municipal, no bairro do Estácio, na região central da cidade.

Após algumas horas na fila consegui entregar o documento e peguei um ônibus para a Aldeia Maraká'nà. Apesar de até então nunca ter entrado no espaço, sabia bem onde ficava e não tive muitas dificuldades para chegar ao local, já que fica ao lado do estádio de futebol. Cheguei por volta de 18h na entrada principal da Aldeia Maraká'nà, incomunicável, pois naquele momento eu ainda não tinha telefone celular. Parei na grade e fiquei tentando ver se conseguia avistar alguém para pedir para abrir o portão. A tarde caminhava para seu fim, a noite avançava e ninguém aparecia. Eu só pensava que não conseguiria entrar e perderia o evento. Parado, em pé, por volta de quase dez minutos do lado de fora, fiquei observando os desenhos no antigo casarão, admirando-os e imaginando como seria a Aldeia Maraká'nà por dentro. Era a primeira vez que eu olhava para o antigo palacete de tão perto. Apesar de meu pai ser antigo frequentador do local e minha irmã ser integrante da aldeia, eu não fazia nenhuma ideia de como seria dentro do espaço.

Percebi que não iria aparecer ninguém para me atender, tomei coragem e resolvi entrar por conta própria. Eu não fazia ideia como seria tratado caso alguém me visse entrando lá dentro sem autorização. Fiquei receoso pensando que poderiam achar que eu era um policial infiltrado, ou algo do tipo, tentando invadir o espaço.

Logo ao entrar, por sorte, consegui avistar minha irmã, que por estar grávida de nove meses o tamanho de sua barriga a destacava no grupo. Confesso que senti um alívio naquele momento. Ela me abraçou, agradeceu por eu ter ido, mas disse que já havia ocorrido o evento e as apresentações que haviam sido marcadas para aquele dia. De todo modo, permaneci no local.

Não me recordo ao certo o número de convidados presentes, mas parecia ter em torno de 20 pessoas, em sua maioria mulheres, indígenas e apoiadoras, amigas de Eliane. Devido ao horário avançado que cheguei, passaram-se apenas alguns minutos e já estava anoitecendo. Percebi uma única lâmpada acesa, em um local que fui descobrir pouco tempo depois que era uma cozinha. Na época de minha primeira entrada na Aldeia Maraká'nà, a cozinha se configurava conforme a imagem a seguir:

Figura 29 – Interior da cozinha da Aldeia Maraká'nà em 2019.



Fonte: Imagem retirada de uma rede social da Aldeia Maraká'nà, 2019. <sup>63</sup>

---

<sup>63</sup>Disponível em: < <https://www.facebook.com/aldeia.rexiste/photos/2143546879028018>>  
Acesso em: 29 ago. 2022.

A luz era demasiadamente fraca. Eu mal conseguia enxergar o rosto das outras pessoas e, por algum motivo, a lâmpada só funcionava no período da noite, quando os postes de iluminação pública do entorno do Estádio do Maracanã eram acesos. Como já estava por lá fiquei conversando com minha irmã e observando o local. Apesar da escuridão, podia enxergar um pouco o ambiente graças à luz indireta dos postes externos à aldeia.

Uma das coisas que mais me chamaram a atenção naquele primeiro momento foram as condições estruturais, que eram extremamente precárias. Os banheiros eram improvisados em pequenas estruturas montadas com tapumes de madeira e a água era bastante escassa. Também percebi que quase todo o terreno da Aldeia Maraká'nà naquele momento ainda não era murado, e a pequena parte que era não impedia a livre entrada de quem quisesse invadir o perímetro da aldeia.

Ao longo do período em que estive lá percebi que haviam outras crianças vivendo ali, o que só agravou minha preocupação e revolta, já antiga, com o Estado por permitir e ter sido o principal responsável por aquilo. Na Aldeia Maraká'nà até 2013 haviam casas e muros que delimitavam o perímetro, fatores que traziam um pouco mais de segurança a todos que ali habitavam.

De todo modo, me senti contente por ter conhecido o local. Após a experiência comecei a refletir sobre os indígenas que permaneciam, apesar de tudo, naquele espaço; em quão corajosa minha irmã era por escolher viver ali, *no front* da resistência junto a outros indígenas, pelos quais também nutria minha admiração.

Em dado momento, Eliane me apresentou à Potyra Krikatí Guajajara: “Potyra, esse aqui é meu irmão”, disse. Até então eu nunca havia visto Potyra, porém ela se mostrou bastante simpática e acolhedora. Lembro de uma fala de Potyra naquele dia, referindo-se a Aray e às outras crianças que nasceram ali na aldeia, que me fez refletir bastante, e por vezes me pego pensando na sua fala de que os indígenas mais velhos, todos tem sua aldeia de origem, estão na resistência e focados na luta da Aldeia Maraká'nà, mas não são nascidos naquele local, essas crianças sim, e os laços com aquela terra seriam muito maiores para estes, sendo este lugar, sobretudo para eles, de direito, pois são os donos dali.

Com o avançar da hora disse que teria que ir embora, Eliane e Potyra me acompanharam até o portão, pois eu não sabia como fechá-lo. O portão era fechado com um pedaço de tronco de árvore inclinado, que fazia pressão contra o solo, evitando que se abrisse. Nos dias de hoje, apesar de ter uma corrente no portão, no

período do dia ele permanece fechado deste modo quase todo o tempo. Ao me despedir de Potyra, esta comentou que conhecia meu pai e era amiga dele, dizendo para eu mandar um abraço para o mesmo e para que ele aparecesse por lá, pois estava ficando cada vez mais ausente do lugar.

Apesar de ter gostado da experiência de conhecer a Aldeia Maraká'nà, fiquei um pouco mais de um ano distante de lá. O acaso me levou à aldeia novamente: por conta da mudança de meu tema de pesquisa, no dia 24 de março de 2021 fui ao depoimento de Arão da Providencia Guajajara, advogado da aldeia, que ocorria no prédio da Superintendência Regional da Polícia Federal, no bairro da Gamboa, sob a alegação de que este teria cometido crimes de calúnia, difamação e injúria contra o Desembargador Federal da 2ª região, Alcides Martins. Naquele dia haviam dezenas de indígenas em frente ao prédio da Polícia Federal, dentre eles estavam meu pai, minha irmã e meus sobrinhos.

Após o depoimento de Arão, a maioria dos manifestantes foi almoçar em um mesmo restaurante localizado na Praça Mauá, a menos de 200 metros do edifício onde estávamos. Fui junto com os outros manifestantes e lá pude conhecer e interagir com alguns dos indígenas da Aldeia Maraká'nà, o que me motivou a posteriormente, depois do almoço, ir com eles para a aldeia. Minha irmã e meus sobrinhos também iriam, o que me deixou um pouco mais à vontade, inclusive.

Expliquei ao meu pai que possuía a pretensão de realizar uma pesquisa específica dentro da Aldeia Maraká'nà, e perguntei-lhe se poderia interceder junto à José Urutau Guajajara para que eu pudesse ter o seu apoio, já que o conhecia de longa data e ele era reconhecido pelo grupo como cacique. Ao saber que eu era filho de Hélio, logo, irmão de Eliane, Urutau gentilmente e prontamente permitiu e ainda se colocou à disposição para me auxiliar e sanar qualquer dúvida.

Uma curiosidade é que, quando o conheci, eu estava matriculado no Programa de Línguas Estrangeiras Modernas (PROLEM)<sup>64</sup> e iniciando os estudos remotos de Guarani M'byá. Urutau é professor independente de línguas e culturas Tupi-Guarani, ministrando aulas há muitos anos. Já fora do restaurante, ao saber que eu estava estudando Guarani M'byá, começamos a conversar um pouco mais sobre o assunto,

---

<sup>64</sup> O PROLEM é o curso de idiomas da Universidade Federal Fluminense (UFF). Oferta aulas de inglês, Francês, Espanhol, Italiano, Alemão, Russo, Yorubá, Guarani, LIBRAS, Grego, Latim, Esperanto, Japonês e Português para Estrangeiros a preço populares tanto para os estudantes da própria universidade quanto para a comunidade externa. Disponível em: < <https://www.uff.br/?q=tags/prolem> > Acesso em: 25 jul. 2022.

com Urutau me dando uma verdadeira aula ali mesmo, em pé na rua. Conversamos por volta de trinta minutos. Desta conversa lembro principalmente dos ensinamentos sobre as diferentes vertentes da língua Guarani, que são: Kaiowá, Ñadeva e M'byá. Após um período, solicitei um transporte de aplicativo pelo celular e, junto de minha irmã, meus sobrinhos e um casal Guajajara que mora na aldeia, chegamos ao local no fim da tarde, onde permaneci até a noite.

Com o aval de José Urutau naquele dia, voltei à Aldeia Maraká'nà outras vezes. Como minha pretensão naquele momento era estudar a “escolinha” que existia na aldeia (e a informação que foi me dada é de que esta ocorria em uma pequena maloca próximo da entrada), logo perguntei a José Urutau se a informação procedia. Este me disse que realmente houve o projeto, mas que, devido à pandemia da Covid-19 e às medidas sanitárias de distanciamento social, ele não avançou. Inclusive, o espaço onde supostamente ocorreriam as aulas estava em reforma naquele momento.

Desde então passei a frequentar o espaço da aldeia eventualmente, sobretudo em dias de eventos, mas também em dias sem atividade especial. Algumas vezes, principalmente após ter criado certos vínculos, me permiti ir ao espaço apenas como alguém que queria estar ali, sem almejar necessariamente um bom material de campo ou uma boa entrevista, indo apenas pela companhia e para conversar.

Nunca tive a pretensão de querer ser aceito ou ser amigo de todos, mas ao longo do tempo, durante um extenso período de trabalho de campo, fui criando vínculos. Aprendi a respeitar e admirar diversas pessoas, indígenas ou não, que circulam pelo espaço. Porém, em minhas primeiras idas ao local, percebi certo estranhamento de alguns dos indígenas que moravam por lá.

Ao me identificar como um pesquisador às vezes a situação até se tornava mais incômoda, pois alguns indígenas me olhavam de cima a baixo, num tom de julgamento ou análise do sujeito com quem estão à frente, buscando entender quais são minhas reais intenções ali, num movimento que eu chamaria de auto defensivo.

Devido ao histórico de violências e injustiças praticadas contra a Aldeia Maraká'nà ao longo dos anos, penso que esta posição de resguardo e desconfiança é totalmente compreensiva e, diria, até necessária.

Em sua etnografia realizada em uma aldeia do Himalaia, Berreman afirma

O etnógrafo surge diante de seus sujeitos como um intruso desconhecido, geralmente inesperado e frequentemente indesejado. As impressões que estes têm dele determinarão, o tipo e a validade dos dados aos quais será

capaz, de ter acesso e, portanto, o grau de sucesso de seu trabalho. Entre si, e etnógrafo e seus sujeitos são, simultaneamente, atores e público. Têm que julgar os motivos e demais atributos de uns e do outro com base em contato breve, mas intenso, e, em seguida, decidir que definição de si mesmos e da situação circundante desejam projetar; o que revelarão e o que ocultarão, e como será melhor fazê-lo. Cada um tentará dar ao outro a impressão que melhor serve aos seus interesses, tal como os vê (BERREMAN, 1975, p 141).

Berremán (1975, p. 141) aponta que “a tarefa da pesquisa etnográfica pode ser vista como um sistema que envolve a interação social entre o etnógrafo e seus sujeitos”. O pesquisador ao adentrar no campo deve apresentar-se aos seus interlocutores “que pretende aprender a conhecer”, aproximando-se e, somente após isto, buscar “compreender e interpretar o modo de vida das pessoas”.

Ambas tarefas, como toda interação social, envolvem controle e interpretação de impressões, nesse caso, impressões mutuamente manifestadas pelo etnógrafo e seus sujeitos. As impressões decorrem de um complexo de observações e inferências, construídas a partir do que os indivíduos fazem, assim como do que dizem, tanto em público, isto é, quando sabem que estão sendo observados., quanto privadamente, isto é, quando pensam que não estão sendo observados. As tentativas de dar a impressão desejada de si próprio, e de interpretar com precisão o comportamento e as atitudes dos outros são uma componente inerente de qualquer interação social e são cruciais para a pesquisa etnográfica (*ibid*, p. 125).

As pessoas que estão sendo pesquisadas também possuem suas impressões e indagações a respeito do pesquisador ali presente. Inicialmente, no caso do meu trabalho de campo na Aldeia Maraká'nà, geralmente, a postura mais fechada por parte de alguns diminuía um pouco quando eu dizia ser irmão de Eliane e/ou filho de meu pai, Hélio. Pelo meu laço familiar, aparentemente, o ambiente ficava sereno.

Em uma situação, ao longo das entrevistas que realizei, abordei uma mulher indígena que estava em um evento na Aldeia Maraká'nà, explicando-lhe que estava fazendo uma pesquisa e se poderíamos conversar. Grande parte dos depoimentos das pessoas da aldeia vinham sendo realizados através de gravações em meu celular, e ao perguntar-lhe se poderia gravar a entrevista, ela se recusou e disse que só aceitaria se a entrevista fosse escrita. Disse-me algo, não propriamente com estas palavras, como: “aqui nós não damos entrevistas gravadas, eu falo e você escreve”. Não entendi muito bem a afirmação, pois eu havia pedido permissão a uma liderança e vinha gravando entrevistas com indígenas e apoiadores dentro da aldeia, inclusive no mesmo dia. Após algum tempo, não sei bem por qual razão, a mulher voltou e aceitou dar a entrevista pelo gravador de voz. Por fim, esta conversa acabou não ocorrendo por conta do fluxo de atividades no dia, que estava intenso. De todo modo,

aos poucos fui me sentindo confortável no lugar. Hoje, após tanto tempo desde minha primeira incursão na Aldeia Maraká'nà, sinto que minha presença já não é mais motivo de estranhamento por parte da maioria, tendo eu, inclusive, feito amizade com alguns indígenas e apoiadores que habitam ou frequentam o lugar.

O sociólogo estadunidense Foote-Whyte (2005[1943]) em seu livro *Sociedade de Esquina*, ao descrever sua observação participante, no período de 1936 a 1940, junto a pessoas de origem italiana em um bairro pobre de Boston — que chamou de Cornerville —, tendo como seu interlocutor um homem influente no grupo pesquisado (que o autor chama pelo pseudônimo de Doc) aponta que sua aceitação como igual pelo grupo que acompanhava nunca foi plena; os mesmos não esperavam que ele se comportasse como eles. Sobre esta experiência Foote-Whyte escreve

A princípio minha preocupação foi integrar-me em Cornerville, mais tarde no entanto tive que encarar o problema do meu nível de inserção na vida do bairro. Defrontei-o uma noite, quando passeava na rua com os Nortons. Tentando penetrar no espírito de uma conversa trivial deixei escapar uma série de obscenidades e palavrões. A caminhada foi interrompida quando todos pararam para me olhar surpreendidos. Doc meneou a cabeça e comentou: “Mill, você não devia falar deste modo, isto não combina com você”.(FOOTE-WHYTE, 1975, p. 82)

Esta situação, dentre outras, deixou claro para Foote-Whyte que o grupo o enxergava de outra forma, diferente de como os mesmos se viam. Apesar disto, o autor foi autorizado a circular em meio ao grupo, mas percebeu que nunca seria aceito plenamente como um deles.

Minha relação com as pessoas da Aldeia Maraká'nà foi semelhante, mas não completamente igual à de Foote-Whyte em sua experiência em Cornerville. Inicialmente o estranhamento das pessoas da Aldeia Maraká'nà era praticamente geral, mas à medida que o tempo passou, algumas pessoas, após me conhecerem, foram me aceitando melhor dentro do espaço, inclusive fiz boas amizades com alguns.

Ainda hoje, mesmo após tanto tempo frequentando a aldeia percebo certo estranhamento por uma parte de alguns indígenas que moram ou frequentam a Aldeia Maraká'nà, principalmente dos que nunca conversei ou apenas tive diálogos rasos, mas também de alguns que me conhecem um pouco melhor; a sensação que tenho em relação à estes, é que pensam que sou um pesquisador, como inúmeros que já passaram por lá, querendo conhecer o espaço, sem possuir nenhum laço ou interesse real com qualquer elemento do movimento indígena em si. Em algumas oportunidades, por exemplo, uma liderança indígena, ao me apresentar para outro

parente, se referia a mim como o “filho de um indígena”<sup>65</sup>. Esta situação ocorreu, se não me falha a memória, em três ocasiões, em dias distintos, partindo da mesma pessoa. Neste caso, e em alguns outros, me senti como a Foote-Whyte em Cornerville, como um estranho que se encontra no local, mas que não é realmente um integrante, por reconhecimento dos integrantes, dele.

Em contrapartida, em diferente oportunidade uma outra liderança agiu de modo completamente diferente. No ano de 2021 fui à aldeia acompanhar a segunda vacinação da COVID-19 que seria dada aos indígenas da Aldeia Maraká'nà, e também de outros que vivem em contexto urbano no Rio de Janeiro. Por regra, só iriam poder se vacinar pessoas indígenas que estivessem com o nome em uma lista preparada e entregue previamente ao órgão governamental responsável pela vacinação, e munidos de seu respectivo documento de identidade, para comprovação. Minha irmã estava com o nome na lista, porém, por uma enorme falta de atenção esqueceu seu documento de identificação em casa e não pôde se vacinar. Havia rumores de uma nova vacinação para os indígenas que não se vacinaram naquele momento se vacinarem depois, então criaram uma nova lista, em que o nome de minha irmã entraria novamente. Esta liderança em questão olhou para mim e disse para colocar meu nome também. Ele não disse exatamente desta forma, mas disse algo como “você é filho do Hélio, pode botar o nome lá”. Naquele momento ainda haviam muitas questões pessoais sobre minha identidade étnica, como ainda tenho, mas esta, dentre muitas outras situações, me fizeram refletir sobre mim mesmo e minha ascendência indígena.

Apesar de naquele momento ainda me sentir um pouco deslocado dentro do espaço, senti que — mesmo que nem fosse realmente o caso — havia certo reconhecimento por parte de, pelo menos, uma liderança quanto à minha legitimidade de integrar o espaço. Esta situação, de acolhimento também partiu de outros indígenas dali. No geral sempre fui muito bem tratado dentro da Aldeia Maraká'nà durante todo o período em que o trabalho de campo se realizou, não tendo nada a reclamar, mas, ao contrário, apenas agradecer pela atenção, hospitalidade e generosidade que recebi.

---

<sup>65</sup>Tendo em vista que o discurso oficial da Aldeia Maraká'nà é que os laços sanguíneos de antepassados não devem ser ignorados, e as pessoas, ao se autoafirmarem, são indígenas de fato, pois estão ligados à etnia pelo sangue, este posicionamento me deixou um pouco confuso. Esta afirmação vindo de uma liderança trouxe dúvidas se esse pensamento parte realmente de todas as lideranças de dentro da aldeia.

Estar presente no campo de modo informal foi fundamental para conversar com indígenas e apoiadores, observando o cotidiano e os eventos ocorridos na aldeia, além de presenciar as dinâmicas e as transformações no espaço físico, que como vimos, vem se modificando muito rapidamente.

### **3.2 Casos e acasos**

Em minhas incursões na Aldeia Maracanã presenciei situações e também ouvi sobre inúmeras histórias que foram moldando meu modo de enxergar, não só o espaço da aldeia em si, mas a relação que os indígenas e apoiadores experimentam no local, seja pelas relações que se manifestam internamente, seja pelas que ocorrem no entorno, mas que afetam direta ou indiretamente a dinâmica do lugar. Pretendo nesta seção relatar algumas das situações que presenciei nessas muitas idas e vindas à Aldeia Maraká'nà.

Começarei por um ponto que julgo bem problemático na Aldeia Maraká'nà: a segurança e bem-estar dos indígenas que ali habitam e frequentam e também dos apoiadores que participam das atividades no local. Esta minha preocupação, que se mantém ainda hoje, começou na vez em que fui à Aldeia Maraká'nà pela primeira vez e percebi que o espaço não era murado e que os indígenas, ao anoitecer, ficavam sozinhos naquele espaço mal iluminado, ficando expostos aos mais diversos tipos de riscos.

Fiquei imaginando os perigos que minha irmã, que dormia em uma barraca com meu outro sobrinho, Ariel, e com seu então companheiro passavam, principalmente durante a madrugada, quando aquela área ficava completamente deserta. Perguntei para Eliane se ninguém entrava no perímetro da aldeia e ela rapidamente respondeu: “entram toda hora, ninguém respeita. Às vezes vem gente, até roubam as coisas”.

O fato de a Aldeia Maraká'nà estar geograficamente ao lado do Estádio do Maracanã afeta significativamente o cotidiano de quem ali habita e frequenta. Não à toa, tais ocorrências se davam sobretudo pelo mau comportamento de torcedores em dias de jogos no estádio. “Eles entram aqui às vezes zombando, fazem xixi na frente de todo mundo, não querem saber se tem mulheres e crianças perto. Maior falta de respeito, né!?”, disse ela.

Presenciei uma cena semelhante de desrespeito durante um evento do Abril Indígena, que coincidentemente seria realizado durante um dia de jogo do Flamengo

no estádio. Durante uma conversa com Juliana, 27 anos, que é estudante de arquitetura e visitava a aldeia pela primeira vez, no exato momento em que ela dizia estar preocupada com a segurança dos indígenas, devido ao fluxo intenso e pouco respeitoso dos torcedores que passavam, um torcedor do Flamengo abriu as calças e começou a urinar na grade à nossa frente, a poucos metros de distância. Juliana avistou a cena antes de mim, e espontaneamente deu um enorme grito repreendendo a atitude do torcedor, comentando em seguida: “é uma coisa nojenta, nojenta”. Após presenciar inúmeras situações de desrespeito que vinham ocorrendo, Juliana se mostrou preocupada com sua segurança no retorno para casa:

Eu não tô com plano de ficar até o final por medo. Eu tô querendo, assim, na hora que dá seis e meia da tarde eles vão tá guardados ali dentro daquele inferno [referindo-se ao Estádio do Maracanã] e aí eu vou poder pegar meu metrô em paz (JULIANA).

Os conflitos entre torcedores de torcidas rivais em dias de jogos também afetam o bem-estar dos indígenas. Em uma oportunidade que presenciei, houve confronto entre torcidas e, para dispersá-las, a polícia jogou bombas de gás lacrimogêneo. Não sei onde foram jogadas, mas a sensação era de que tinha sido jogada uma bomba dentro da própria aldeia. Naquele dia eu estava dentro de uma casa conversando, quando, por efeito do gás, fiquei quase sem conseguir respirar. A sensação de ardência nos olhos e na garganta era horrível. Perguntei depois se aquilo era comum e disseram que sim. Em outra oportunidade, Potyra me mostrou uma caixa de papelão repleta de carcaças de bombas de efeito moral que já caíram dentro da Aldeia Maraká'nà. Me relataram ainda que uma criança que vive na Aldeia Maraká'nà costuma ter crises de pânico durante os dias de jogos.

Outro problema a se destacar tem a ver com a falta de apoio educacional às crianças da aldeia durante o período pandêmico em decorrência da Covid-19, sobretudo no ano de 2020, quando as incertezas sobre a doença eram maiores. As condições estruturais e de acesso que os alunos mais pobres foram submetidos no modelo de ensino remoto foram bastante precárias, não havendo promoção de meios tecnológicos para que os alunos pudessem acessar as aulas à distância, como evidenciam D'Arrochela, Correa e Silva:

[...] não foi oferecido meio tecnológico ou auxílio para que as aulas ocorressem de forma satisfatória, ou ainda que meios de conexão à internet foram disponibilizados pela secretaria de educação, cabendo aos professores

e alunos custearem esses gastos. (D'ARROCHELA; CORREA; SILVA, 2021, p. 3)

No caso específico dessa aldeia em contexto urbano, não havia sequer acesso regular à energia elétrica. Esta situação de abandono não se configura como exclusiva da Aldeia Maraká'nà, mas comum à grande parte dos estudantes de escola pública de modo geral, onde estão presentes os mais pobres e em situação de maior vulnerabilidade social, como aponta Alves *et al*:

Neste contexto, destacam-se os impactos negativos da crise sobre os estudantes da rede pública, os quais dependem, majoritariamente, das escolas para exercerem seu direito à educação. Diferentemente das escolas privadas, a grande maioria dos alunos da rede pública não dispõe de condições adequadas (computadores, acesso à internet, espaço físico, mobiliário etc.) para a realização de atividades educacionais em casa. (ALVES *et al*, 2020, p. 980)

Fica evidente a forma vergonhosa como a rede municipal do Rio de Janeiro tratou a educação de seus alunos no período pandêmico. O artigo 3 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional diz que o Estado deve garantir a todos os estudantes iguais condições de acesso e permanência (BRASIL, 2006). A implementação imediata e sem planejamento do modelo de ensino remoto, longe do que se entende como educação à distância de qualidade, evidenciou a falta de compromisso por parte do poder público com a educação pública.

Em 2022, enquanto escrevo este capítulo, a filha mais nova de José Urutau e Potyra, voltou ao ensino presencial. Está cursando o sétimo ano em outra escola municipal próxima à Paróquia São Francisco Xavier, na Tijuca. A escola fica em torno de dois quilômetros de distância da Aldeia Maraká'nà, caminho que a menina faz todos os dias a pé acompanhada de seu pai ou de sua mãe.

Figura 30 - Voltando para a Aldeia Maraká'nà após um dia de aula



Fonte: O autor, 2022.

Em uma dessas visitas, dia 18 de fevereiro de 2022, cheguei à aldeia por volta de 11h. Na ocasião, uma indígena da etnia Puri preparava dois peixes na brasa para o almoço de todos na aldeia. Após o almoço Potyra disse que iria buscar sua filha caçula na escola e perguntei se eu poderia acompanhá-la neste trajeto. Potyra prontamente aceitou e fomos juntos à escola. Queria neste processo observar Potyra e sua filha no espaço externo da aldeia, entendendo um pouco mais como eram suas relações com a cidade e quais caminhos escolhiam percorrer no trajeto de ida para a escola e retorno para a aldeia.

Ao longo do trajeto achei interessante a atenta percepção e o conhecimento de Potyra em relação às plantas e árvores existentes no caminho entre a aldeia e a

escola. Ao longo do percurso, Potyra foi identificando diversas plantas, tais como árvores de jaca, urucum, pitomba, entre outras, explicando suas aplicações medicinais e de outras formas de uso. A menina, por sua vez, me confidenciou ser a única indígena de sua escola, mas que isso não a afeta de maneira negativa, pois mantém um relacionamento muito bom com seus professores e colegas de turma. Apesar de achar a escola um pouco distante da aldeia, disse gostar muito da instituição.

Das seis crianças que viviam na Aldeia Maraká'nà no início do trabalho de campo, além da filha caçula de José Urutau e Potyra, apenas uma outra menina da etnia Guajajara (então com cinco anos) ainda vive na aldeia. Seu pai, Galvino Guajajara, me disse que, após algumas tentativas fracassadas, conseguiu matriculá-la em uma escola municipal próxima à aldeia enquanto as escolas ainda estavam sem atividades presenciais devido à pandemia. Galvino contou que, durante esse período, a escola disponibilizou alguns materiais com atividades para sua filha e que ele mesmo tinha que buscá-los na escola. Atualmente esta encontra-se matriculada em uma instituição de ensino localizada no perímetro do Estádio do Maracanã, a Escola Municipal Friedenreich, que no ano de 2013 esteve, assim como a Aldeia Maraká'nà, na eminência de ser demolida.

A recente pesquisa desenvolvida por Guilherme Santos Gomes (2022) sobre o processo exitoso de mobilização dessa escola contra a tentativa de demolição pelo Governo do Estado, entre os anos de 2009 e 2013, aponta uma relação solidária e amistosa entre a comunidade escolar e a então, Aldeia Maracanã. Foi, aliás, por ocasião de uma das visitas de alunos da educação infantil à aldeia que a vaga para a filha de Galvino foi negociada e a sua matrícula autorizada naquela unidade, a poucos metros de seu local de moradia.

Outro problema enfrentado pelos indígenas da Aldeia Maraká'nà decorre da eterna incerteza sobre sua permanência naquele espaço. Contínuos ataques com o intuito de retirar novamente os indígenas do local, presenciais ou por meio de declarações em redes sociais ou veículos de mídia, vem sendo realizadas sistematicamente pelo citado deputado de extrema direita Rodrigo Amorim<sup>66</sup>.

Em 3 de julho de 2021, o deputado postou um vídeo<sup>67</sup>, filmado em frente ao portão principal da Aldeia Maraká'nà, em seu perfil no *Facebook* reafirmando seu

---

<sup>66</sup>Rodrigo Amorim foi reeleito em 2022 deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

<sup>67</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=357053862434684>> Acesso em: 24 nov. 2022.

compromisso em retirar os indígenas do local. Em um trecho da descrição deste vídeo consta a seguinte afirmação:

PELO FIM DA ALDEIA MARACANÃ | Uma das lutas do meu mandato desde o início é a retomada formal, ordenada e legal do espaço onde ficava situado o Museu do Índio, desativado há anos. Ali em 2013 um partido de esquerda instalou um **lixo urbano** chamado Aldeia Maracanã. O objetivo era, claro, atrapalhar as obras do Maracanã para a Copa. Uma pirraça que virou desgraça (RODRIGO AMORIM, grifo nosso).

Além de defender a retirada dos indígenas do lugar, Rodrigo Amorim, deixa claro que não compreende, ou simplesmente ignora, a importância histórica e a motivação da presença indígena no local. O deputado notoriamente tenta, não somente nesta postagem, mas em inúmeras outras em suas redes sociais, a todo momento atrelar o movimento indígena da Aldeia Maraká'nà a interesses partidários e/ou de movimentos sociais de esquerda, com a clara intenção de desassociar a luta daqueles que ali estão com a causa indigenista. Neste mesmo vídeo, Amorim tenta deslegitimar a todo momento a presença indígena no local afirmando que existem carros estacionados no espaço, apropriando-se de uma narrativa folclórica e preconceituosa ao sugerir que os indígenas que fazem uso de aparatos tecnológicos ou que andam simplesmente vestidos com roupas industrializadas perdem sua própria identidade étnica. Além disso, o parlamentar faz uma falsa acusação de que o local é utilizado por criminosos ou por usuários de drogas, como podemos ver no trecho a seguir:

É interessante ver que os “índios” têm carros estacionados ali naquele espaço! Fora isso, a “aldeia” está com ameaças de desabamento, lixo, desordem, caos e até mesmo crianças com vacinação atrasada. Além do mais, vinha sendo usada por ladrões de cabos para derreter cobre – fora o consumo de drogas por outros invasores (RODRIGO AMORIM).

Ao longo de mais de um ano de trabalho de campo, jamais presenciei qualquer ação envolvendo derretimento de cobre ou qualquer ato ilícito sendo praticado dentro da aldeia. Inclusive, no mural de avisos localizado na cozinha coletiva consta um cartaz proibindo o uso de drogas dentro do perímetro da Aldeia Maraká'nà, como se vê na imagem abaixo:



contexto de favelas, era uma forte representante da esquerda do Rio de Janeiro. Amorim, em vídeo de campanha<sup>68</sup>, atrelou a morte de Marielle, assim como a de outras pessoas à partidos de esquerda, dizendo que estes são os reais culpados pelo cenário de violência em que o Brasil se encontra.

Daniel Silveira, que em 2022 foi condenado a oito anos e nove meses de prisão “pelos crimes de tentativa de impedir o livre exercício dos poderes e coação em processo judicial” (PRAZERES, 2022)<sup>69</sup>, aponta que a retirada da placa se deu como reação à depredação de patrimônio público, uma vez que a placa feita em homenagem à Marielle foi colocada em cima de uma outra, na Cinelândia. “A morte da vereadora não pode servir como desculpa para a depredação do patrimônio público e é por isso que estamos aqui para restaurar o patrimônio”, disse Silveira no vídeo divulgado.

Posteriormente, após ambos os candidatos serem reeleitos, em ato de campanha com o então recém-eleito governador Wilson Witzel, mostravam a placa da vereadora assassinada a seus apoiadores, apresentando-a como uma espécie de troféu, tirando fotografias e sorrindo. Quatro anos após esta ação, parte da placa encontra-se emoldurada no gabinete de Amorim.<sup>70</sup>

Rodrigo Amorim<sup>71</sup> atualmente é réu na Justiça Eleitoral após denúncia do Ministério Público Eleitoral (MPE) ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) que, por unanimidade, o condenou por violência política de gênero — sendo este o primeiro caso do país — contra a vereadora eleita pelo PSOL, Benny Briolli, a primeira mulher transexual eleita no estado do Rio de Janeiro.<sup>72</sup>

Com um histórico de manifestações depreciativas a representantes da esquerda, Rodrigo Amorim constrói uma retórica na qual o movimento da Aldeia Maraká'nà, apesar de ser essencialmente indigenista, fazia parte do “comunismo” que tenta combater. Este deputado nunca cessou suas incursões intimidatórias e segue

---

<sup>68</sup>Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=pVi\\_PZfbjtQ](https://www.youtube.com/watch?v=pVi_PZfbjtQ)> Acesso em: 24 nov. 2022.

<sup>69</sup>Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61171406>> Acesso em: 24 nov. 2022

<sup>70</sup>Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/politica/quatro-anos-depois-dupla-posa-de-novo-com-placa-quebrada-de-marielle/>> Acesso em: 24 nov. 2022.

<sup>71</sup>Durante a escrita deste trabalho Amorim encontra-se investigado pelo Ministério Público por possível influência em irregularidades na Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), tais “como como o emprego de funcionários que não atuam na fundação ou atuam em duplicidade de órgãos, e o pagamento dos mesmos em espécie ou no caixa eletrônico” (FIGUEIREDO; BOISSON, 2022, s/p). Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/08/05/ministerio-publico-investiga-influencia-do-deputado-rodriigo-amorim-na-fundacao-ceperj.ghtml>> Acesso em: 24 nov. 2022.

<sup>72</sup>Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/rodriigo-amorim-vira-reu-na-justica-eleitoral-por-violencia-politica-de-genero/>> Acesso em: 24 nov. 2022.

atacando e discursando sobre desocupar o local para a execução de um empreendimento imobiliário. Em 20 de julho de 2022, em trecho de um vídeo publicado em seu perfil no *Facebook*, afirmou: “Tem uma área de quatorze mil metros quadrados do lado do Maracanã, chamado de Aldeia Maracanã. É um lixo urbano, num terreno baldio que aqueles vagabundos denominaram Aldeia Maracanã”.<sup>73</sup>

No dia 3 de agosto, Rodrigo Amorim convoca seus seguidores para uma motociata<sup>74</sup> em apoio ao então candidato à reeleição presidencial, Jair Bolsonaro, que iria ocorrer três dias depois. A motociata teria início no bairro do Alto da Boa Vista e seguiria até seu ponto final: a Aldeia Maraká'nà. Apesar de o deputado negar, a escolha dessa localidade como destino da motociata soou como uma provocação. Logo, os indígenas da Aldeia Maraká'nà, buscando se resguardarem de qualquer ataque que por ventura viesse a acontecer, publicaram em suas redes sociais um pedido de apoio para este dia, convocando uma vigília que começaria na véspera da motociata e continuaria durante o evento direitista.

Um documento redigido à mão por uma das lideranças da aldeia foi entregue à Polícia Federal, para que a mesma se fizesse presente no dia da motociata para garantir a integridade dos indígenas, mas a resposta recebida foi que isso não era atribuição da instituição. Devido ao histórico de antagonismo de Rodrigo Amorim contra a Aldeia Maraká'nà, havia receio por parte dos indígenas que se desencadeasse algum conflito instigado pelos direitistas presentes na motociata. O Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (CEDIND) enviou um ofício ao prefeito Eduardo Paes e ao então governador Cláudio Castro solicitando que providências imediatas fossem tomadas pelas autoridades públicas competentes, por considerar existir graves riscos de conflitos na área em que se encontra a Aldeia Maraká'nà.<sup>75</sup> Também foram registradas ocorrências no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) por parte das lideranças.

A nova e evidente ofensiva por parte de Amorim contra a Aldeia Maraká'nà fez com que houvesse grande mobilização nas redes sociais. Muitos indígenas, de diversas aldeias de todo Brasil, mandaram vídeos de apoio e solidariedade com a causa. No dia da motociata, um número expressivo de indígenas e apoiadores —

---

<sup>73</sup>Disponível em: < <https://fb.watch/h64VpHVgg3/>> Acesso em: 24 nov. 2022.

<sup>74</sup>Motociata é uma passeata em que os participantes fazem o percurso com motos.

<sup>75</sup>Disponível em: <https://www.facebook.com/parlaindiobrasil/posts/1043298916297764> Acesso em: 24 nov. 2022

cerca de 300 pessoas — estiveram presentes no local dando apoio à resistência, caso se concretizasse alguma tentativa de invasão. De todos os dias que fui à Aldeia Maraká'nà, este, sem dúvidas, foi o mais tenso e que haviam mais pessoas no local, o que evidencia a sua grande e diversificada rede de apoio.

Após toda a repercussão, Rodrigo Amorim resolveu transferir o ponto final da motociata para a Praça Vanhargem, localizada a pouco mais de um quilômetro da aldeia, na Tijuca. A motociata iria apenas passar pela Aldeia Maraká'nà, o que não mudou muito o clima de apreensão de todos que foram apoiar a resistência indígena naquele dia. Diferentemente do habitual clima de festa, agradável, como quando ocorrem eventos ou até mesmo em dias corriqueiros, neste dia percebi certa aflição e atenção geral. Apesar disto, no dia todos se mantiveram confiantes.

Foi acesa uma grande fogueira no espaço em frente à casa de reza, onde ocorreram rituais em uma grande roda de maraká durante quase todo o dia.

Figura 32 – Roda de Maraká do dia 6 de agosto de 2022.



Fonte: O autor, 2022.

Apoiadores ficaram divididos em pontos estratégicos do muro a fim de visualizar qualquer tentativa de invasão. No dia, alguns apoiadores constataram que havia a movimentação de alguns homens sozinhos ao redor, observando a aldeia. Um carro, de cor vermelha, passou em torno de cinco vezes pela rua Mata Machado, em

frente à aldeia e em todas o homem no carro olhava para dentro da Aldeia Maraká'nà, o que gerou certa apreensão de que poderiam ser pessoas ligadas à Rodrigo Amorim.

Por fim, se esperava que passassem pela aldeia cerca de 100 motociclistas, mas a motociata não parecia reunir mais do que 30 participantes, o que soou como alívio para os presentes. Ainda assim, grande parte dos apoiadores ficou de vigília na aldeia até a noite.

Em nota publicada no dia seguinte em suas redes, a Aldeia Maraká'nà agradeceu a presença de todos e destacou a baixa adesão de apoiadores na motociata convocada por Rodrigo Amorim. Destaco o seguinte trecho da nota oficial emitida:

Ontem, não haviam nem três (3) dezenas de correligionários dele na "mitociata" convocada com muito alarde pelas suas redes sociais, com o auxílio de órgãos da imprensa patronal que também fizeram questão de dar todo o "serviço" aos seus leitores: hora, local, itinerário, além de deixar expressa sua motivação racista anti-indígena, como forma de mobilizar os setores mais reacionários da nossa sociedade.

Amorim representa, é lobbista dos interesses privados da concessionária que administra o Complexo desportivo e de entretenimento do Maracanã, que deseja demolir o prédio histórico do indigenismo e soterrar a história que está neste subsolo para construir mais um estacionamento no entorno, e assim aumentar o caos no trânsito e na vida dos moradores daqui, elevar o risco de incêndio na saída do torcedores, principalmente - o que poderia provocar uma enorme tragédia - e assim, acima de tudo e de todos, aumentar as margens de lucro destes empresários bolsonaristas gananciosos.

Mas a Rexistência Indígena foi muito maior. A Aldeia Maraká'nà conseguiu mobilizar a sociedade em escala nacional, comunidades indígenas ou não, organizações de todas as regiões do país, universidades, órgãos públicos republicanos, independentes do governo, de defesa dos direitos humanos dos povos indígenas, e centenas de parentes e apoiadores acorreram ao Maracanã para defender a comunidade e este Território de Manejo Indígena, internacionalmente reconhecido desde 2013.

E o fascismo derreteu, voltou para as catacumbas de onde nunca deveria ter saído (ALDEIA REXISTE)<sup>76</sup>.

Estas incursões e constantes ameaças promovidas pelo deputado estadual Rodrigo Amorim vem afetando sobretudo uma criança que habita a aldeia. Em uma conversa realizada na área da cozinha, Potyra disse que essa criança tem frequentes crises de pânico por medo de que sua família seja removida dali e ela seja retirada de sua casa, inclusive, se recusando a ir à escola.

Uma nova situação, que envolve o edital de concessão do Complexo do Maracanã — publicado em 28 de julho de 2022 — tem suscitado outro estado de

---

<sup>76</sup>Disponível em:

<<https://www.facebook.com/aldeia.rexiste/posts/pfbid027sTMRaTow1DimVAPJuK9E54JQYpc8CygZUZU7H8UGpzYv2aw1N4oEHL9BmouB42NI>> Acesso em: 24 nov. 2022.

alerta. Márcio Pacheco, que é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e responsável por recomendações no edital em questão, acrescentou uma solicitação feita pelo deputado Rodrigo Amorim que obriga o novo gestor do Complexo Esportivo do Maracanã a gerir também o antigo Museu do Índio<sup>77</sup>, o que pode angariar novas problemáticas relacionadas à permanência dos indígenas no espaço.

---

<sup>77</sup>Disponível em: < <https://diariodorio.com/novo-gestor-do-maracana-devera-administrar-tambem-o-antigo-museu-do-indio-segundo-edital/>> Acesso em: 29 nov. 2022.

## 4 UMA ALDEIA PLURIÉTNICA INTERCULTURAL INDÍGENA

*Dentro da Aldeia Marakanã, há uma raiz.  
Uma raiz tão forte e sólida,  
que nem mesmo uma retroescavadeira conseguiria retirar.  
Raiz que adentra, penetra e se finca bem no fundo de nossas almas.  
Raiz que nos dá força e sabedoria para lutar.  
E é nessa raiz que nos agarramos para a vida inteira.  
Nossa raiz, alma e coração.  
Thaiany Guajajara*

### 4.1 Colonialidade do poder e a resistência intercultural indígena

A invasão e subsequente colonização europeia na América Latina, iniciada no século XVI, foi marcada por processos de violências físicas e simbólicas que desencadearam profundas transformações nas relações econômicas, sociais e culturais dos povos que aqui habitavam. Os processos de dominação por parte dos países europeus afetaram praticamente todas as esferas e instituições das sociedades latino-americanas, instituindo padrões hegemônicos — que posteriormente viriam a ter nível global — desencadeando na construção de paradigmas fundamentados essencialmente na racionalidade europeia; que perduram até hoje, mesmo após o fim da colonização, fincados no imaginário da sociedade.

Segundo Quijano (2005, p. 107), “a ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América”, sendo este conceito, segundo o autor, inventado, sem nenhuma relação real com os processos biológicos humanos. Apesar disto, esta foi a referência fundamental durante a colonização da América para distinguir conquistadores e conquistados, definindo a relação entre os colonizadores e colonizados, suas posições sociais e seus postos de trabalho como trabalhadores assalariados ou escravizados. Ao longo dos séculos subsequentes a invasão europeia a questão racial foi crucial no processo de dominação. Ainda discorrendo sobre os processos de colonização, as relações de poder aqui no Brasil e no restante da América, foram se estabelecendo baseadas preponderantemente em padrões fenotípicos. O referido autor afirma que:

A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (*ibid.* p. 107)

Os povos dominados foram tratados e colocados em situação de inferioridade por conta de seus traços fenotípicos e culturais. Como consequência, “as construções subjetivas dos povos originários do continente foram apagadas” (MAIA; FARIAS, 2020, p. 578). O quesito “raça” se tornou o fator preponderante para a organização e classificação social da população das américas. A principal função desta distinção foi a de sugerir a supremacia de um povo em relação à um outro, legitimando a submissão dos indígenas colonizados à seus colonizadores europeus e inserindo nas sociedades americanas um imaginário eurocêntrico. Quijano evidencia que

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005, p.107-108)

Impondo aos povos originários da América seu modo de ser, os europeus reconheceram a si mesmos como o epicentro da racionalidade, rebaixando os não brancos a uma condição humana inferior. “Os europeus atribuem a si mesmos uma situação de superioridade perante os povos latino-americanos, o que, posteriormente, é espalhado ao resto do mundo, que ganha a categoria de inferioridade em relação à Europa” (MAIA; FARIAS, 2020, p. 582).

Quijano (2005) afirma que com a conquista da América, através da mineração de ouro, prata e outras mercadorias produzidas através do trabalho gratuito de pessoas escravizadas, “indígenas, negros e mestiços”, e também por conta da localização estratégica do continente frente à rota comercial mundial do Atlântico, os europeus se colocaram em posição privilegiada na disputa do controle do mercado mundial, contribuindo para o colonialismo à nível global e expansão do modo de produção capitalista. O capitalismo, como relação que se baseia na venda de força de trabalho é anterior à chegada dos europeus à América, porém, “só com a América pôde o capital consolidar-se e obter predominância mundial, tornando-se precisamente o eixo em torno do qual todas as demais formas foram articuladas para os fins do mercado mundial” (*ibid.*, p. 126), transformando-se por conta disto, no modo de produção predominante, em escala global. O autor afirma que

A progressiva monetarização do mercado mundial que os metais preciosos da América estimulavam e permitiam, bem como o controle de tão abundantes recursos, possibilitou aos brancos o controle da vasta rede pré-existente de intercâmbio que incluía sobretudo China, Índia, Ceilão, Egito, Síria, os futuros Orientes Médio e Extremo. Isso também permitiu-lhes concentrar o controle do capital comercial, do trabalho e dos recursos de produção no conjunto do mercado mundial. E tudo isso, foi, posteriormente, reforçado e consolidado através da expansão e da dominação colonial branca sobre as diversas populações mundiais. (*ibid.*, p. 109).

Mignolo (2005) aponta que os europeus ao dominarem o mercado mundial através do circuito comercial do Atlântico aceleraram o processo de expansão capitalista que emergia a partir do século XVI, o que possibilitou, posteriormente, amplificar a lógica eurocêntrica de supremacia étnica para outros povos além da América, tais como África e Ásia, que também foram considerados como inferiores em relação aos europeus. Para além da questão étnica, dentro desta perspectiva os europeus colocavam sua cultura e seus valores acima de outras civilizações, impondo seu modelo de mundo sobre a de outros povos que colonizavam.

A colonialidade, como poder estrutural que opera na América Latina, possibilitou, no campo ontológico, a criação de um novo padrão de racionalidade, o eurocentrismo. De forma concomitante, a emergência de um novo sistema de dominação social também foi associada aos espaços na divisão do trabalho, possibilitando a intensificação das formas de exploração, que, aliada à acumulação primitiva de riqueza (possibilitada pelas colônias), desencadeou o desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema mundial. A dominação dos países europeus ocorreu em todos os segmentos e instituições da sociedade latino-americana, consolidando-se como um poder global sistemático e hegemônico, o que

implicou a construção de diversos paradigmas baseados na racionalidade europeia, ainda presentes nos países latinos (MAIA; FARIAS, 2022, p. 578)

Quijano (2002, p. 5) aponta que o eurocentrismo foi elaborado "sistematicamente a partir do século XVII na Europa, como expressão e como parte do processo de eurocentralização do padrão de poder colonial/moderno/capitalista". A partir dos paradigmas decorrentes da colonização, as populações que habitavam a América e todo o resto do mundo foram classificadas "nesse novo padrão de poder europeu. Padrão que é naturalizado por todos e cria identidades novas, hierarquias, papéis sociais" (MAIA; MELO, 2020, p. 233).

Como resultado do poder colonial exercido nas Américas, se desencadearam duas consequências: os povos originários dessa terra foram destituídos de seu modo de viver ancestral e também subordinados à uma nova identidade racial, colonial e considerada inferior.

No que chamou de colonialidade do poder, Quijano (2005) afirma que os processos de colonização vão além da própria imposição política e/ou institucional dos elementos hegemônicos europeus, e perduram até os dias atuais, pois atingem as estruturas psicológicas dos colonizados, que passam a naturalizar, valorizar e reproduzir o imaginário eurocêntrico. De caráter racista, a colonialidade do poder age no imaginário dos subalternizados, inculcando a lógica eurocêntrica e levando os indivíduos não europeus a negarem elementos constitutivos de sua própria cultura ancestral, percepção de mundo, formas de produzir conhecimento e até a si mesmos enquanto sujeitos. Em suas palavras, Quijano define o conceito da colonialidade de poder como:

um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de "raça". Essa ideia e a classificação social baseada nela (ou "racista") foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder. (QUIJANO, 2002, p. 4)

Oliveira e Candau (2010) afirmam que o eurocentrismo não é uma perspectiva que permeia apenas a mentalidade dos colonizadores, mas se insere na formação cognitiva dos subalternizados que foram educados sob a lógica hegemônica colonial.

Neste sentido, a colonialidade do poder constrói as subjetividades dos sujeitos de acordo com os padrões hegemônicos. Mignolo salienta que

A colonialidade do poder deve ser distinguida do período colonial, que se estende na América Latina do início do século 16 ao início do século 19, quando o Brasil e a maioria dos países de fala espanhola conquistaram a independência da Espanha e de Portugal e começaram a constituir-se como novos estados-nações. O colonialismo, como observa Quijano, não se extinguiu com a independência porque a colonialidade do poder e do saber mudou de mãos, por assim dizer, subordinou-se à nova e emergente hegemonia epistemológica. (MIGNOLO, 2003, p. 129)

Ou seja, apesar de findadas as colônias latinoamericanas, a colonialidade do poder persiste no imaginário dos que foram colonizados, implicando nas relações intersubjetivas dos sujeitos com seus pares e com o meio em que vivem, nas formas de produção, no currículo escolar, na produção e reprodução de conhecimento, dentre outros, atingindo diversos setores da sociedade.

Freire (2016, p. 10) aponta que “as ciências indígenas também foram tratadas de forma preconceituosa pela sociedade brasileira. Os conhecimentos indígenas foram desprezados e ridicularizados, como se fossem a negação da ciência e da objetividade.” Mesmo findada a colonização enquanto forma de dominação imposta e formal, os ideais hegemônicos colonialistas perduram no campo cognitivo, que fomentam preconceitos e visões estereotipadas sobre os povos indígenas. Tal fato pode ser constatado, por exemplo, na negação dos conhecimentos milenares, medicinais e filosóficos dos povos originários, que são completamente ignorados pela grande maioria da sociedade. Sobre os conhecimentos indígenas, Freire afirma que

não foram apropriados pela atual sociedade brasileira, por causa da nossa ignorância, do nosso despreparo e do nosso desprezo em relação aos saberes indígenas, os quais nós desconhecemos. O preconceito não nos tem permitido usufruir desse legado cultural acumulado durante milênios (*ibid*, p. 11).

Nas redes sociais já li, em inúmeras oportunidades, que os indígenas atrasam o progresso da nação, pois não trabalham e não produzem lucro. Quando me deparo com tal situação sempre me pergunto “lucro para quem?” Os que comentam este tipo de coisa não conseguem perceber a pluralidade de modos de vida e de visão do mundo e continuam presos à perspectivas coloniais fomentadas por um imaginário neoliberal. Somado a isto está o fato de o Estado brasileiro contribuir para o apagamento das culturas indígenas por intermédio do etnocídio praticado ao longo dos séculos. Preconceitos e estigmas de ordem pejorativa se estabeleceram e, ainda

hoje, constituem parte do imaginário da sociedade brasileira. Me intriga o padrão de beleza, que por séculos continua sendo intrinsecamente ligado ao fenótipo do branco europeu. Das novelas brasileiras aos filmes de Hollywood, o padrão estético dos protagonistas, que são constantemente reforçados como o padrão de beleza global, é o branco. Nas novelas brasileiras, pessoas negras, na esmagadora maioria das vezes, fazem papéis tidos como subalternos ou figuram como escravos em produções relativas à épocas antigas da sociedade. Pessoas indígenas então, tem participação praticamente nula. Esta questão, por exemplo, continua a formar o imaginário sobre o padrão estético e de posição social entre brancos e negros/indígenas.

Fanon (2008) aponta que os sujeitos que se encontram colonizados dentro da lógica eurocêntrica buscam se assemelhar ao máximo ao branco europeu e assumir seus costumes, seu modo de ser e também de enxergar o mundo, buscando, inclusive, o embranquecimento através da relação com pares brancos. Os processos de violências simbólicas exercidos pela lógica racial da branquitude faz com que os negros colonizados dentro desta premissa, por exemplo, naturalizem sua condição a inferioridade outorgada pelo colonizador. As pessoas nesta condição acabam supervalorizando a estética biológica e a cultura dos brancos, inferiorizando a si mesmos, suas vontades, costumes e negando os elementos de sua cultura e ancestralidade. Sobre esta naturalização de posição de inferioridade criada na mente dos colonizados, Fanon afirma:

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritude, seu mato, mais branco será. (FANON, 2008, p. 34).

O colonialismo criou um padrão que coloca à margem tudo que foge de seu modelo hegemônico de conhecimento que foi estabelecido ao longo dos séculos de dominação. Mignolo (2005) afirma que o imaginário do mundo moderno/colonial surgiu a partir de uma complexa relação de forças e paradigmas que, em nome da racionalidade europeia eurocêntrica, criaram uma visão unilateral, baseados na perspectiva hierarquizante dos colonizadores, que silenciaram as vozes e memórias dos colonizados, sustentando o que o autor chama de colonialidade do saber.

Segundo Walsh (2009, p. 16), esta relação criou “padrões de poder fundados na exclusão, negação e subordinação e controle dentro do sistema/mundo capitalista”

e que hoje, na contemporaneidade, “se esconde por trás de um discurso (neo)liberal multiculturalista.” O termo “multiculturalismo” tem por pressuposto a coexistência de múltiplas perspectivas ontológicas e culturais dos sujeitos, de diferentes origens globais, que convivem em um mesmo contexto territorial, porém, para Walsh (2009) este modelo acaba negligenciando as minorias e dando continuidade às relações sociais excludentes fundamentadas e estabelecidas pela colonialidade do poder. A autora afirma que o capitalismo global atualmente opera estabelecendo uma falsa sensação de integração e respeito às diversidades, mas não quebra com as correntes de dominação oriundas dos processos hegemônicos eurocentrados.

O reconhecimento de e a tolerância para com os outros que o paradigma multicultural promete não só mantém a desigualdade social como deixa intacta a estrutura social e institucional que constrói, reproduz e mantém essas desigualdades. O problema, então, não se concentra simplesmente nas políticas do multiculturalismo como um novo paradigma dominante na região e no globo, mas também nos meios de que cada política se vale para ofuscar tanto a subordinação colonial quanto as consequências da diferença colonial (WALSH, 2019, p. 24).

Tubino (2005) afirma que a lógica neoliberal opera produzindo concentração de renda e, conseqüentemente, desencadeando o aumento da pobreza. Este crescimento econômico não leva em consideração as desigualdades étnicas, sociais e as subjetivações colonialistas, perpetuando injustiças econômicas, sociais e culturais, que levaram movimentos sociais e indígenas à contestar tal modelo. Nos anos 1990, a partir de movimentos indígenas latino-americanos, ocorrem emergências e reivindicações, de cunho decolonial, relacionadas à superação de desigualdades que se pautaram em ideais fundamentados na interculturalidade crítica. Sobre este conceito, Walsh afirma

[...] a interculturalidade indica uma política cultural e um pensamento oposicional, não simplesmente baseado no reconhecimento ou na inclusão, mas sim dirigido à transformação das estruturas socio-históricas. Uma política e um pensamento que tendem à construção de uma proposta alternativa de civilização e sociedade; uma política a partir de e para a confrontação do poder, mas que também proponha outra lógica de incorporação. Uma lógica radicalmente distinta da orientada pelas políticas estatais de diversidade, que não busque a inclusão no Estado-nação, mas que, ao contrário, conceba uma construção alternativa de organização, sociedade, educação e governo, na qual a diferença não seja aditiva, mas constitutiva. (WALSH, 2019, p. 18)

Tubino (2005) afirma que interculturalidade crítica tem por pressuposto emancipar os grupos que foram e continuam sendo subalternizados ao longo da história, questionando as estruturas hegemônicas que sustentam as desigualdades e

as diferenças, transformando e construindo relações verdadeiramente pautadas em premissas de igualdade entre os desiguais; sendo esta, a base da cidadania nas democracias, que só se fazem reais quando incluem as diversidades presentes em seus contextos. Tal perspectiva, de interculturalidade crítica, não deve ser confundida com a interculturalidade funcional, pois esta se encontra fundamentada dentro da cultura hegemônica; não questiona as estruturas sociais que perpetuam as desigualdades. De caráter colonial — e incentivada pelas instituições hegemônicas — cria uma falsa sensação de inclusão e representatividade social nos subalternizados, dando-lhes a impressão de participação e protagonismo dentro da sociedade, porém esta lógica não visa superar as desigualdades raciais, econômicas e sociais ao qual estes sujeitos estão submetidos, mas sim atender a demandas do mercado. Sobre a diferença conceitual entre estas duas perspectivas, Walsh afirma que:

O enfoque e a prática que se desprende da interculturalidade crítica não é funcional para o modelo de sociedade vigente, mas um sério questionador dele. Enquanto a interculturalidade funcional assume a diversidade cultural como eixo central, apontando seu reconhecimento e inclusão dentro da sociedade e do Estado nacionais (uni nacionais por prática e concepção) e deixando de fora os dispositivos e padrões de poder institucional-estrutural — que mantêm a desigualdade —, a interculturalidade crítica parte do problema do poder, seu padrão de racialização e da diferença (colonial, não simplesmente cultural) que foi construída em função disso. O interculturalismo funcional responde e é parte dos interesses e necessidades das instituições sociais; a interculturalidade crítica, pelo contrário, é uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma histórica submissão e subalternização (WALSH, 2009, p. 21-22).

“A interculturalidade concebida nessa perspectiva representa a construção de um novo espaço epistemológico que inclui os conhecimentos subalternizados e os ocidentais, numa relação tensa, crítica e mais igualitária” (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 27). Candau e Russo (2010), por sua vez, afirmam que a interculturalidade crítica, surge em contexto educacional na América Latina relacionado à educação escolar indígena, sendo uma ferramenta de justiça social, decolonial e de superação ao interculturalismo funcional, que opera segundo os preceitos e as políticas neoliberais dos governos que estão comprometidos com a “lógica da globalização hegemônica e a agenda dos principais organismos internacionais” (*ibid*, p. 163), sem compromisso real com a transformação das estruturas raciais/políticas/sociais.

Tais questões estão intimamente ligadas e se refletem nas políticas educacionais e, conseqüentemente, nas relações sociais que continuam se construindo no imaginário popular. A interculturalidade crítica surge, então, como uma

abordagem educacional oposicional à lógica hegemônica e hierarquizante, que se propõe em ser verdadeiramente transformadora, ética e democrática. Sobre esta perspectiva, Candau e Russo apontam que

Essa perspectiva focaliza a interculturalidade como um dos componentes centrais dos processos de transformação das sociedades latino-americanas, assumindo um caráter ético e político orientado à construção de democracias em que redistribuição e reconhecimento cultural sejam assumidos como imprescindíveis para a realização da justiça social. (*ibid*, p. 164)

A abordagem intercultural crítica, sobretudo no âmbito educacional, se torna então um poderoso mecanismo decolonial e de transformação racial/social/econômica frente ao padrão hegemônico e eurocentrado em que se encontra a sociedade contemporânea e as políticas educacionais vigentes. Walsh (2009, p. 24) aponta que “assumir esta tarefa implica em um trabalho de orientação de-colonial, dirigido a romper as correntes que ainda estão nas mentes”. Ao me referir a questões educacionais, não abordo apenas o campo formal de ensino, realizados em instituições escolares, mas toda potencialidade transformadora que os processos pedagógicos e decoloniais proporcionam também em espaços educacionais não formais.

Somos educados ao longo de nossas vidas não apenas em espaços e instituições escolares formais, mas também nas relações cotidianas, do trato familiar às interações interpessoais estabelecidas no cotidiano da rua, das favelas, aldeias indígenas, quilombos, sindicatos e outras localidades. Parto do princípio que a educação pode ser tanto intercultural crítica, conseqüentemente libertadora — no sentido de transformações ontológicas e de estruturas sociais — quanto pode apenas contribuir com os processos inerentes à colonialidade do poder e saber e à lógica que mantém o *status quo*, perpetuando as desigualdades seculares que se mantêm na contemporaneidade. A educação não formal é “aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas” (GOHN, 2014, p. 40). Em exercício de autoanálise, penso que minha construção ideológica, por exemplo, foi constituída e é pautada fortemente por motivações de justiça econômica/social/racial que se formaram por intermédio de minhas vivências em espaços de educação não formal, de movimentos sociais (sobretudo anarquistas) ligados à luta por direito a uma moradia digna para todos, movimentos estudantis e também pela minha simples

vivência em contexto de favelas; mais recentemente nas interações e vivências na Aldeia Maraká'nà. Tais interações nestes espaços me fizeram refletir sobre as evidentes (pelo menos para mim) violências e desigualdades promovidas e/ou ignoradas pelo Estado, durante séculos, na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo.

Os indígenas presentes no Brasil, e em toda América de forma geral, sofreram ao longo de mais de cinco séculos um processo de genocídio generalizado, no qual milhões foram mortos (e vários ainda continuam sendo) e os sobreviventes, em sua maioria, foram compulsoriamente forçados a deixar de lado suas formas ancestrais de viver, linguagens, tradições culturais, religiosidades, enfim, sofreram violência física e simbólica sobre seus corpos e mentes, sendo obrigados a se incorporarem à dita modernidade. Tal questão se reflete na sociedade contemporânea, que de modo geral, não valoriza ou sequer realmente conhece a diversidade cultural dos povos originários; reproduzindo uma série de preconceitos, que são, sobretudo, perpetuados pela ação e/ou omissão do próprio Estado brasileiro, por intermédio de suas políticas públicas, econômicas e educacionais, e também pela grande mídia corporativista.

Indo além dos processos hegemônicos exercidos sobre as religiões e ciências indígenas, as artes indígenas também foram tratadas como inferiores. Freire afirma, por exemplo, que

Os diferentes povos indígenas produziram uma literatura sofisticada, que foi menosprezada porque as línguas indígenas eram ágrafas, não possuíam escrita; e essa literatura foi passada de geração em geração através da tradição oral. As várias formas de narrativa e de poesia indígena, por isso, não são consideradas como parte da história da literatura nacional, não são ensinadas nas escolas, não são reconhecidas e valorizadas pela mídia (FREIRE, 2016, p. 11).

De modo a desconstruir os preconceitos seculares que estão enraizados no imaginário da sociedade brasileira, alguns indígenas vem, há décadas, trabalhando no processo de desconstrução epistemológica através de trabalhos interculturais em instituições de ensino, como escolas universidades e museus; conversando sobre elementos constituintes de sua visão de mundo e apresentando suas manifestações artísticas e culturais. A ideia de formação do que hoje é chamado de Aldeia Maraká'nà, surge a partir da motivação de movimentos indígenas do Rio Janeiro pela criação de um espaço destinado ao intercâmbio cultural, se estabelecendo um centro pluriétnico de defesa, difusão e valorização das culturas dos povos originários a partir de troca de saberes e práticas entre indígenas e a sociedade geral, desencadeados por

processos educativos baseados na interculturalidade. Tem por proposta ser um local em meio a cidade onde as pessoas possam frequentar e interagir diretamente com indígenas de diferentes etnias, convivendo com estes e com os elementos próprios de suas culturas, de modo empírico, sendo, conseqüentemente, um espaço de desconstrução colonial.

Desde o ano de 2016, quando foi reocupada por indígenas ligados ao movimento Aldeia Rexiste, a Aldeia Maraká'nà retomou a sua, já antiga, agenda de atividades culturais, recebendo alunos de diversas instituições educacionais, que nestas visitas têm a oportunidade de ter contato com as tradições e culturas dos povos originários, interagindo de modo direto, empírico, com indígenas de diferentes etnias, presenciando e participando de diversas oficinas ali. Este trabalho realizado pelos indígenas da Aldeia Maraká'nà, recebendo alunos ou indo diretamente aos espaços escolares será melhor abordado ao longo deste quarto capítulo.

Diversas atividades e eventos abertos ao público ocorrem na Aldeia Maraká'nà, possibilitando aos visitantes não indígenas vivenciar e ter contato com elementos culturais dos povos originários em um processo de trocas de experiências. Freire (2016, p. 16) aponta que “a interculturalidade é uma construção conjunta de novos significados, onde novas realidades são construídas sem que isso implique abandono das próprias tradições”. A imersão de pessoas não indígenas neste espaço pode auxiliar na quebra de alguns preconceitos fincados no senso comum, tais como pensar que o indígena não pode estar inserido em espaços urbanos ou que existe apenas um tipo de “índio”, todos munidos da mesma aparência e falantes da mesma língua. Este tipo de pensamento é totalmente etnocêntrico e as relações estabelecidas na Aldeia Maraká'nà contribuem para a superação de equívocos e preconceitos relacionados aos indígenas, de diferentes etnias e de suas respectivas culturas. Ao longo das minhas conversas realizadas na aldeia, os visitantes e apoiadores, de maneira quase unânime, disseram que percebem o espaço de maneira positiva destacando muitas vezes a sua importância intercultural.

Em uma conversa pessoal realizada com um morador do bairro da Tijuca e apoiador da Aldeia Maraká'nà chamado Marcos, de 59 anos, bisneto de uma mulher Guarani, ouvi, a respeito da localização da aldeia e das atividades ali desenvolvidas, o seguinte:

Eu acho extraordinário, você não acha? Ter uma aldeia indígena no meio do Rio de Janeiro, eu acho assim. E eles sobreviverem, eu acho isso muito

interessante, por isso que eu tento tá aqui. Não posso dar todo o apoio que eu gostaria de dar mas sempre que eu posso eu tô aqui junto deles porque eu acho que realmente é uma coisa única, né. Que, assim, como o Rio de Janeiro é a única cidade que tem uma floresta no meio, também é a única cidade que tem uma aldeia no meio. Então eu acho que tem que ser incentivado e mantido, né. É uma coisa que dá valor a cidade (MARCOS).

Thaiany Guajajara, de 29 anos, que integra o espaço desde a sua fundação, também atuando no CESAC, em uma roda de conversa realizada em frente à cozinha coletiva disse, não exatamente com estas palavras, que a Aldeia Maraká'nà é um espaço de confronto, de embate entre culturas que produzem ressignificações. Segundo ela, na aldeia as pessoas vão ver os indígenas como são: conversando coisas aleatórias, utilizando roupas “comuns”, fumando cigarro, dentre outras inúmeras situações, que desconstróem o imaginário de que o indígena é apenas aquele que vive na floresta, anda nu e caça com arco e flecha, por exemplo.

Minha namorada Maria Aline, de 33 anos, pedagoga formada pela UERJ, moradora do bairro de Bonsucesso e professora de educação infantil, conheceu a Aldeia Maraká'nà em 2019 junto comigo, e desde então vai esporadicamente ao local, fazendo-me companhia em algumas atividades do trabalho de campo. Perguntada sobre o que pensa do local, afirmou:

eu acredito muito que seja um espaço necessário e de extrema importância, principalmente para as pessoas da cidade, né, porque o que eu noto, o que eu percebo, o que eu vejo, é que as pessoas ainda olham para a cultura indígena, olham para os indígenas que vivem ali na aldeia, olham muito com o olhar de curiosidade e algo como se fosse muito exótico, e não é. Eu acho que esse espaço é de extrema importância para a gente naturalizar as diversas culturas que a gente tem no país, no nosso país, né, e perceber que os indígenas estão aí e eles podem ocupar todos os espaços de diferentes formas, de diferentes vivências, né. Naturalizar que os indígenas estão aí na cidade, circulando, estudando, trabalhando, e pra além disso, eu acredito muito também, que a gente aprende muito com o que eles têm pra nos oferecer, né. A cultura, a história, a gente tem a oportunidade de tá ali conhecendo e aprendendo junto deles (MARIA ALINE).

Freire afirma que: “Hoje vivem no Brasil mais de 200 etnias, falando 188 línguas diferentes. Cada povo tem sua língua, sua religião, sua arte, sua ciência, sua dinâmica histórica própria, que são diferentes de um povo para outro. (2016, p. 6). Ou seja, existe uma diversidade étnica que precisa ser, não apenas reconhecida, mas também valorizada e respeitada. Falando sobre o potencial intercultural e transformador da Aldeia Maraká'nà a partir das interações desencadeadas no espaço, Eliane Xokó afirmou que “muitas pessoas não têm conhecimento sobre as vidas indígenas. Existe

muito preconceito, e a Aldeia Maraká'nà é muito importante para trazer esse conhecimento em meio a cidade, onde é grande a ignorância”.

Teresa Cristina, de 52 anos, que é professora de educação infantil na rede municipal do Rio de Janeiro, militante do movimento negro e moradora do bairro do Grajaú, conta que ficou sabendo da Aldeia Maraká'nà por meio de uma *live* promovida pela Gerência de Educação da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ), e visitou o local à convite de José Guajajara e Potyra. Sua primeira ida ao local ocorreu em fevereiro de 2022, quando participou de uma oficina de cerâmica. Sobre sua experiência na Aldeia Maraká'nà, disse:

A localização da Aldeia deveria ser uma fonte de reflexão e conscientização, entretanto sofre com o descaso das autoridades e o apagamento dos que insistem em negar sua existência. Ela é uma excelente oportunidade para conhecermos e aprendermos sobre a cultura dos povos Originários, desmistificar informações e construir aprendizados para as crianças. As interações e os eventos propostos pela Aldeia, que recebe todas as etnias de braços abertos, é uma forma didática de como lidar com as diferenças de forma respeitosa (TERESA CRISTINA).

João Ticuna, de 30 anos, doutorando em antropologia social no Museu Nacional/UFRJ, diz que conheceu a Aldeia Maraká'nà no ano de 2019 e por lá morou algum tempo; destaca que este é um espaço pluriétnico, onde circulam indígenas de todo o Brasil e de outras partes do globo. Se refere à aldeia como um agente de autoreconhecimento, interação entre povos e de resgate e retomada de pessoas que se distanciaram de sua ancestralidade. Nas palavras de João:

A Aldeia Maraká'nà oferece essa oportunidade para as pessoas conseguirem, de certa forma, enxergarem essas diferenças, as alteridades e todo o conjunto de diversidade que existe no meio dos povos indígenas, porque a Aldeia Maraká'nà é um espaço de constante trânsito, onde podemos encontrar pessoas indígenas de diversos lugares do Brasil, e até da América Latina e do mundo, que passam ali para trocar experiências, para conhecer o espaço. Principalmente é um espaço que serve para aqueles que estão em processo de retomada terem conhecimento da sua história e a partir daí já encontrar e traçar caminhos junto às pessoas que também passam pelos mesmos atravessamentos que também circulam na Aldeia Maraká'nà. Acaba sendo esse espaço, de troca intensa, por conta desses mesmos interesses das pessoas que acabam tendo contato com o espaço Aldeia Maraká'nà, acabam despertando dentro de sua alma e de seu coração, que é essa necessidade de se conhecer enquanto indígena, se conhecer enquanto pertencente a um povo étnico, enquanto parente, como eu sempre curto muito dizer (JOÃO TICUNA).

Já Dário Xukuru diz, sobre a Aldeia Maraká'nà, que esta é:

um espaço de convívio; de fazer a troca com outros parentes; de tá tendo um convívio coletivo ali; de poder aprender sobre muitas coisas com outros

parentes e também poder colaborar com outros parentes, particularmente aqueles que estão em processo de retomada. De poder promover ali atividades que tenham, que colaborem, com o propósito da aldeia, que é um espaço educativo, de relação com o sagrado, né. O território, a terra, já tá ali colaborando com isso, de fazer um trabalho nessa perspectiva, de tá ali cultivando essa relação com o solo, com os cantos, tudo isso (DÁRIO XUKURU).

João Ticuna afirma que, após se aproximar e começar a entender as motivações que o levaram posteriormente a participar do movimento e das ações propostas pela resistência indígena no local, constatou que

A Aldeia Maraká'nà, ela tem uma importância grande no sentido de fazer uma ruptura com aquilo que o Brasil tenta projetar para a maioria das pessoas no Estado-nação, que é o apagamento histórico dos povos indígenas, cometendo o etnocídio a partir da historicidade e do tempo. A Aldeia Maraká'nà nesse sentido, reverte todo esse processo de colonização e, não só isso, mas de neocolonização que existe até hoje no referido Brasil, país onde nos encontramos, por conta do interesse de realmente negar a identidade étnica às pessoas que tem pouco conhecimento sobre sua ancestralidade e assim trabalhar cada vez mais os apagamentos que já vem sendo propostos desde a época da descoberta, quando houve a conquista deste território. A Aldeia Maraká'nà nesse sentido, ela tem uma utilidade, que pode dizer que seria uma utilidade pública mesmo, quem quer se aproximar e conhecer sobre essa pluralidade que existe entre as 305 etnias que são conhecidas no Brasil e catalogadas no IBGE (JOÃO TICUNA).

O relato de João Ticuna, nesse sentido, evidencia a potencialidade decolonial da Aldeia Maraká'nà como um espaço contra-hegemônico, de ruptura e superação da colonialidade do poder e saber que estão impregnados nas mentes e de resgate ancestral. Existir um lugar em meio à cidade com essa proposta de defesa, valorização e divulgação das culturas dos povos indígenas, aberto ao público em geral, é algo de grande importância para a desconstrução de preconceitos e também para a formação de conceitos mais condizentes com a realidade.

Eliane Xokó afirma que a Aldeia Maraká'nà “te dá a oportunidade de se autoreconhecer e desconstruir todo esse pensamento do colonizador”, sendo “muito importante para as pessoas que estão em busca do autoconhecimento de sua ancestralidade.” Sobre sua relação com o espaço, ela afirma:

Minha relação com a aldeia é de muito respeito. É a nossa casa e é também um espaço de muita luta e resistência, que expande a consciência e quebra a ignorância de muitos. Gosto muito de estar lá com as crianças, praticar brincadeiras, de tocar tambores, fazer música, participar dos rituais, das festas. Quando estou lá ajudo também na cozinha, o que é super importante para um coletivo. Minha relação com a aldeia é de moradia. Me sinto em casa e eu amo estar com as crianças lá. Apresento as vezes meus artesanatos aos visitantes. Vou à luta com as manifestações nas ruas com a aldeia também. A Aldeia

Maraká'nà é isso, é nossa casa e um espaço aberto de conhecimento sobre as culturas indígenas (ELIANE XOKÓ).

A Aldeia Maraká'nà torna-se, através das relações interpessoais ali estabelecidas, dos diversos eventos e oficinas — de cerâmica, tecelagem, maraká, miçangas, artes indígenas, entre muitas outras —, um espaço intercultural, educativo e decolonial de grande importância. Devido ao grande fluxo de crianças que também vão ao local, permite, desde cedo, a superação de ideias equivocadas, fincadas no senso comum a respeito da história e das culturas dos povos originários.

Sobre os eventos abertos ao público em geral na Aldeia Maraká'nà, Thaiany Guajajara afirmou que os considera

de suma importância, porque ao mesmo tempo que vão pessoas indígenas, vão pessoas não indígenas, né, e essa parte de pessoas não indígenas, de irem na Aldeia Maraká'nà, é muito importante porque abre mais o campo de visão das pessoas não indígenas para com as questões indígenas. Quem não conhece passa a conhecer e quem se identifica como sendo branco, na verdade, sempre descobre um parentesco indígena. Então é bem legal, é bem interessante ver essas relações que acontecem dentro da aldeia nos eventos que a gente promove (THAIANY GUAJAJARA).

Em suma, a Aldeia Maraká'nà é um espaço que propicia, a partir da interação, a abertura para o contato com as culturas dos povos tradicionais em pleno espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. Percebi ao longo do meu trabalho de campo, e também por relatos de indígenas e não indígenas que frequentam o local, que os processos interculturais promovidos ali podem desencadear transformações ontológicas de ordem subjetiva, de quebra com os paradigmas hegemônicos e eurocentrados, a partir das trocas de experiências entre os próprios indígenas, de diferentes etnias, e também entre indígenas e não indígenas, contribuindo imensamente com a ruptura de certos estereótipos criados e difundidos pelo senso comum acerca dos povos indígenas.

Na próxima seção irei abordar algumas das atividades interculturais que ocorreram ao longo do meu período de trabalho de campo (que se iniciou no fim de maio de 2021 e terminou no fim de outubro de 2022) na Aldeia Maraká'nà, assumida pelos indígenas do movimento no local como uma Universidade (Pluriversidade) Indígena.

## 4.2 Universidade (Pluriversidade) Indígena Aldeia Maraká'nà

A Aldeia Maraká'nà, assumida pelos indígenas do movimento como uma Universidade (Pluriversidade) indígena, é autônoma, não estando ligada a nenhum órgão governamental. Sobre o termo “pluriversidade”, Júlia Xavante — de 54 anos; professora de educação artística na rede estadual de ensino desde 2000 e que percebo ser uma das lideranças do local — me afirmou ter relação com a formação pluriétnica da Aldeia Maraká'nà, que abrange diferentes povos indígenas e suas respectivas culturas. Nas palavras de Lucas Icó, a Universidade Indígena é

um projeto de protagonismo indígena, de educação popular e libertária (e, portanto, de (re)definição de estratégias, atuação conjunta e fortalecimento da resistência dos povos indígenas e de comunidades tradicionais, camponeses, favelados e outros grupos de resistência), de princípios não mercadológicos, desenvolvida mediante a partilha de saberes, cujo fundamento é o modo de vida em uma aldeia indígena (ICÓ, 2019, p. 177).

Apesar de a ideia de criação da Universidade Indígena se iniciar no ano de 2008<sup>78</sup>, e várias das atividades que ocorrem hoje já existissem antes, as diretrizes atuais, em curso na Aldeia Maraká'nà, foram definidas durante a terceira edição do COIREM, realizado de 15 a 19 de novembro de 2018, contando com atividades da manhã até a noite. A motivação da elaboração do III COIREM, segundo o seu próprio *website* oficial, foi a seguinte:

O COIREM é um encontro que surgiu de um sonho coletivo acalentado na Tekoa (Teko Haw) Maraká'nà e no CESAC (Centro de Etnoconhecimento Sociocultural e Ambiental Cauyré). Sua construção parte de uma inquietação: a constituição de um espaço de educação popular, de resistência intercultural, de bem público-comum construído autonomamente pelos e para os povos indígenas e originários. A invisibilidade destes povos, a negação de sua historicidade, o seu genocídio e a criminalização e execução de suas lideranças, torna fundamental e urgente a criação deste espaço. A este espaço chamamos de Universidade Indígena (UI). A UI é um lugar de articulação, denúncia, produção coletiva de conhecimento estratégico para lutas, (re)valorização dos saberes ancestrais, dos princípios de convivência sociocomunitária destes povos tradicionais, fortalecimento e de superação da condição de criminalização e opressão histórica dos povos indígenas.

O COIREM 2018, tem por objetivo principal estabelecer as diretrizes políticas, sociológicas, filosóficas, pedagógicas e artístico-culturais da implementação da Universidade Indígena e reconhecer e desenvolver propostas de fortalecimento da resistência de base comunitária e de luta pela terra pelos

<sup>78</sup> Ressalto novamente que esta afirmação, em relação ao ano da tentativa de se formalizar a Universidade Indígena, foi feita por Marize Guarani, uma das fundadoras da Aldeia Maracanã.

povos indígenas. Também consideramos urgente o registro da criminalização das lideranças dos povos indígenas e da invisibilidade dos povos e do racismo historicamente sofrido. Trata-se da deflagração do processo de constituição participativa de uma universidade-aldeia indígena, como espaço de formação superior, na vivência comunitária de princípios, usos e costumes tradicionais indígenas e intercultural, aliada ao reconhecimento e busca por reparação pelo Genocídio/Racismo Indígena historicamente praticado estruturalmente pelas práticas colonialistas do Estado (ALDEIA REXISTE).<sup>79</sup>

A Universidade Indígena tem como uma de suas propostas ser um espaço intercultural de resistência e de superação e enfrentamento das violências sobre os povos originários. Sobre este congresso, e posterior elaboração das diretrizes da Universidade Indígena, o *website* oficial do terceiro COIREM também aponta:

Em meio a tanto preconceito e ignorância, exigimos, teimosamente, que desistam de tentar controlar a forma como logramos produzir e ressignificar nosso legado cultural em meio a esta ofensiva etnocida que perdura há séculos.

Não queremos tutela das instituições da sociedade colonial. Para cuidar de nosso modo de viver, dela nunca precisamos, e, atualmente, até mesmo para interagir com ela, já contamos com muitos parentes capazes de promover esta relação. Já conhecemos nossos direitos, já dominamos os saberes do homem branco e já somos vacinados contra as artimanhas da mentalidade colonial. Ainda que alguns parentes caiam no jogo do inimigo colonizador, a **ReXistência Indígena** não aceita a submissão humilhante da tutela. Já que fomos integrados à sociedade colonial na marra, agora exigimos acesso pleno a seus hospitais, escolas, universidades e demais serviços básicos, mas também sabemos que nesses lugares a mentalidade e as instituições coloniais sempre nos tratarão como cidadãos de segunda categoria.

Assim, entendemos a importância crucial de espaços de gestão autônoma de nossos próprios interesses. A universidade indígena surge justamente neste contexto de luta por autodeterminação enquanto povos com suas próprias tradições, cultura e capacidade de se autogovernar. A universidade é território estratégico para desenvolvimento pleno de nossos saberes de acordo com nossas cosmovisões. É nela também que teremos liberdade e fortaleza para gestar nossas políticas, que serão levadas a cabo, tanto nas relações entre nós, quanto nas relações com os não indígenas.

Por isso, hoje, a **ReXistência** permanece no território com a missão inabalável de sustentar a bandeira da luta indígena, afirmando nossa existência numa sociedade que tenta nos apagar a todo custo. Ali entoamos nossos cantos, acendemos nossa fogueira sagrada e reverenciamos os nossos Encantados. Resistimos, assim, a toda tortura, racismo e genocídio do povo indígena e de sua cultura, através da ativação deste espaço por meio de diversas atividades de forma coletiva e autogerida. Preservamos o espaço e o prédio como patrimônio cultural, retiramos, à base da picareta, o asfalto que asfixia nossa Mãe Terra, e, assim, aumentamos cada vez mais a área de plantação que tornará a Aldeia um espaço auto-sustentável. E, por causa disto, hoje, crescem com fartura, nos roçados, milho, macaxeira, feijão, gerimum, maracujá, batata doce, e etc.. Com nossos aliados, realizamos atividades abertas à comunidade, promovendo o intercâmbio cultural,

---

<sup>79</sup>Disponível em: <https://coirem2018.wixsite.com/coirem2018/aldeia-maraka-na> Acesso em: 29 dez. 2022.

principalmente sobre a cultura indígena. Oferecemos, assim, não somente um lugar onde o povo indígena pode se curar e estar em contato com a sua cultura em meio ao caos urbano da cidade do Rio de Janeiro, mas também aumentando a visibilidade e valorização da cultura indígena que é base da cultura brasileira. Somos, portanto, um local de dinamização da cultura indígena e, conseqüentemente, uma resistência anti-capitalista e autônoma.<sup>80</sup> (ALDEIA REXISTE, grifo do autor)

Júlia Xavante, em conversa pessoal, afirmou que ao longo deste congresso participaram mais de 250 pessoas por dia, vindo “gente de todo canto”. Segundo ela, muitos dos parentes que participaram do evento ficavam alojados em barracas dentro da própria aldeia. Júlia afirma que a partir do sucesso desta edição do COIREM e de suas respectivas atividades promovidas, houve a motivação da realização de outros eventos na Aldeia Maraká'nà com mais frequência, sendo criado, inclusive, um grupo no *WhatsApp* como meio de comunicação entre os indígenas e os apoiadores da aldeia para a divulgação das atividades. Nas palavras de Júlia haviam

Vários indígenas, de vários lugares, de várias instituições, então tiveram diversas palestras, diversas rodas de conversa, diversos temas. Então ficou muito legal, sabe!? Aí eu falei assim: “é isso que eu tô procurando, então eu quero ter isso aqui todo dia”. Então o que eu comecei a fazer: todos os indígenas que apareciam por aqui: “Oi fulano tudo bem? Você quer fazer uma palestra aqui com a gente, aqui no próximo fim de semana, quatro horas da tarde, ou que horas você puder, pra falar sobre o que você quiser?” [...]. Aí eu fui colocando as pessoas que vinham visitar, assim, tipo vocês, que vão participar desses eventos, né. E aí eu ia fazendo esse, que foi o grupo das oficinas, que eram as pessoas, um grupo de apoiadores junto com os indígenas pra poder a gente fazer esses eventos e essas pessoas serem comunicadas, assim, diretamente desses eventos (JÚLIA XAVANTE).

Ao longo dos anos de reocupação a Aldeia Maraká'nà vem promovendo uma série de eventos interculturais, que percebo como educativos e decoloniais, abertos ao público geral e a instituições educacionais (muitas vezes havendo o movimento contrário, com os próprios indígenas indo até estes locais).

Xavante e Pinto, destacam que

A Aldeia Maraká'nà não apenas oferece atividades culturais como também recebe grupos e pessoas não indígenas que compartilham com os indígenas diversas atividades, como: oficina de sabão, mostra circense, contação de histórias, apresentações musicais, folclóricas e outros. (XAVANTE, PINTO, 2020, p. 675)

---

<sup>80</sup>Disponível em: <https://coirem2018.wixsite.com/coirem2018/aldeia-maraka-na> Acesso em: 29 dez. 2022

Atualmente são promovidos, periodicamente no local, seminários e congressos, sempre tendo como pauta central questões relacionadas aos povos originários. Ocorrem diversas atividades culturais e aulas abertas ao público geral, abordando não só a Aldeia Maraká'nà em si, mas elementos das culturas indígenas de modo mais amplo. Sobre a Aldeia Maraká'nà e suas motivações, Thaiany Guajajara aponta que

É um dos principais movimentos no Brasil em relação à causa indígena, porque em nenhum outro lugar existe um movimento igual a esse, um movimento do qual se propõe a fazer uma Pluriversidade Indígena. Ele é o único, não na América Latina, porque existem outras universidades indígenas, mas ele é o único no Brasil. Então essa proposta ela é bem inovadora, né, é bem promissora, porque propõe pra gente voltar às nossas origens, às nossas raízes, trazendo conhecimento indígena, né, botando as questões em pauta, as questões indígenas, que são tão urgentes no Brasil (THAIANY GUAJAJARA).

Xavante e Pinto (2020, p.675) apontam que “a Universidade Indígena Aldeia Maraká'nà traz a troca de saberes como forma de enriquecer a todos, onde alguém sempre tem algo a ensinar e algo a aprender.” No local se promovem cursos de línguas e culturas, ensinamentos sobre questões relativas à religiosidade, exibição de filmes, apresentações teatrais, oficinas relacionadas às culturas indígenas, suas artes, artesanatos, cantos, danças, medicina natural (que é considerada sagrada), contações de histórias, apresentações artísticas, rodas de conversa, dentre outras atividades. Sobre estes eventos abertos ao público, João Ticuna afirma:

Os eventos abertos que acontecem na Aldeia Maraká'nà para todo o público, inclusive para o público não indígena, é um dos principais trabalhos da Aldeia Maraká'nà, pois assim, oferecendo esse tipo de evento, esse tipo de trabalho, esse tipo de oficina, mas não só isso, né, promovendo esse tipo de encontro com a população não indígena, é uma forma de fazer essas pessoas se aproximarem cada vez mais da nossa história, fazer essas pessoas cada vez mais respeitarem as nossas diferenças, e não só isso, mas principalmente, lutar lado a lado para que cada vez mais nós ganhamos força na nossa luta pelos direitos, na luta pelo direito de existir.

Esses processos, eles vão sendo entendidos juntamente com a população que realmente está ali interessada em querer também aprender, porque somente na luta coletiva que nós podemos construir mudanças no modo de pensar, no modo de agir e principalmente no modo de ver o outro, porque o outro, quando estou falando, é justamente o indígena, que infelizmente muitas vezes não é compreendido em sua totalidade. Nesse caso, os eventos que são abertos ao público nos fazem nos aproximar das pessoas e as pessoas também se aproximam da gente, e desse modo começa a ter mais acolhimento entre, justamente, diferentes bases de luta, diferentes movimentos sociais. E as pessoas não indígenas elas têm esse papel importante de abraçar a luta, abraçar a causa e, juntamente conosco, promover e levar as ideias, né. Não só isso, mas os aprendizados que elas vão recolhendo e, não só isso, absorvendo de todas as propostas que tem acontecido dentro do espaço Aldeia Maraká'nà, e não só do espaço Aldeia

Maraká'nà, mas em relação ao movimento indígena ao todo. Mas em relação à Aldeia Maraká'nà, ela incentiva essa busca por essa união que tem que haver entre a população indígena e a população não indígena (JOÃO TICUNA).

Dário Xukuru reforça que estas atividades são necessárias, possuindo um papel fundamental na quebra de preconceitos e na desconstrução de estereótipos criados pelo senso comum em relação aos povos indígenas.

Penso que é de suma importância que isso aconteça porque um dos papéis da aldeia é justamente esse, que as pessoas tenham entendimento por outros meios que não o senso comum, que não a mídia propaga. Até a própria escola, as universidades também propagam, visões estereotipadas, visões que geralmente não correspondem à realidade, né. Principalmente porque não leva em conta, né, a própria visão do indígena, fala sobre algo que não conhece, como se fosse tranquilo. Um cara que é, sei lá, formado em medicina resolve falar sobre astro física por que resolveu falar. E as pessoas simplesmente não tem essa noção e acham que é tranquilo e reproduzem essas visões, né, e a gente pode justamente ajudar a desconstruir esses estereótipos, essas visões distorcidas e promover um papel educativo, como falei antes aqui, permitir que essas pessoas, pela vivência, tenham acesso a isso aí, né, às aulas, oficinas( DARIO XUKURU).

Dário afirma que estas relações entre os indígenas e algumas pessoas que visitam o local e participam dos eventos nem sempre são harmônicas, ocorrendo, por vezes situações inconvenientes, como tentativas de imposição ao modo que os indígenas devem agir, ou fazendo algum tipo de chacota: “Isso pode ser ruim, pra eles e pra gente que tem que passar por certas situações de gente inconveniente, que acham que estão certas ainda. Fora isso, é algo muito benéfico, né, e é um dos propósitos, inclusive, da existência do espaço”, afirmou.

Ao longo de meu trabalho de campo, participei de diversas atividades que ocorreram na Aldeia Maraká'nà, podendo acompanhá-las de perto, e ao longo destas atividades conversei com inúmeros visitantes, apoiadores e indígenas no local. Em minhas primeiras idas à Aldeia Maraká'nà, no espaço circulavam preponderantemente apenas os próprios moradores do local devido às restrições sanitárias decorrentes da pandemia de COVID-19. Júlia Xavante me disse que, durante a pandemia, na Aldeia Maraká'nà não houve nenhum caso que tenha sido diagnosticado positivo para a doença. José Urutau me disse que no período pandêmico, iniciado logo no início de 2020, todas as atividades na Aldeia Maraká'nà foram paralisadas, sendo proibidas as visitas. Apenas alguns poucos pesquisadores, além dos próprios indígenas, podiam entrar no local neste período. Se hoje há certo controle de quem entra e sai da Aldeia Maraká'nà, naquele momento esse monitoramento era muito mais rígido.

Lembro que ao chegar ao espaço pela primeira vez, praticamente todos que estavam no local usavam máscaras de proteção sanitária.

Meses depois, após os indígenas e muitos não indígenas já terem se vacinado contra a COVID-19, ocorreu o primeiro evento pós-pandemia, sendo este o primeiro que participei na Aldeia Maraká'nà. Realizado em 7 de agosto de 2021, tratava-se de uma contação de histórias, tendo Melissa Puri como a principal oradora. Este evento foi marcante para mim, pois foi a primeira vez que acompanhei uma atividade cultural sendo realizada na aldeia.

Neste dia a Aldeia Maraká'nà encontrava-se, não lotada de pessoas, mas com muito mais gente do que havia presenciado em minhas visitas anteriores durante a pandemia. O evento, que contou com a presença de um pouco mais de 30 pessoas, era direcionado para crianças, mas grande parte do público presente era composto por adultos, indígenas e não indígenas.

Durante a contação de histórias, que narrava contos indígenas, achei interessante a atenção que as crianças mantiveram na atividade durante todo o processo. Além disso, algumas destas participavam ativamente da história narrada, imitando os personagens e/ou sugerindo como cada personagem deveria se comportar e agir ao longo da história.

Figura 33 – 1ª evento após a pandemia da COVID-19



Fonte: O autor, 2021.

Ao final do evento as crianças brincaram livremente pela Aldeia Maraká'nà, por toda a extensão do lugar. Me encantou, naquele momento, ver a interação entre as crianças, que corriam pelo espaço, brincavam nas árvores e também com uma perna de pau. Uma das crianças ficou por minutos brincando com um jabuti que circulava na aldeia, imitando-o, como se fosse o próprio animal.

Para além de atividades pré-planejadas, o espaço da aldeia por si já é um potencializador do desenvolvimento das funções motoras e cognitivas das crianças devido às inúmeras interações e brincadeiras que acontecem. Percebo que crianças que frequentam o local tem a possibilidade de explorar o extenso meio natural da Aldeia Maraká'nà a partir das árvores, plantas, galhos, pedras, entre outros artifícios improvisados que as levam a inúmeras brincadeiras que surgem na aldeia por intermédio de elementos naturais, inventando e construindo enredos em um processo interacional com outras crianças e também com os adultos.

Figura 34 – Brincando na Aldeia Maraká'nà



Fonte: O autor, 2021.

Segundo Luckesi (2015, p 132), “o brincar é próprio da criança e lhe propicia estados lúdicos”. A brincadeira, através de sua ludicidade, auxilia na emancipação de

quem a pratica, sendo um meio de fazer com que entendam o mundo ao seu redor, além de propiciar o desenvolvimento sócio cognitivo, a criatividade e a autorreflexão.

Para além deste evento, grande parte das crianças não indígenas que tive contato na Aldeia Maraká'nà vive imersa em uma realidade quase que exclusivamente urbana, associada a um ritmo frenético de vida e a grande densidade populacional em bairros e prédios de apartamentos. Na aldeia, estas crianças tem a oportunidade de ingressar em outro tipo de contexto, onde a natureza se faz muito mais presente e a noção do tempo se dá de outra forma, mais pacato, fugindo um pouco do padrão acelerado que existe nas grandes cidades. Ao longo do período de trabalho de campo na Aldeia Maraká'nà, percebo que há uma intensa relação dos indígenas com o a natureza em si. Em conversas pontuais, informais, que tive ou presenciei de Potyra na Aldeia Maraká'nà, por vezes, ao estarmos próximos a alguma planta, ela ensinava sobre o uso medicinal que se fazia daquela erva, inclusive tendo me indicado uma combinação de ervas para o controle de ansiedade e insônia.

Em relação às crianças indígenas, que habitam o local ou outras que eventualmente o visitam, percebo a Aldeia Maraká'nà como um local de proteção e manutenção das culturas ancestrais. Meu sobrinho, por exemplo, é filho de minha irmã, Eliane Xokó e de João Ticuna. Além da própria casa e a de meus pais, avós dele, o único lugar em que tem contato com elementos culturais indígenas e vê outras crianças semelhantes a ele é na Aldeia Maraká'nà. Percebo que isto se aplica até mesmo para as crianças que vivem no próprio local. Como indígenas em contexto urbano, se não vivessem nesse lugar, muito provavelmente morariam em locais rodeados quase que exclusivamente pela cultura do “homem branco”.

Ao final do evento de contação de histórias houve — como ocorre ao longo e também no fim de quase todas as atividades que acontecem no espaço — um ritual de roda de maraká, onde participaram praticamente todos os presentes do dia. Dentre eles estava um visitante de primeira viagem chamado Marco Aurélio, de 30 anos, militante do movimento negro, morador do bairro do Estácio, professor de ensino fundamental do município do Rio de Janeiro e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. Sobre sua experiência na Aldeia Maraká'nà, me contou ter sido bem acolhido e, falando especificamente sobre sua vivência na roda de maraká, percebeu como um ato sobretudo político:

A gente [...] trabalhou essa questão da mente, né, da literatura, mas também trabalhou o corpo, que eu acho que é importante também para a questão

indígena, pensar nessa questão do corpo como atuante, corpo político (MARCO AURÉLIO).

Maria Aline, que esteve presente neste primeiro evento de contação de histórias pós pandemia, sobre sua relação e experiências que se construíram ao longo dos anos na Aldeia Maraká'nà diz:

A partir da primeira vez que eu estive na aldeia, eu fui querendo estar mais lá, mais vezes participando, conhecendo mais. E as experiências, assim, foram todas incríveis, muito enriquecedoras, pra minha vida mesmo. Eu conheci um pouco dos cantos, né, e, assim, são diversos tipos de canto, até porque a aldeia, ela não tem só uma etnia, são diversas etnias, então o tipo de canto, também o tipo de música que eles trazem, são diferentes de uma etnia pra outra. Então conheci os diversos tipos de canto, de dança. Participei de muitas danças, danças de roda, né, rodas de danças, quer dizer. As contações de história que participei, assim, eu fiquei muito encantada, né, até porque eu gosto muito de conto, e as histórias orais que foram levadas pra aldeia. Eram muitos contos indígenas a partir de lendas, por meio de animais, dos pássaros, da natureza, né. Então, assim, foram muito significativas todas essas experiências vividas ali (MARIA ALINE).

Maria Aline comentou posteriormente que apresenta em sala de aula, para seus alunos, os cantos, danças e histórias que aprende na Aldeia Maraká'nà.

Além desta primeira contação de histórias, ocorreu outra ainda em 2021, no dia 3 de outubro, e algumas outras no ano seguinte. Essa atividade, ainda hoje, é uma atração frequente na Aldeia Maraká'nà e, quando ocorre, conta com a participação de muitas crianças.

Outra oportunidade que considero bem marcante em relação aos eventos que presenciei na Aldeia Maraká'nà se dá ao longo de uma aula pública, ministrada por José Urutau Guajajara. Em uma área que outrora era considerada a frente da Aldeia Maraká'nà, dentro do casarão, em uma pequena sala cujo teto não apresenta tanto desgaste, participei desta aula em abril de 2022. Esta tinha por proposta falar sobre o cenário das populações indígenas atualmente, fazendo apontamentos sobre as diferentes línguas indígenas; dando destaque aos dois grandes troncos linguísticos mais comuns no Brasil, que são o Macro-Jê e o Tupi.

Nesta aula também foram apresentadas questões inerentes à história da Aldeia Maraká'nà. Contabilizei a presença de aproximadamente 30 pessoas, a maioria se manteve em pé, próximo à entrada da sala, pois não havia quantidade suficiente de assentos para todos.

Nesta mesma sala Urutau ministrava aulas de línguas e culturas Tupi-Guarani de modo *on-line* durante o período da pandemia decorrente da Covid-19. Atualmente,

já superado o período de maiores restrições sanitárias, ainda ocorrem aulas remotas, mas também de maneira presencial, na própria Aldeia Maraká'nà.

Figura 35 – Aula aberta ao público ministrada por José Urutau Guajajara.



Fonte: O autor, 2022.

Durante esta aula conversei com Camila, de 37 anos, que é estudante de pedagogia da UERJ e moradora do Centro da cidade do Rio de Janeiro. Camila contou que nunca havia ouvido falar da Aldeia Maracanã, e que apenas foi saber da existência do lugar por intermédio de sua professora, Leticia de Luna Freire, que por acaso foi a orientadora deste trabalho, após esta agendar uma visita com seus alunos. Sentada ao meu lado durante a aula ministrada pelo professor Urutau, Camila aparentou estar bastante interessada no conteúdo dado. Ao longo da conversa, disse que aquela experiência estava sendo muito positiva e única para ela. Destaco que um dos pontos que mais chamou a atenção de Camila, assim como boa parte de outros visitantes de primeira viagem, foi a estrutura do lugar, dando ela ênfase à falta de fornecimento de energia elétrica regular, mas isso não aparentou afetar negativamente sua percepção do lugar.

Especificamente esta aula pública, ministrada por José Urutau Guajajara, ocorreu dentro de um grande evento da aldeia que foi chamado de “Abril Indígena”, em referência ao Dia dos Povos Indígenas que ocorre especificamente no dia 19 de

abril. José Urutau me disse que o Abril Indígena já ocorre na aldeia há muitos anos, sendo as edições anteriores geralmente realizadas um dia antes, no próprio dia 19 de abril e no dia seguinte. Devido a pandemia, que impossibilitou a realização do evento nos anos de 2020 e 2021, e também pela enorme quantidade de oficinas, atividades e eventos previamente pensados, foi proposto que o Abril indígena de 2022 ocorresse durante todo o mês de abril. José Urutau Guajajara conta que esta decisão se deu de maneira coletiva depois de uma reunião ocorrida na própria Aldeia Maraká'nà, dois meses antes, no mês de fevereiro. Júlia Xavante me disse que nesta primeira reunião, e em outras, foram sendo decididas quais pessoas iriam participar e quais atividades iriam desenvolver. Foram programadas, então, dezenas de atividades, oficinas, rodas de conversa, exibição de filmes, palestras, aulas públicas, dentre outras atividades, durante todo o mês de abril. A programação do evento, apresentada abaixo, foi previamente divulgada nas redes sociais:

Figura 36 – Programação do Abril Indígena de 2022.

**Programação**

**Dia 2 - Sábado**  
14h - Abertura  
14:30 - OFICINA DE FILTRO DOS SONHOS - valor 25,00 - prof. Galvino  
16:30h - Roda de conversa DESCONSTRUINDO ESTERÉOTIPOS  
19h - RODA DE MARACÁ - Fogueira, cantos e danças

**Dia 3 - Domingo**  
14h - OFICINA DE MIÇANGAS - 25,00 - Prof. Maria  
16h - RODA DE CONVERSA: MEDICINA DA FLORESTA - Amanda e Potyra  
18h - RODA DE CONVERSA: AS ARTES INDÍGENAS NÃO CABEM NA MESMA PANELA - com Júlia Otomorinhoriõ

**Dia 4 - 2a feira 19h**  
A ARTE DO GRAFISMO - ON-LINE - Júlia Otomorinhoriõ - valor 25,00

**Dia 6 - 4a feira**  
19h - A ARTE DA CESTARIA - ON-LINE - prof. Júlia Otomorinhoriõ - valor 25,00

**Dia 9 - Sábado**  
14h - OFICINA DE CRIAÇÃO: O TEATRO AMBIENTAL - prof. Ricardo Ajuricaba Tupinambá - GRATUITA  
16h - RODA DE CONVERSA: CINEMA NA PERSPECTIVA DA MULHER INDÍGENA com Ana Xocó  
18h - SARAU - RODA DE POESIA PERFORMÁTICA  
20h - APRESENTAÇÃO TEATRAL : MONÓLOGO: SONHO DE CAIPORA" com Dário Jurema

**Dia 10 - Domingo**  
14h - OFICINA CÍRCULO DE AUTONOMIA CRIADORA: O MÉTODO CAC DE AUTOGESTÃO POLÍTICO AFETIVO - Prof. Ricardo Ajuricaba Tupinambá - GRATUITA  
16:30h - RODA DE CONVERSA TUPINAMBÁ com Fernando, Luciana e Ricardo Ajuricaba  
19h - CINE DEBATE TUPINAMBÁ

**Dia 11 - 2a feira**  
19h - A ARTE DA CERÂMICA - ON-LINE - Júlia Otomorinhoriõ - valor 25,00

**Dia 13 - 4a feira**  
19h - CASAS INDÍGENAS - On-Line - Júlia Otomorinhoriõ - valor 25,00

**Dia 16 - Sábado**  
14h - OFICINA CULINÁRIA INDÍGENA E VEGANA - PÃO DE SOVO - prof. Ricardo Ajuricaba Tupinambá - GRATUITO  
16h - OFICINA DE MARACÁ - Prof. Sandro - valor 25,00  
18h - RODA DE CONVERSA DIREITOS INDÍGENAS - com Dr. Arão da Providência

**Dia 17 - Domingo**  
14h - CONTAÇÃO DE HISTÓRIA - com Mel  
16h - MALABARES - com Luis Simba  
17h - OFICINA DE PETECAS DE PAPEL - prof. Mônica Cunha - GRATUITA  
18h - OFICINA DE ESTAMPARIA EM TECIDO E CUSTOMIZAÇÃO - prof. Marnei - valor 25,00  
20h - APRESENTAÇÃO MUSICAL: SHOW DE KAÊ GUAJAJARA - valor 20,00

**Dia 18 - 2a feira**  
19h - A ARTE PLUMÁRIA - ON-LINE - Prof. Júlia Otomorinhoriõ - valor 25,00

**Dia 19 - terça feira**  
14h - OFICINA DE CANTOS INDÍGENAS - Prof. Urutau Guajajara - GRATUITA  
16h - OFICINA CORPO TERRA (ONúcleo - Dança - UFRJ) - Prof. Ruth - GRATUITA  
18h - RODA DE CONVERSA: A LEI 11.645 EM PRÁTICA & UNIVERSIDADE INDÍGENA com Júlia Otomorinhoriõ e Dilmar Puri

**Dia 20 - 4a feira**  
19h - A ARTE DAS MIÇANGAS E SEMENTES - ON-LINE - Júlia Otomorinhoriõ - Valor 25,00

**Dia 21 - 5a feira**  
14hs - MUTIRÃO DE LIMPEZA E DE PLANTIO

**Dia 23 - Sábado**  
14hs - OFICINA DE LÍNGUAS E CULTURA TUPI GUARANI - Prof. Urutau - GRATUITA  
16h - RODA DE CONVERSA: MULHERES INDÍGENAS, COSMOVISÕES APLICADAS  
18h - RODA DE MARACÁ - fogueira, cantos e danças

**Dia 24 Domingo**  
14h - OFICINA DE PINTURA CORPORAL - Prof. Tapixi - valor 25,00  
16h - OFICINA DE CARTOGRAFIA INDÍGENA - prof. Fernando - GRATUITA  
18h - RODA DE CONVERSA: FLORAIS - Rita

**Dia 25 - 2a feira**  
19h - ARTE EM MADEIRA - ON-LINE - Prof. Júlia Otomorinhoriõ - valor 25,00

**Dia 27 - 4a feira**  
19h - ARTISTAS INDÍGENAS CONTEMPORÂNEOS - prof. Júlia Otomorinhoriõ - valor 25,00

**Dia 30 - Sábado**  
14h - OFICINA DE TECELAGEM - Prof. Maria - valor 25,00  
16h - RODA DE CONVERSA: DESCONSTRUINDO ESTERÉOTIPOS com os jovens indígenas  
18:30 - SLAM MARAKANĀ - SARAU INDÍGENA RESISTÊNCIA

ENCERRAMENTO

Fonte: Aldeia Maraká'nà Rexiste, 2022.

A programação do evento e também sua arte de divulgação foi realizada por um antigo apoiador da Aldeia Maraká'nà que, em conversa pessoal, pediu que eu não mencionasse seu nome, preferindo se manter anônimo. Disse que existe o acordo, entre os envolvidos com o movimento da aldeia, sejam eles indígenas e/ou apoiadores, de que as todas as produções realizadas para a Aldeia Maraká'nà são de todo o movimento em si, não se atrelando a apenas um indivíduo, ou seja, as produções mesmo que sejam realizadas individualmente, se tornam coletivas. Na imagem a seguir vemos a arte de divulgação do evento produzida por este apoiador:

Figura 37 - Arte de divulgação do Abril Indígena de 2022.



Fonte: Aldeia Maraká'nà Rexiste, 2022.

Durante um dos dias do evento, enquanto ocorria uma oficina de criação de petecas com papéis reciclados, Urutau me afirmou:

Nos outros anos a gente tinha a proposta de fazer para além do 19 de abril, então acontecia isso: fazia um evento antes, no dia 19 e depois do 19. Mas como esse ano a gente estava saindo da pandemia, já estava saindo da pandemia, e tinha muita atividade, não cabia só o dia 19 de abril, um dia antes e depois. Aí foi proposto pra começar o abril inteiro com atividades e foi isso que aconteceu e tá acontecendo [...]. Então, o que que acontece, e tá acontecendo agora nesse ano, como tinham muitas atividades entrou aí:

oficina de maraká com o Sandro, oficina de miçanga, Potyra, Mayra, Ana, oficina de filtro dos sonhos, oficina de direito com o Arão, oficinas de línguas e cultura Tupi-Guarani, oficina de cantos, comigo também. Então eram muitas atividades, muitas atividades, e não cabiam todas essas atividades no dia 19 só, tinha que ser o mês inteiro, tinha que ser o mês inteiro, e isso aconteceu (JOSÉ URUTAU GUAJAJARA).

Esta oficina de peteca citada por Urutau foi desenvolvida por Mônica Cunha, e contou com a participação de adultos e crianças, indígenas e não indígenas, como se configuraram basicamente todas as atividades ao longo do evento. Foi interessante perceber a alegria das crianças ao aprenderem a confeccionar a peteca. Ao final da oficina os participantes improvisaram uma espécie de rede com um pano, formaram duas equipes e ficaram brincando entre si com as petecas recém confeccionadas.

Figura 38 - Brincando de peteca



Fonte: O autor, 2022

As atividades que ocorreram durante estes eventos não se limitaram à programação prévia, ocorrendo espontaneamente atividades paralelas que se desenvolviam entre uma oficina e outra. Por vezes se iniciava uma roda de conversa, onde interagiam várias pessoas e se criava um debate, sem que as pessoas se dessem conta. As rodas de maraká, por vezes, também aconteciam de forma natural, espontânea. Em uma oportunidade, José Urutau Guajajara começou a conversar com um grupo de professores, da rede municipal do Rio de Janeiro, sobre a história e a

motivação da ocupação indígena no local. A partir disso outras pessoas se aproximaram para ouvir o que Urutau dizia e se formou um grupo maior. José Urutau então realizou uma visita guiada por todo o espaço, apontando a história de cada construção do espaço e também do uso que se fazia de cada lugar.

No mês de julho de 2022 ocorreu outro evento mensal chamado “Decolônia de Férias”, que também contou com uma série de oficinas e atividades de imersão na cultura indígena.

Dentre os eventos que ocorrem na Aldeia Maraká'nà destaco um que é bem frequente e tradicional no espaço: o “Ciclo Sagrado Feminino”. Este evento, que já acontece há muitos anos, inclusive antes da reocupação do local em 2016, é exclusivo para a participação de mulheres, indígenas e não indígenas. Em texto, atribuído à Txâma Puri, publicado na página do *Facebook* “Ciclo Sagrado De Mulheres”, ligado à Aldeia Maraká'nà, consta a seguinte publicação sobre esse evento:

No exercício do reconectar de espaço, tempo e experiência sagrada interna e externa da mulher que remete às nossas culturas e espiritualidades tradicionais; na troca de idéias, saberes e vivências oportunizamos o despertar mútuo; o despertar espiritual da mulher que orienta o equilíbrio do corpo físico e mental para uma vida e consciência plenas em sintonia com a Terra e suas emanções. O que permite libertar-se das limitações impostas pelos nossos próprios condicionamentos mentais, para uma vida e consciência plenas em que devemos estar cuidando do nosso próprio corpo, personalidade, mente; os veículos da alma. Assim, ensinamentos sobre nosso corpo, nosso emocional e nossos ciclos femininos, orienta de que forma podemos harmonizá-los com a natureza. Exercitar o Sagrado Feminino, é perceber a vida manifestada em sua matéria e originalidade, que evoca a concepção de que a Divindade está também na vida manifesta, na matéria, nos animais, nos ciclos da natureza, nos seres humanos e na sexualidade. É esse encontro de devoção para com a Vida, que honra a natureza como parte daquilo que somos, como instrumento pelo qual viemos à vida terrena, como tudo que ancestralmente está interligado e precisa ser realinhado e reintegrado. A mulher integrada a Terra, a natureza e as outras diversas dimensões da vida, além do plano físico, retomando o caminho das energias cíclicas, retornando às raízes, a linhagem feminina ancestral, reconhecendo e guiando-nos naquelas que nos precederam e abrindo caminhos para que cada uma possa simplesmente ser. Por meio do autoconhecimento, se interiorizando, percebendo melhor seus instintos, suas vontades e seus ciclos femininos. Práticas que devem, harmonizar e produzir saúde corporal, sexual, emocional e mental, tendo como fim a reconexão com a Terra e com o Cósmos, com o nosso propósito espiritual tanto no nível pessoal como coletivo. Refletir e resgatar o Sagrado Feminino é uma atitude de reverência e respeito com o meio em que vivemos e com as relações de respeito mútuo entre mulheres (TXÂMA PURI).<sup>81</sup>

---

<sup>81</sup>Disponível em: <

[https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=pfbid0YdbqqkjyEDK7HXYPf5s9o7vQz88ZeC486YELssUKzzBU5Vb1WK1XtS4Sr6DkpD4kl&id=674826569255673](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0YdbqqkjyEDK7HXYPf5s9o7vQz88ZeC486YELssUKzzBU5Vb1WK1XtS4Sr6DkpD4kl&id=674826569255673)> Acesso em: 20 jan. 2023.

A Aldeia Maraká'nà, devido à sua localização em meio ao centro urbano, ao receber inúmeros visitantes e apoiadores de braços abertos, promove a aproximação das pessoas com as culturas dos povos originários, operando como um espaço fundamental de aprendizagem e superação de preconceitos a partir de vivências interculturais transformadoras, inclusive a possibilidade de presenciar rituais que geralmente só poderiam ser vistos nos territórios tradicionais indígenas, mais afastados das áreas urbanas.

Um exemplo foi o ritual do povo Tenetehara/Guajajara chamado *Wira'ó Haw*, também conhecido como Festa da Menina-Moça ou Festa do Moqueado, que ocorreu na Aldeia Maraká'nà nos dias 21, 22 e 23 de outubro de 2022. Importante ressaltar que esta foi a segunda vez que ocorreu este ritual na Aldeia Maraká'nà.

Esta festividade ocorre, segundo José Urutau Guajajara, como um marco de passagem, das mulheres de sua etnia, da infância para a fase adulta; a partir do momento em que menstruam pela primeira vez.

Segundo a tradição, as meninas Guajajara que menstruaram pela primeira vez ficam isoladas em uma cabana chamada Tocaia, ao longo dos quais não podem ingerir certos tipos de alimentos e recebem ensinamentos de outras mulheres de suas famílias sobre diversos elementos da cultura Tenetehara/ Guajajara, e depois são convocadas a participar de uma grande cerimônia que marca a sua transição para a vida adulta. A filha caçula de Potyra e José, após menstruar pela primeira vez, em fevereiro de 2022, ficou reclusa em sua casa por um período, segundo a própria menina, de oito dias, só podendo ter contato com seus pais e com algumas outras mulheres. Sobre a reclusão de sua filha, Potyra afirmou que esta não vai estar “presa totalmente, ela vai tá presa aprendendo sobre a cultura, só os homens que não podem ver”.

Tradicionalmente no mesmo ano ocorre o ritual *Wira'ó Haw* onde as meninas Guajajara que passaram por tal processo da Tocaia participam da cerimônia de transição. Em decorrência da passagem de sua filha para a fase adulta, foi estabelecido que haveria tal cerimônia na própria Aldeia Maraká'nà, fazendo uma grande festa e trazendo vários Guajajara de outras aldeias do Brasil. Alguns meses depois da Tocaia vivenciada por sua filha, Potyra, no mês de abril, afirmou que todos os Guajajara ficariam sabendo que sua filha menstruou e que haveria uma grande festa meses depois. “A minha filha já passou por isso, agora tá esperando só a festa. Aí a festa vai vir com indígenas ou mais, só Guajajara. Se pudesse trazia até mais,

né, porque é uma grande festa”. Houve então uma grande expectativa por parte dos próprios indígenas da Aldeia Maraká'nà e também por parte dos apoiadores. A partir de então se iniciou a construção da chamada Casa da Menina-Moça, que seria utilizada como parte da cerimônia do *Wira'ó Haw*, onde as meninas Guajajara que menstruaram naquele ano, ficariam novamente reclusas durante a cerimônia, e ao saírem teriam concluído o seu ciclo ritualístico de passagem. Potyra afirmou que após finalizado o ritual e a festa sua filha teria que ter muito mais responsabilidade, pois “vai virar uma mulher, não é mais criança”.

Os materiais utilizados para a construção da Casa Menina-Moça, assim como os fundos necessários para garantir o transporte e a alimentação dos Guajajara que viriam de suas aldeias para o Rio de Janeiro, foram sendo aos poucos conseguidos por intermédio de doações, da venda de artesanatos, de diversas oficinas pagas, que arrecadariam fundos, e também por venda de rifas. Foram assim fretados dois ônibus que, segundo Thaiany Guajajara, trouxeram 80 parentes Guajajara aldeados em Brasília e no Maranhão — incluindo outras meninas dessas aldeias que participariam do ritual — sendo 40 pessoas em cada ônibus.

Participaram da cerimônia um total de seis meninas da etnia Guajajara, sendo duas moradoras da Aldeia Maraká'nà, uma delas a filha de José Urutau e de Potyra. As seis meninas inicialmente ficaram reclusas dentro da Casa da Menina-Moça, onde apenas mulheres podiam entrar. No dia da cerimônia pública do ritual, as meninas tiveram seus corpos totalmente pintados com jenipapo pelas mães, o que serve, de acordo com Potyra, para fortalecer e dar proteção ao corpo. Em seguida elas foram vestidas com saias violetas, de comprimento abaixo do joelho e com uma barra vermelha, saindo da tocaia com os cabelos soltos e os olhos voltados para baixo. A filha do cacique era a única que usava uma saia preta, sendo identificada como aquela que “puxava” o ritual. Já na área externa, sob a visão dos demais, as meninas sentaram-se em uma esteira de palha em frente ao local de reclusão e ali permaneceram, com os olhos ainda voltados ao chão, enquanto eram enfeitadas por suas mães com colares, penas e cocares tradicionais, próprios do ritual de passagem. Suas mães e avós posteriormente se afastaram e as meninas ficaram por alguns minutos em pé, bem à frente da Casa da Menina-Moça, sendo formalmente apresentadas ao público.

Figura 39 – Meninas Guajajara na cerimônia *Wira'ô Haw*.



Fonte: O autor, 2022.

Após este período as meninas se dirigiram para a grande área aberta, próxima à cozinha coletiva, e se sentaram abaixo da copa de uma árvore, acompanhada de suas mães. Um fato que me marcou durante este evento foi o de uma das meninas, após esta parte do ritual, abraçar forte sua mãe e ambas começarem a chorar muito, aparentando estarem emocionadas e orgulhosas daquele momento único.

Alguns minutos depois, as meninas que participavam do ritual se levantaram, se juntaram aos homens Guajajara, começando então a dançar e cantar durante horas a fio. As atividades continuaram mesmo após o pôr do sol, adentrando a madrugada. Durante este evento contabilizei, no mínimo, umas 300 pessoas presentes, entre indígenas e não indígenas.

Figura 40 – Ritual de cantos e danças durante o *Wira’o haw*.



Fonte: O autor, 2022.

Diversas pessoas acompanhavam aquele ritual, presenciando no centro da cidade do Rio de Janeiro, um ritual tradicional Guajajara. A possibilidade de se vivenciar isso em uma região central da cidade é uma oportunidade singular e de um valor inestimável.

Através de todas as suas atividades desempenhadas ao longo dos anos, afirmo que a Aldeia Maraká'nà é, sem sombra de dúvidas, um espaço extremamente rico e necessário, que através de suas atividades interculturais, promove, divulga e reafirma as culturas indígenas para a sociedade geral, especialmente os que vivem nos grandes centros urbanos.

#### 4.3 Ações educacionais e a Lei nº 11.645/2008

A Aldeia Maraká'nà, ao longo de sua reocupação, reestabeleceu uma de suas principais atividades: o trabalho junto a instituições educacionais. Desde o fim da pandemia, um grande número de estudantes foi ao espaço da aldeia e lá pôde acompanhar de perto a rotina e as atividades de imersão nas culturas indígenas. Ao longo de 2022 visitaram a Aldeia Maraká'nà centenas de alunos de escolas públicas e privadas com seus professores, além de estudantes de diferentes cursos de ensino superior, tais como história, pedagogia, artes, geografia, etc., de universidades públicas. Os indígenas da Aldeia Maraká'nà também vão diretamente até as instituições quando convidados, o que acontece com frequência. Sobre estas visitas, Potyra Krikatí Guajajara afirmou que elas ocorrem devido a uma rede de contato construída ao longo de quase 30 anos pelos indígenas, tendo começado bem antes da fundação da Aldeia Maraká'nà, ainda no CESAC. Nas palavras de Potyra:

Geralmente as escolas procuram a gente através de outros amigos que a gente já deu palestra em outras escolas que eles acham importante. E a gente também acha importante tá ensinando, né, as culturas indígenas dentro das escolas porque tem uma lei que não funciona, né?! (POTYRA KRIKATÍ GUAJAJARA).

Potyra faz menção em sua fala à Lei nº 11.645/2008, sancionada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 10 de março de 2008, alterando a Lei nº 9394/1996, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), modificada pela Lei 10.639/2003, tornando, assim, obrigatório que instituições escolares de nível fundamental e médio abordem o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena. Os parágrafos 1 e 2 do artigo 26-A da Lei nº 11.645/2008 definem que:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." (BRASIL, 2008).

Ao tornarem obrigatórias estas temáticas no currículo escolar, a Lei nº 11.645/2008 representou uma conquista para as comunidades indígenas e negras,

levando para a sala de aula o debate acerca de questões que por muitos anos foram tratadas como secundárias ou simplesmente ignoradas. Sua importância encontra-se fundamentalmente em elucidar e buscar promover o protagonismo das histórias e culturas dos povos indígenas e afro-brasileiros, historicamente subjugados. A Lei nº 11.645/2008 abre espaço para se trabalhar a pluralidade de sujeitos e culturas presentes na sociedade brasileira e, conseqüentemente na escola, que frequentemente segue um viés eurocêntrico no processo de ensino-aprendizagem, perpetuando uma série de preconceitos e estereótipos que fomentam imaginários pejorativos e racistas contra pessoas negras e indígenas, subjugando suas expressões religiosas, artísticas, culturais, além de questões fenotípicas. Sobre as visões improcedentes acerca dos povos originários, Silva destaca que

O pouco conhecimento generalizado sobre os povos indígenas está associado basicamente à imagem do índio que é tradicionalmente veiculada pela mídia: um índio genérico, vivendo nas chamadas “tribos”, visão a partir da perspectiva etnocêntrica e evolucionista de uma suposta hierarquia de raças, onde os índios ocupariam obviamente o último degrau da chamada “civilização” (SILVA, 2014, p. 29)

Apesar dos avanços constitucionais conquistados e da promulgação da Lei nº 11.645/2008, na realidade das salas de aula, de modo geral, esta ainda é aplicada de maneira ineficiente ou simplesmente ignorada na prática docente, como apontam Russo e Paladino:

Apesar dos avanços identificados na Constituição de 1988, seguida às leis específicas que deliberam sobre a diversidade cultural no campo educativo, que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para atender ao reconhecimento e valorização da diversidade étnica e cultural, parece que as práticas que reforçam estereótipos e preconceitos sobre as populações indígenas do país ainda persistem no espaço escolar (RUSSO; PALADINO, 2016, p. 900)

Formas antigas e ultrapassadas de trabalhar e conceber a diversidade cultural e étnica ainda são comuns na prática docente em sala de aula. Ainda há muita negligência do Estado e/ou falta de qualificação dos profissionais de educação para ministrar os conteúdos inerentes às temáticas exigidas pela Lei nº 11.645/2008, que mesmo quando trabalhados, em geral, ocorrem de maneira pontual, não havendo um projeto pedagógico de longo prazo.

A omissão e/ou não priorização por parte dos governos da aplicação da lei em questão, se soma à formação defasada dos professores — sendo este um problema

inerente ao próprio currículo das instituições de ensino superior que formam estes profissionais — que atuarão diretamente na educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio. Silva destaca que

As universidades, enquanto centros de formação de formadores, não priorizaram a formação de profissionais sobre a temática indígena, isso porque o assunto foi sempre considerado residual e, por conseguinte de menor relevância, ignorado até na maioria dos cursos de Ciências Humanas e Sociais (SILVA, 2014, p. 31).

Sem formação adequada, estes profissionais frequentemente não se sentem capacitados ou incentivados a ministrar de maneira satisfatória os conteúdos necessários para a implementação plena da Lei nº 11.645/2008. Fontenele e Cavalcante destacam que

a simples imposição legal da obrigatoriedade de se trabalhar com tal temática não garante uma plena execução das determinações legais, na medida em que professores, que são os principais responsáveis pela execução, apresentam lacunas no âmbito da formação inicial e continuada para trabalhá-la. (FONTENELE; CAVALCANTE, 2020, p. 17)

Apesar de a Lei nº11.645/2008 garantir que sejam aplicados conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e indígena, almejando superar antigas práticas docentes engessadas — que não fomentam a ruptura com o imaginário eurocêntrico/colonial, permeado de estigmas fundamentados a partir de compreensões rasas e derivadas do senso comum sobre os povos originários e a população negra — muitos são os desafios ainda enfrentados nas escolas. Ao longo dos meus estágios realizados durante a graduação em pedagogia, e mesmo após ter começado a lecionar como professor regente, percebo que tais conteúdos previstos pela Lei nº 11.645/2008 são trabalhados em grande parte das instituições educacionais apenas em datas específicas, como o Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, dedicado à abordagem de elementos das culturas afro-brasileiras, e o Dia do Índio, em 19 de abril, quando se abordam elementos das culturas indígenas, sendo a temática por vezes trabalhada de modo generalizante e ignorando a pluralidade étnica existente no Brasil.

O caso que presenciei que mais me impactou, a nível de desconhecimento ou descaso quanto a Lei nº 11.645/2008, se deu em uma instituição de educação infantil, localizada no bairro de Bonsucesso, onde fiz um estágio docente durante minha graduação. Por conta do Dia do Índio, a fim de supostamente trabalhar a temática

indígena com as crianças, todas as professoras reuniram seus alunos em uma grande sala, onde foi colocado um telão que serviria para a exibição de um filme com temática indígena. Pouco depois, uma das professoras entra na sala repentinamente utilizando um cocar com as cores da bandeira dos Estados Unidos da América (que é vendido como fantasia de carnaval), batendo na boca com a palma da mão direita e emitindo o som “bu, bu, bu, bu...”, na tentativa de encenar o que seria o comportamento de um “índio”.

Após a professora falar que naquele dia era comemorado o Dia do Índio, sem se aprofundar em mais nada, foi reproduzido um vídeo no telão: um desenho em tom de comédia (que desconheço o nome), dos Estúdios *Walt Disney*, produzido nos anos 1970, onde um “indiozinho” norte-americano interagia com animais na floresta. Após o desenho todos os alunos voltaram para suas salas e, pouco depois, ao irem embora, as professoras os fantasiaram de “índios”. Não houve nenhuma conversa mais aprofundada sobre nenhum elemento relativo às culturas dos povos indígenas brasileiros, tampouco foram conversados com as crianças questões como respeito ou diversidade. O trabalho pedagógico realizado para o Dia do Índio foi basicamente este. Apesar de pessoalmente ter achado um absurdo, como estagiário eu não tinha sequer voz para opinar sobre nada, e mesmo que tentasse, acredito que seria ignorado ou até mesmo mal interpretado, me restando apenas ficar em choque com aquilo tudo e refletir sobre o ocorrido.

Percebo como urgente que professores repensem sua prática em sala de aula. Silva aponta que tratar a temática indígena no ensino, significa conhecer sobre os povos indígenas: “sua História, as diversidades socioculturais, as formas de ser e de viverem diferentes entre si e da sociedade não indígena” (2014, p. 24).

Referindo-se à temática indígena e sua abordagem nas escolas atualmente, Russo e Paladino apontam, a partir de suas pesquisas, práticas docentes e de extensão, que

[...] o que se faz hoje na escola ao abordar a temática indígena é praticamente idêntico ao que se ensinava décadas atrás. Percebemos que as atividades e os conteúdos que dizem respeito aos povos indígenas são não somente muito limitados e restritos às efemérides escolares, mas também reprodutores de ideias ultrapassadas. E o que essas pessoas aprenderam e continuam aprendendo de fato? O “índio” como um ser vinculado ao passado, com alguma presença significativa somente na formação da colônia e na constituição do “povo brasileiro”; o “índio” como um genérico, sem atentar para a diversidade cultural das mais de trezentos e cinco etnias presentes em nosso país; o “índio” como alguém que vive na floresta, isolado e nu, subsistindo apenas da caça e da pesca – e os que fogem a esse padrão “já

não seriam índios”; o “índio” como ser preguiçoso, que “ocupa muita terra” e atrapalha o desenvolvimento da nação, entre outros estereótipos (RUSSO; PALADINO, 2016, p. 899).

Além disso, afirmam ser de suma relevância para o avanço na efetivação da lei “priorizar a formação inicial e continuada de professores, acreditando que eles são os agentes facilitadores fundamentais da formação crítica e cidadã das futuras gerações” (*ibid*, p. 918). Ou seja, são necessárias ações governamentais concretas junto aos órgãos educacionais e aos cursos de formação docente para de fato que esta lei se faça presente nas salas de aula brasileiras.

Os indígenas da Aldeia Maraká'nà aparecem como fortes aliados na efetivação da Lei nº 11.645/2008 junto as instituições educacionais, mesmo anos antes dela ser promulgada, fazendo visitas e apresentações em instituições educacionais, apresentando elementos históricos e culturais dos povos originários de diversas etnias. Diria que são grandes parceiros dos educadores dessas instituições, e apesar do próprio serviço prestado que deveria ser função do Estado, ao invés de serem premiados continuam sendo, como vimos em algumas partes desta dissertação, constantemente perseguidos por agentes do Estado, que buscam incessantemente dar fim à Aldeia Maraká'nà.

Em uma publicação realizada em uma rede social da Aldeia Maraká'nà, os indígenas do movimento Aldeia Rexiste fizeram a seguinte declaração:

Na Luta para tirar do papel a Lei 11.645/2008 - do ensino da Cultura e História dos Povos Indígenas dos territórios hoje compreendidos pelo Estado brasileiro e do continente africano.

Sem políticas públicas definidas, sem recursos orçamentários especificados, esta Lei não passaria de mera retórica não fosse o esforço voluntário de alguns poucos professores e a luta voluntária das pessoas indígenas, da Tekohaw Maraká'nà e do Centro de Etnoconhecimento SocioAmbiental e de Defesa dos Direitos Indígenas Cauyré-Cesac, que assumiram esta luta antes mesmo da promulgação desta legislação.

São centenas de escolas já visitadas, turmas, dezenas de milhares de estudantes participantes. Sem que, no entanto, haja, nem que seja como contrapartida do Estado, em cumprimento ao seu dever, um diagnóstico quanto à presença de estudantes de origens indígenas, e do quanto se avançou em termos do cumprimento desta Lei, e das metas por cumprir. Ao que parece, as autoridades educacionais gostariam de ver esta Lei soterrada. E negligenciam sua responsabilidade em relação a ela (ALDEIA REXISTE).<sup>82</sup>

---

<sup>82</sup>Disponível em: <

<https://www.facebook.com/aldeia.rexiste/posts/pfbid02MXACGpfYbtbDjLFuWTVXRZmGni3c3g87zTb1VNxfCrpv3Tyg79XEK8HaxTEsGDMI>> Acesso em: 03 fev. 2023

Quanto às redes de contato que foram sendo construídas ao longo de quase três décadas, que se desencadearam em ações de colaboração com as instituições educacionais, auxiliando na execução da Lei nº 11.645/2008 ao receber alunos de educação básica na Aldeia Maraká'nà, e também no CESAC, ou indo até tais instituições, Potyra Krikatí Guajajara afirmou:

É muito importante pra nós indígenas e também para as escolas né. Elas sempre quando vem, os professores e alunos, eles também vem chamar, é indicado por onde a gente já passou dando aula ou palestra. E aqui as pessoas vem até aqui também para poder trazer os alunos, e no CESAC<sup>83</sup> também (POTYRA KRIKATÍ GUAJAJARA).

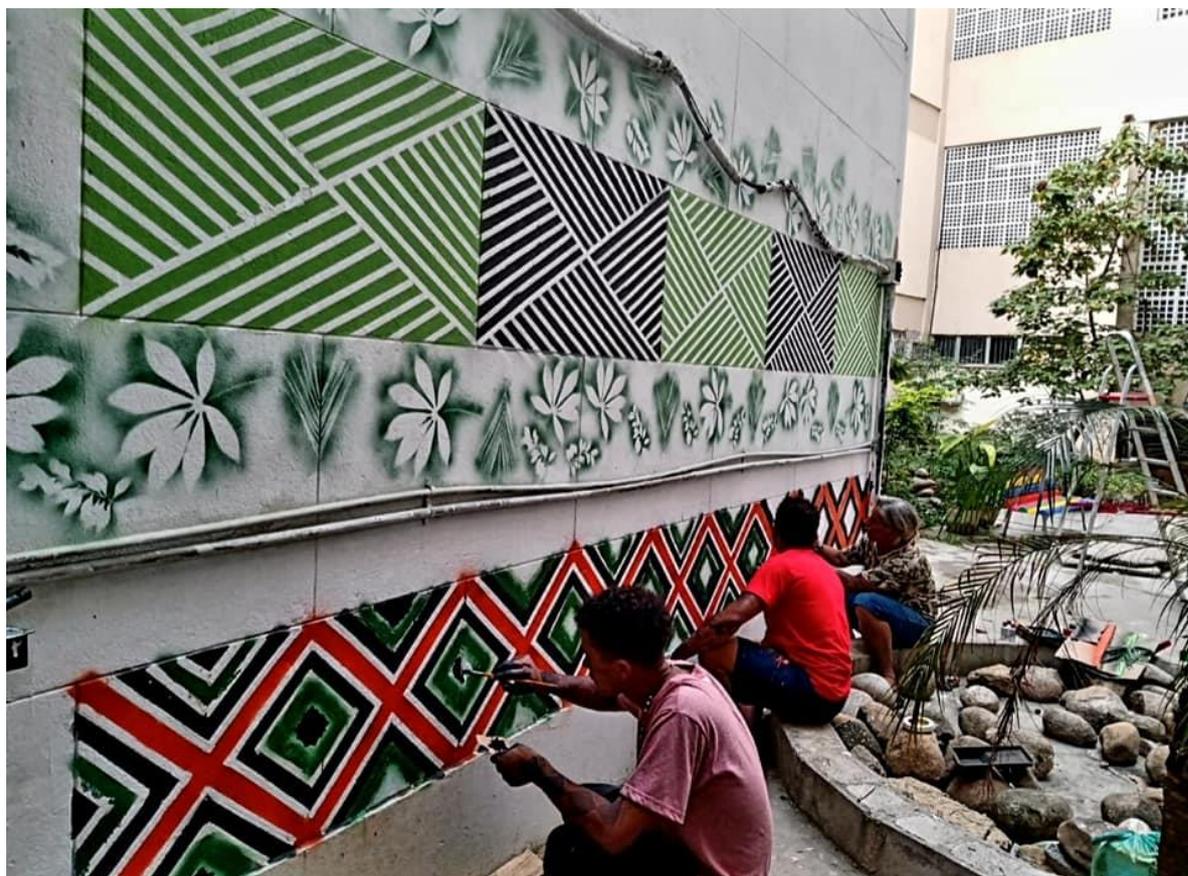
As visitas em instituições de ensino geralmente são realizadas por José Urutau Guajajara e Potyra Krikatí Guajajara com outros indígenas, de outras etnias. O intuito é o de apresentar aos alunos das escolas a diversidade étnica indígena. Em suas palavras Potyra afirmou: “A gente leva outras etnias também, para que elas falem sobre o seu povo, entendeu!? Nas universidades, nas escolas. A gente leva três, quatro, cinco etnias, é riquíssimo, né?”

Em agosto de 2022, por exemplo, indígenas da Aldeia Maraká'nà das etnias Guajajara, Akroá e Maxakali, visitaram o tradicional Colégio Pedro II, localizado no bairro de São Cristóvão. Lá falaram sobre suas culturas, contaram histórias, apresentaram artes indígenas, ensinaram grafismo e também fizeram pintura corporal nos alunos. Em um dos muros desta instituição de ensino, em conjunto, os indígenas pintaram um belíssimo mural com a arte do grafismo indígena.

---

<sup>83</sup>Especificamente se tratando do CESAC, Potyra afirma que há um trabalho realizado que é direcionado para as crianças das comunidades carentes existentes no entorno.

Figura 41 – Grafismo indígena em mural no Colégio Pedro II de São Cristóvão.



Fonte: Imagem reproduzida de uma rede social do grupo Aldeia Rexiste, 2022.<sup>84</sup>

Sobre as atividades realizadas pelos indígenas da Aldeia Maraká'nà e do CESAC nas escolas, Potyra afirma que dão oficinas de línguas e culturas, falam sobre o uso das sementes e dos diversos tipos de uso para diferentes tipos de plantas, fazem contações de histórias, etc., destacando que o trabalho realizado por eles é muito importante para que os estudantes e professores possam, em suas palavras:

Entender um pouco o que é ser indígena e o que é ser indígena hoje, desde 1500 resistindo, mostrando a nossa cultura pra dizer que é diversa, não é o índio [referindo-se a visão errônea de que há apenas um tipo de indígena], mas culturas diferentes (POTYRA KRIKATÍ GUAJAJARA).

A Aldeia Maraká'nà, mesmo operando de modo autônomo e voluntário, sem sombra de dúvidas funciona como um espaço que propicia aos alunos da educação básica vivenciar situações novas, ouvir as histórias e ver de perto elementos culturais dos povos originários, não por meio de livros didáticos, mas a partir do contato e da

<sup>84</sup>Disponível em: <  
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=7894236350649699&set=pcb.7894236417316359>> Acesso em: 23 jan. 2023.

interação direta com os próprios indígenas. A Aldeia Maraká'nà é um espaço onde a Lei nº 11.645/2008 se aplica de maneira espontânea e dinâmica, contribuindo de maneira extremamente importante para a desconstrução de preconceitos contra os povos indígenas e formação de novos conceitos condizentes com a realidade, sobretudo no que diz respeito à diversidade.

#### **4.3.1 A visita da Escola Municipal Friedenreich**

Dentre as muitas escolas que visitaram a Aldeia Maraká'nà ao longo do ano de 2022, destaco a visita de uma antiga parceira na resistência contra as remoções compulsórias: a Escola Municipal Friedenreich. Apesar de por um período, entre 2012 e 2013, alguns integrantes dessa comunidade escolar terem se tornado aliados dos indígenas da então chamada Aldeia Maracanã, após a expulsão dos indígenas do local essa relação parece ter se dissipado. Até que em junho de 2022 esta relação se reestabeleceu de modo mais direto através de um agradável acaso que desencadeou na posterior matrícula de uma menina de quatro anos, da etnia Guajajara, na escola e também em uma visita dos alunos da educação infantil desta escola à Aldeia Maraká'nà.

Para compreender melhor como se deu o contato entre as professoras da Friedenreich com indígenas da Aldeia Maraká'nà, que resultou em uma visita coletiva dos alunos de educação infantil e, a partir disto, em um trabalho realizado com as crianças dentro do espaço escolar, fui, junto com minha orientadora, até a Escola Municipal Friedenreich, onde entrevistamos duas professoras das quatro que levaram seus respectivos alunos de turma à visita na aldeia<sup>85</sup>. Estas são: Vanja, de 68 anos, que, apesar de ser professora na rede municipal do Rio de Janeiro há 24 anos, lecionava na Friedenreich há 7 anos, e Cláudia, de 37 anos, que foi doutoranda no programa de pós graduação em educação da UERJ e é professora na rede municipal de educação do Rio de Janeiro desde 2009, mas lecionava na Friedenreich há apenas um ano. Tendo em vista o tempo de atuação destas professoras, constatei que ambas ainda não estavam presentes na escola durante o período de ameaça de remoção dos locais em questão, até o ano de 2013.

---

<sup>85</sup>Infelizmente só fiquei sabendo da atividade da Escola Municipal Friedenreich na Aldeia Maraká'nà após esta já ter sido realizada, o que me impossibilitou de estar presente nos dias de visitação junto aos alunos.

As professoras Cláudia e Vanja disseram que no ano de 2022 havia o projeto de se trabalhar na educação infantil, durante o primeiro semestre, elementos culturais indígenas. As professoras disseram que estavam trabalhando bastante a partir de narrativas míticas e também do uso de palavras de origem indígena (como o próprio bairro Maracanã, por exemplo).

Figura 42 - Atividade escolar envolvendo palavras de origem indígena.



Fonte: O autor, 2022.

Foi então marcado um passeio para que os alunos, que possuíam uma média de 4/5 anos, conhecessem o entorno do Estádio do Maracanã. Vanja afirma que durante este passeio avistou o que ela chamou de “farmacinha”, e começou a explicar o uso medicinal daquelas ervas para as crianças. Sobre esta experiência Vanja conta que:

A gente foi fazer um passeio no entorno do Maracanã para conhecer o estádio, porque a gente tava falando sobre a palavra Maracanã, de onde veio essa coisa toda. Nós passamos ali pela entrada da aldeia e tinha uma farmacinha, coisa simples, assim, só de remédio [...]. Aí eu parei com as crianças e comecei a explicar, porque a gente tava falando já sobre os

indígenas e tudo da cultura deles. Aí eu falei “gente olha só os remédios”. Aí eu comecei a ler os rótulos: “esse aqui é para isso, isso aqui é para aquilo” (VANJA).

Vanja então avista um rapaz e pergunta a ele quem era o responsável. O rapaz diz que o responsável pela barraca era o “Pajé” (conhecido também como Pajé Kajanã). Logo, a professora pergunta se o Pajé estava no local e se poderia conversar com ela. Em suas palavras, narrou o acontecimento assim:

[...] tinha um rapaz do lado [da farmacinha], e eu falei assim: “Quem é responsável por essa por essa farmacinha?” Ele falou assim “é o Pajé”. e eu falei ele tá aí? E ele falou “tá sim”. “Será que ele poderia vir aqui um pouquinho? você pede lá, por favor!?” Fui parar dentro do Maracanã, porque professora vai pedindo, né, e vai conseguindo. aí ele foi lá chamou o Pajé (VANJA).

Sobre a reação das crianças ao conhecerem o Pajé, Vanja afirmou:

As crianças ficaram apaixonadas por que ele começou a explicar das ervas, [...] e começou a conversar com as crianças, explicar do que era feito, para que que servia, e aí eles se empolgaram “meu pai é careca, esse aqui serve, vou falar pra ele vir aqui comprar” Por que ele disse que tinha um que era pra quem não tinha cabelo e que dava para crescer o cabelo e começaram a conversar com ele (VANJA).

Vanja então resolveu ir até a Aldeia Maraká'nà com outra professora da educação infantil para sondar o local por dentro e constatar se realmente era um local seguro e habitado por indígenas. Por desconhecer o espaço e sua dinâmica internamente, possuía certo receio de levar as crianças para lá.

Eu queria leva-los, veja bem, se tiverem realmente indígenas e alguma coisa que eles [os alunos] possam aproveitar disso, nós vamos [...]. Então tomamos coragem e fomos lá. Batemos lá morrendo de medo, porque lá dentro a gente não vê o que tem, né, então, eu achava que era, assim, coisas abandonadas e as pessoas iam entrando, eu achei que a gente ia encontrar até morador de rua, de repente, né. Então a gente ficou com medo, com receio. Então falei: “vamos primeiro ver como é que é, né, pra gente ver se vale a pena levar as crianças realmente (VANJA).

Após conhecer o local, Vanja mudou completamente de opinião sobre a Aldeia Maraká'nà, pois percebeu que ali era realmente um espaço cultural indígena. Pediu então para o Pajé se seria possível agendar uma visita para levar os alunos da educação infantil na aldeia. Neste contato, após conversarem, foi conseguido também uma vaga para matricular imediatamente na E. M. Friedenreich uma menina Guajajara de 4 anos que habita a Aldeia Maraká'nà. Nas palavras de Vanja,

No dia que nós fomos lá perguntar se poderíamos visitar eles se queixaram: “poxa vocês são vizinhos e a gente não consegue nem uma vaga para as crianças, não sei o que”. Eu falei :que criança que você quer a vaga? Ele me deu o nome e eu falei “vamos conseguir a vaga para a criança. Então chegamos aqui e pedimos e aí imediatamente a gente entrou em contato com eles e já vieram fazer a matrícula dela (VANJA).

Vanja disse que, após essa ida das professoras na Aldeia Maraká'nà, foram marcadas as visitas com os alunos já para a semana seguinte devido ao fato de que o espaço indígena poderia vir a agregar muito ao projeto pedagógico que vinha sendo realizado em sala de aula.

[...] nós ficamos muito encantadas quando nós chegamos lá. “Gente era tudo que a gente queria mostrar para eles” [disse Vanja em tom de euforia]. E não dá tempo de fazer tudo [...]. É uma coisa, assim, que só tem lá, entendeu!? E, assim tão do nosso lado, né, e a gente não aproveitava, não conhecia isso, eu mesma não conhecia. Já trabalhei muito esse projeto, que é uma coisa que me encanta muito, e nunca tinha levado as crianças (VANJA).

Agendada a visita, as professoras da Escola Municipal Friedenreich realizaram uma campanha junto às famílias das crianças para a arrecadação de alimentos e materiais de limpeza para serem doados aos indígenas da Aldeia Maraká'nà. Foram agendadas duas visitas para as turmas de educação infantil, indo duas turmas numa terça-feira e outras duas em uma sexta-feira, na mesma semana, no final do mês de junho de 2022. Foram uma média de 40 crianças por dia, segundo as professoras.

Narrando a sua experiência junto a seus alunos na visita à Aldeia Maraká'nà, a professora Cláudia disse:

Eu avalio que foi muito produtivo para eles [alunos] visitarem [...]. Chegando lá os indígenas nos receberam, eles falaram que lá tem várias aldeias diferentes [...] uns vieram do Maranhão outros de Minas e outros de outros lugares. [...]. A gente aprendeu algumas palavras em tupi, aprendemos as danças, né. E eu acho que foi válido nesse sentido, de saber que ali é vivo o que ali funciona. Meu discurso era que ali era um ponto de resistência, mas é muito mais do que um ponto de resistência, é um ponto de disseminação cultural, de influência, até influência indígena para a vida né, para todo mundo (CLÁUDIA).

Cláudia contou que as crianças brincaram muito pelo espaço da aldeia, interagindo com os animais presentes no local, tais como cachorros, galinhas e jabuti. Outro ponto que ela destacou foram os contos narrados durante a visita, que agradaram muito as crianças.

Figura 43 – Visita da Escola Municipal Friedenreich na Aldeia Maraká'nà



Fonte: Imagem reproduzida de uma rede social da Aldeia Maraká'nà, com intervenções do autor, 2022.<sup>86</sup>

Perguntada sobre o que a Aldeia Maraká'nà significa para ela, Vanja fez um comparativo com o atual Museu do Índio, em Botafogo (que se encontrava fechado desde o ano de 2016 e sem previsão de reinauguração), afirmando que as relações estabelecidas entre os alunos e os indígenas ocorrem de maneira mais natural na aldeia urbana do Maracanã, pois se dá no contexto em que vivem os próprios indígenas, o que consequentemente torna a experiência intercultural mais enriquecedora para as crianças. Sobre a Aldeia Maraká'nà, afirmou:

Gente, é muito importante porque a gente já não tem aquele museu que a gente tinha, o museu dos indígenas [referindo-se ao Museu do Índio, em Botafogo], que dava uma ideia para as crianças. Eu me lembro que eu cheguei a levar uma escola particular, muitos anos atrás [...], e o museu do indígena era ali pertinho, a gente foi andando. Aí já dava uma ideia, que eu me lembro que tinha indígenas lá dentro e eles contavam determinadas histórias, eles faziam algumas atividades com as crianças, mas era uma coisa, assim, muito superficial, mas eles tinham oportunidade de ver o artesanato, eles vinham às vezes fazer algumas oficinas com as crianças, mas era uma coisa, assim, como que eu vou te dizer, muito superficial

<sup>86</sup>Disponível em: <  
<https://www.facebook.com/aldeia.rexiste/photos/a.813000262082693/5123089597740383/>> Acesso em: 08 fev. 2023.

realmente. Aqui na aldeia parecia que eles estavam lá no mato que a gente fala, né, então assim, eles puderam ver plantações, puderam ver o algodão, puderam ver coisas que realmente em outro lugar não tem, entende? É um lugar muito rico, realmente foi muito rico para a gente essa experiência. Foi muito bonito até para nós como professores. Foi muito importante (VANJA).

De volta à escola, todas as professoras da educação infantil realizaram atividades envolvendo temática indígena, o que deixou as salas e os corredores da unidade repletos de atividades feitas pelos alunos, trabalhando também em cima do que foi observado pelas crianças no espaço da Aldeia Maraká'nà. Sobre as propostas realizadas na aula seguinte, a partir da visita, Cláudia disse:

Eu fiz uma roda de conversa com eles. A gente, na rodinha, conversou sobre as experiências, o que que eles mais gostaram. Aí eu fiz um registro no papel para fazer um registro coletivo e eles fizeram os desenhos deles sobre o que eles mais gostaram da Aldeia Maraká'nà. Surgiu ali tartaruga, galinha, a hora do lanche, e tal, e os amiguinhos também, o que eles viram (CLÁUDIA).

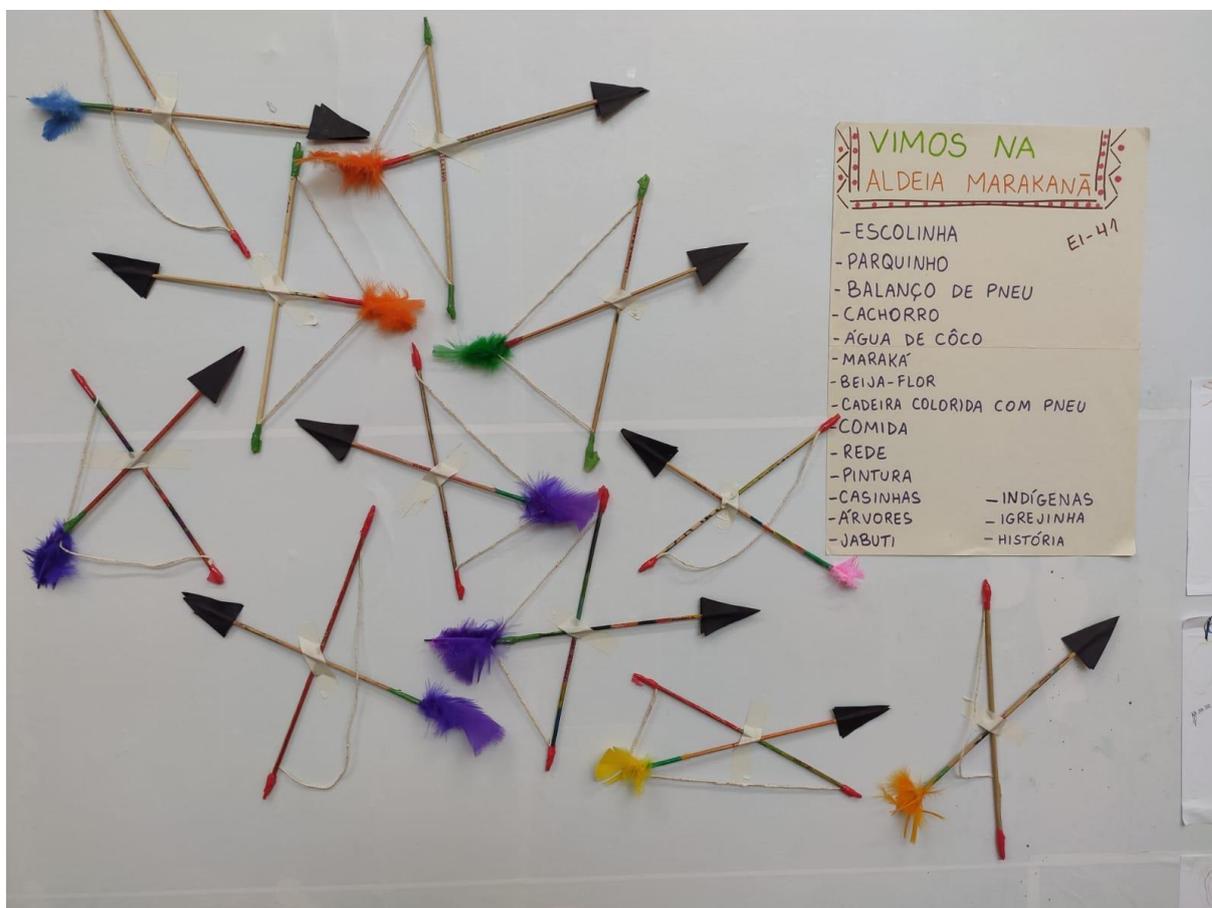
Sobre a experiência na aldeia e com os indígenas em si, Vanja destacou que a experiência que seus alunos tiveram na Aldeia Maraká'nà veio a complementar os trabalhos que ela vinha desenvolvendo em sala de aula ao longo do semestre de temática indígena. Segundo o seu relato,

Então, as crianças conheceram e foram ver de perto o que a gente fala. Uma coisa é a gente falar, mesmo que a gente mostre para eles [através de livros e documentários] e outra coisa é eles estarem lá, né. Fizeram pintura corporal, mostraram as tintas para eles, plantamos, fizemos um piquenique. Nós pedimos que eles [alunos] levassem coisas da cultura indígena, né, então levamos milho, tapioca, açaí, essas coisas assim. Então fizemos um piquenique lá. E foi uma manhã muito legal e eles aproveitaram, e eles ficaram encantados, encantados com a Aldeia Maraká'nà e brincaram bastante. Quando retornaram fizeram registros, até pintando com urucum e com as tintas que eles conheceram lá também. Urucum, né, açafraão, o jenipapo e eles registraram. E a gente tá trabalhando assim, né, trabalhando com muitas lendas, porque a gente lê muito para eles, é costume nosso aqui da Friedenreich. [...] A gente tem esse hábito da leitura em todas as turmas. Se vocês olharem todos os nossos murais vocês vão ver que a gente sempre tem trabalhos relacionados com livros e tudo. Então assim, contamos muitas lendas e trabalhando muitos costumes, palavras né, que nós herdamos, que vieram deles, da cultura indígena. Estamos fazendo um trabalho que eles estão encantados, realmente (VANJA).

Destaco que a iniciativa das professoras de educação infantil da Escola Municipal Friedenreich, além de muito bem realizada pedagogicamente falando, não seguiu, a meu ver, o padrão de superficialidade com que muitas escolas abordam a temática indígena, que se resume a atividades estereotipadas durante o Dia do Índio. Na E. M. Friedenreich, o trabalho vinha sendo realizado em forma de projeto, que

somado à visita realizada na Aldeia Maraká'nà, se tornou muito mais significativo e enriquecedor para as crianças.

Figura 44 – Uma das atividades após a visitação à Aldeia Maraká'nà



Fonte: O autor, 2022.

Sobre a experiência transformadora proporcionada pela visitação, a professora Cláudia destacou a fala de um de seus alunos que, antes da ida à aldeia, chegou reproduzindo uma fala de sua mãe, dizendo: “não existem mais indígenas, isso é coisa do passado”. Após a visita deles à aldeia, o menino repensou o que havia dito, mudando o seu discurso inicial. Segundo a professora: “Foi uma coisa bem marcante. No começo ele chegou falando que não existia, que a mãe dele disse que não, mas depois eles viram que não é isso que acontece, né, que de fato ainda existem, mas eles estão escondidos.”

A Escola Municipal Friedenreich, ao trabalhar efetivamente a Lei nº 11.645/2008, proporciona aos seus alunos, para além de uma obrigação estabelecida pela legislação, um convite para a aprendizagem sobre as culturas dos povos originários, onde as crianças incorporam, além de conhecimentos, uma prática de

respeito à diversidade cultural e étnica. A Aldeia Maraká'nà se apresenta como um importante aliado desta e de outras instituições escolares, operando como um ambiente orgânico de retomada e reflexão ancestral a partir de propostas que, ao proporcionarem a vivência intercultural, desmistificam a forma abstrata e distante da realidade concreta em que os indígenas são apresentados nos livros didáticos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Aldeia Maraká'nà é, desde a sua fundação, permeada por constantes conflitos promovidos por agentes do Estado que vem incessantemente buscando acabar com o movimento para dar ao local uma destinação mais afeita ao projeto neoliberal de cidade. Apesar disto, os indígenas seguem firmes no espaço a fim de garanti-lo como um centro de referência, defesa e resistência indígena, sobretudo contra o apagamento epistêmico e os preconceitos difundidos ao longo de séculos.

A existência da Aldeia Maraká'nà por si só evidencia a luta dos povos indígenas que se encontram em contextos urbanos por direitos, respeito, visibilidade e reconhecimento, combatendo as tentativas sistemáticas de desvanecer as identidades étnicas daqueles que habitavam essas terras antes da invasão europeia. Exerce, assim, um papel importantíssimo ao reivindicar um espaço indígena em meio à cidade, impulsionando o debate sobre as demandas destes que se encontram em contexto urbano (que são demasiadas e urgentes).

As ações realizadas pelos indígenas no local contribuem com a ruptura do imaginário estigmatizado sobre os povos indígenas, superando o pensamento, ancorado no senso comum, marcado por preconceitos, intransigência e ignorância, por exemplo de se pensar que os indígenas como aqueles seres folclorizados por livros didáticos, que vivem isolados na mata, falantes de uma mesma língua, com os mesmos costumes e pertencentes ao mesmo povo/etnia, genericamente chamados de "índios". Vivenciar o cotidiano da Aldeia Maraká'nà nos leva a refletir sobre a pluralidade de etnias, cada uma com a sua cultura, sua maneira de ser e estar no mundo.

A Aldeia Maraká'nà, por meio de uma dinâmica intercultural que se desencadeia em processos não formais de educação, sobretudo ao trabalhar em conjunto com instituições escolares, públicas e privadas, contribui de maneira significativa com a implementação da Lei nº 11.645/2008. Ao propiciar o contato direto de estudantes e professores com indígenas, suas histórias de vida e culturas, possibilita processos efetivos e singulares de ensino-aprendizagem e de desconstrução de percepções pejorativas e equivocadas acerca dos povos indígenas do Brasil. Infelizmente, o imaginário social brasileiro ainda se encontra intrinsecamente

arraigado em paradigmas hegemônicos e eurocentrados que subjagam os povos indígenas, e este espaço de troca de conhecimentos e experiências vem contribuindo, a seu modo, na minimização desta questão.

Apesar das intensas invasões e desmatamentos provocados em terras indígenas e de declarações publicamente anti-indígenas nos últimos anos durante o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), com a vitória do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2022, e a criação do Ministério dos Povos Indígenas, assumido pela ministra Sônia Guajajara, e a nomeação da presidência da FUNAI à, também indígena, Joenia Wapichana, há a esperança que, aos poucos, o cenário preocupante em que se encontram as populações indígenas, seja em meio urbano ou rural, venha a ser superado. Em sua cerimônia de posse, realizada no dia 11 de janeiro de 2023, a ministra Sônia Guajajara fez a seguinte afirmação:

Nós não somos o que, infelizmente, muitos livros de história ainda costumam retratar. Se, por um lado, é verdade que muitos de nós resguardam modos de vida que estão no imaginário da maioria da população brasileira, por outro, é importante saberem que nós existimos de muitas e diferentes formas. Estamos nas cidades, nas aldeias, nas florestas, exercendo os mais diversos ofícios que vocês possam imaginar. Vivemos no mesmo tempo e espaço que qualquer um de vocês, somos contemporâneos deste presente e vamos construir o Brasil do futuro, porque o futuro do planeta é ancestral! (SÔNIA GUAJAJARA).<sup>87</sup>

Apesar de ser um ministério novo e que nenhuma ação específica voltada aos indígenas em contextos urbanos tenha sido ainda anunciada, penso que a longo prazo este possa trazer importantes vitórias para o movimento indigenista, inclusive aos que se encontram espalhados muitas vezes em favelas e outros locais marginalizados. De todo modo, independentemente do governo, indígenas em contexto urbano da Aldeia Maraká'nà, e também espalhados por cidades desse imenso país chamado Brasil, vem há décadas demonstrando garra, força e perseverança, lutando pela defesa e respeito às suas culturas ancestrais, resistindo para continuarem a existir, enfrentando inclusive a persistência de ideologias racistas e grupos de extrema-direita que defendem o oposto. A nossa luta não é de hoje, tem mais de 500 anos, e os indígenas teimosamente continuam sobrevivendo, e assim continuará sendo.

---

<sup>87</sup>Disponível em: < <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/01/11/no-comando-do-ministerio-dos-povos-indigenas-sonia-gujajara-e-a-primeira-indigena-a-chefiar-uma-pasta.ghtml>> Acesso em: 02 fev. 2023

Este trabalho não é o primeiro sobre a Aldeia Maraká'nà e provavelmente também não será o último; o encaro como um complemento ao trabalho de outros pesquisadores que escreveram sobre esse lugar tão particular, como uma parte de um todo, que envolve registro e compreensão de inúmeras questões em torno da Aldeia Maraká'nà em seus diferentes períodos desde a sua criação, em 2006. Acredito que, assim como me beneficiei com a leitura de estudos anteriores, outros pesquisadores e interessados poderão se beneficiar com tudo o que pude aprender recentemente na Aldeia Maraká'nà e revelar outros pontos de observação e reflexão. Ao analisar a sua dimensão educativa e decolonial, esse trabalho buscou contribuir com a produção e a troca de conhecimentos entre a universidade e os movimentos sociais e com o reconhecimento da importância de se fomentar e se valorizar espaços de educação não formal nas cidades, em especial aqueles voltados para a difusão das histórias e das culturas indígenas.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, Camila Bevilaqua. **A Aldeia Vertical e a Horta no Morro: Trajetórias Indígenas no Rio de Janeiro**. 2017, 124 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- ALVES, Thiago et al. **Implicações da pandemia da COVID-19 para o financiamento da educação básica**. *Revista de Administração Pública* [online], v. 54, n. 4, p. 979-993, 2020.
- ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. Indígenas na cidade do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 149-168, jan./jun. 2015.
- BAETA, Alenice. Aldeia Maracanã: símbolo de mística e de resistência Indígena em contexto urbano. **CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA**. 12 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.cedefes.org.br/aldeia-maracana-simbolo-de-mistica-e-de-resistencia-indigena-em-contexto-urbano/>> Acesso em: 20 abr. 2022.
- BERREMAN, Gerald D. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. *In* Desvendando Máscaras Sociais. *In*: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 123-174, 1975.
- BERGER, William. **Índios na cidade do capital: indígenas em contexto urbano na cidade do Rio de Janeiro em tempos de barbárie** (2012-2017). 2017. 156f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de marco de 2008**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm) Acesso em: 03 fev. 2023.
- BRASIL. **Ministério da Educação - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - (LDBEN) 9.394/1996. 3. ed. Brasília, 2006.
- BRITTO, Alfredo. Um ex-museu X Um não patrimônio. **Minha Cidade**, São Paulo, ano 13, n. 150.02, Vitruvius, jan. 2013. Disponível em <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/13.150/3940>>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e educação na América Latina: uma educação plural, original e complexa. **Revista Diálogo Educacional**, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latinoamericanas**. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. p. 80-87. 2005.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DA OLIMPÍADA DO RIO. **Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro. “Olimpíada Rio 2016: os jogos da exclusão”**, 2015.

CORRÊA, Antenor Ferreira. Indígenas em contexto urbano e identidade: uma colaboração artística com os Wapichana. **ARJ – Art Research Journal: Revista de Pesquisa em Artes**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2021.

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: dados de 2019**. Brasília, DF: Cimi, 2019.

COSTA, Daniele Ferreira. **Quando os índios vêm para a cidade: magia e narrativa no Instituto Tamoio dos Povos Originários**. 129f. (mestrado em Ciências Sociais) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

D'ARROCHELLA, Márcio; CORREA, Marco Aurélio da Conceição; SILVA, Erlan Raposo da. Moradia e aprendizagem remota durante a pandemia de COVID-19 no Rio de Janeiro. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 30, n. 3, p. 1–20, 2021.

DANTAS, Beatriz G; DALLARI, Dalmo. **Terra dos Índios Xokó: estudos e documentos**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1980.

DUQUE, Doris. Aldeia Maracanã: resistência indígena no coração da cidade. **Jornal da PUC**, 2017. Disponível em: <<http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgima.exe/sys/start.htm?infoid=5287&sid=56>> Acesso em: 21 Jul. 2022.

ESTRELA, Fernanda Matheus et al. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3431-3436, Set. 2020.

FANON, Frantz. **Pele Negra. Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Rio de Janeiro: EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, Pedro.; BOISSON, Guilherme. Ministério Público investiga influência do deputado Rodrigo Amorim na Fundação Ceperj. **Portal G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/08/05/ministerio-publico-investiga-influencia-do-deputado-rodrigo-amorim-na-fundacao-ceperj.ghtml>> Acesso em: 24 nov. 2022.

FONTENELE, Zilfran Varela; CAVALCANTE, Maria da Paz. Práticas docentes no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 204249, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/FvVRWqm6VPnjPdQZH53qMdc/?format=pdf&lang=pt>>

Acesso em: 04 fev. 2023.

FOOTE-WHYTHE, William. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005 [1943].

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 77-86, 1975.

FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. **Aldeamentos indígenas no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. **Revista Ensaios e Pesquisa em Educação**, v. 01. p. 3-23, 2016.

FREIRE, Leticia de Luna. "Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro". **O Social em Questão**, ano XVI, n. 29, 2013, p. 101-128.

FREIRE, Leticia de Luna. Indígenas na cidade olímpica: o caso da "Aldeia Maracanã". KANT DE LIMA, Roberto; MOTA, Fabio Reis; VEIGA, Felipe Berocan (Orgs). **Pensando o Rio: meio ambiente, espaço público e conflitos identitários**. Niterói: Intertexto, p. 13-37, 2019a

FREIRE, Leticia de Luna. Uma aldeia na "cidade maravilhosa": conflito e resistência indígena no Rio de Janeiro. **Latitude**, v. 13, n. 2, p. 97–120, 2019b.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. *In: Investigar em Educação - II<sup>a</sup> Série, Número 1*, pág. 35-50, 2014.

GOMES, Guilherme Santos. **"Política também se aprende na escola": a luta da E. M. Friedenreich pela sua permanência no Maracanã**, Rio de Janeiro. 2022. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2022.

HARVEY, David. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ICÓ, Lucas Sargentelli. Universidade Indígena Aldeia Maraká'nà em movimento. *In: MAGALHÃES, Elisa de; MARTINS, Tatiana (Org.) Arte & Ensaios* n. 38. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais/ Escola de Belas Artes, UFRJ, p. 176–179, 2019.

LUCKESI, Carlos. Ensinar, brincar e aprender. Aprender – **Cad. de Filosofia e Psic. da Educação**, Vitória da Conquista, ano IX, n. 15, p. 131-136, 2015.

MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; FARIAS, Mayara Helena Veríssimo de. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Interações (Campo Grande)**, [S. l.], v.

21, n. 3, p. 577–596, 2020.

MAIA, Bruna Soraia Ribeiro; MELO, Vico Denis Sousa de. A colonialidade do poder e suas subjetividades. **Teoria e Cultura**, v. 15, n.2. p. 231-242, 2020.

MAGALHÃES, Alexandre. As periferias na pandemia: explicitação da política de precarização e de exposição à morte. **Tessituras**, v. 8, S1, Jan-Jun. 2020

MALDONADO, Daniel. Bonilla. Indígenas urbanos y derechos culturales: los límites del multiculturalismo liberal. **Rev. direito FGV**, São Paulo, v. 7, n. 2, Dez 2011.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Globais/projetos Locais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. p. 33-49. 2005.

NITAHARA, Akemi. Aldeia Maracanã mantém tradições indígenas e cobra reconhecimento. **Agência Brasil**, 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/aldeia-maracana-mantem-tradicoes-indigenas-e-cobra-reconhecimento>> Acesso em: 21 jul. 2022.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte. v. 26, n. 01, Abr, p.15-40, 2010.

PINTO, Vinícius da Cruz. **“Aldeia Resiste”**: uma etnografia das estratégias políticas da “Aldeia Maracanã” no Rio de Janeiro, 110f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

PRAZERES, Leandro. STF condena Daniel Silveira a 8 anos de prisão: entenda o que acontece agora. **BBC News Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61171406>> Acesso em: 24 nov. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**. Ano 17. N. 37, 2002, p. 4-28. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2192/1812>> Acesso em: 08 jan. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. p. 107-130, 2005.

REBUZZI, Daniele Costa. A Aldeia Maracanã: um movimento contra o índio arquivado. **Revista de antropologia da UFSCar**, v. 6 n. 2, jul.-dez. p. 71-86, 2014.

RIBEIRO, Ruth Silva Torralba. O retorno da Cobra Grande: ancestralidade e cuidado

com o corpo-terra. **Conceição/Conception**, [S. l.], v. 11, n. 00, p. e022008, 2022. DOI: 10.20396/conce.v11i00.8671235. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conce/article/view/8671235>>. Acesso em: 21 jan. 2023.

RODRIGUES, Maria Jeniana. *et al.* A migração indígena e a recepção do índio na sociedade contemporânea. **Científic@ Multidisciplinary Journal**, v. 6, n. 1, p. 183 – 188, 2019.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

ROSADO, Rosa Maris; FAGUNDES, Luiz Fernando Caldas. **Presença indígena na cidade: reflexões, ações e políticas**. Núcleo de Políticas Públicas para Povos Indígenas, Gráfica Hartmann, Porto Alegre, 2013.

RUSSO, Kelly; PALADINO, Mariana. A lei n. 11.645 e a visão dos professores do Rio de Janeiro sobre a temática indígena na escola. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 67, p. 897-921, 2016.

SANTOS, Vinicius Pereira dos, **A resistência da Aldeia Maracanã: um ponto de oxidação pela “revolução ferrugem”**. 2016, 137f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Yatan Lima dos. O PROCESSO DE ESBULHO DA TERRA INDÍGENA XOKÓ DA ILHA DE SÃO PEDRO/CAIÇARA, MUNICÍPIO DE PORTO DA FOLHA, SERGIPE: as consequências da Lei de Terras de 1850. **Revista Antígona**. v. 1 n. 2, p. 211-231, 2021.

SILVA, Edson. Ensino e sociodiversidades indígenas: possibilidades, desafios e impasses a partir da Lei 11.645/2008. **Caicó**, v. 15, n. 35, p. 21-37, jul./dez. 2014. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/7485/5816>> Acesso em: 03 fev. 2023.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 480- 500, set./dez. 2018.

SOUZA, Angela Maria Gordilho. Urbanismo neoliberal, gestão corporativa e o direito à cidade: impactos e tensões recentes nas cidades brasileiras. **Cadernos Metrôpole**, v. 20, n. 41, p. 245-265. 2018.

TAVARES, Elaine. Resistem as gentes na Aldeia Maracanã. **CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO**. 02 jan. 2013. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2013/01/34352/>> Acesso em: 20 abr. 2022.

TUBINO, Fidel. La interculturalidad crítica como proyecto ético-político. *In*: **ENCUENTRO CONTINENTAL DE EDUCADORES AGUSTINOS**. Lima, 24-28 de Enero, 2005. Disponível em: < <http://oala.villanova.edu/congresos/educacion/lima-ponen-02.html>> Acesso em: 28 dez. 2022.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In*: Maricato, Erminia; Vainer, Carlos e Arantes, Otília (Org). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: insurgir, re-existir e re-viver. *In*. CANDAU, V. M. (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 12-43, 2009.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas**, v. 05, n. 1, Pelotas-RS: UFPEL, p. 6-39, 2019.

WERNECK, Marcela. **Patrimônio digital e ciberativismo: a defesa da aldeia maracanã no Facebook**. 2015, 102f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

XAVANTE, Júlia Muniz.; PINTO, Mayara de Sá. O ensino de cultura e arte indígenas e a resistência Aldeia Maracanã: Uma perspectiva intercultural. **Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v. 1, n. 2, p. 649 - 680, dez. 2020.

**ANEXO** — Roteiro de entrevistas realizadas no Abril indígena.

Nome:

Idade:

Etnia:

Local de moradia:

Forma de deslocamento para a Aldeia Maracanã:

Como conheceu a Aldeia Maracanã?

Como ficou sabendo do evento Abril Indígena?

Desde quando frequenta o local?

Por que se interessou em visitar a Aldeia Maracanã pela primeira vez?

O que você pensa sobre a Aldeia Maracanã?